

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL – UFMS
CÂMPUS DO PANTANAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS**

**Elaboração do “Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do
Centro-Oeste do Brasil - PDIF”**

**META 2 - ELABORAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO
DA FAIXA DE FRONTEIRA DO CENTRO-OESTE DO BRASIL - PDIF**

Edgar Aparecido da Costa (Coord.)

Corumbá/MS, 22 de dezembro de 2023.

Elaboração do “Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Centro-Oeste do Brasil - PDIF”

**META 2 - ELABORAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO
DA FAIXA DE FRONTEIRA DO CENTRO-OESTE DO BRASIL - PDIF**

Edgar Aparecido da Costa (Coord.)
Adilson Domingos dos Reis
Aguinaldo Silva
Ana Carolina Pontes Costa
Anderson Luis do Espirito Santo
Beatriz Lima de Paula Silva
Cláudia Araújo de Lima
Jesã Pereira Kreitlow
Luciana Escalante Pereira
Marco Aurelio Machado de Oliveira
Milton Augusto Pasquotto Mariani
Renato Fonseca de Arruda
Sandra Mara Alves da Silva Neves
Silvio Tavares Monteiro

Corumbá/MS, 22 de dezembro de 2023.

**Diagnósticos dos EIXOS ESTRATÉGICOS: Segurança, Saúde,
Infraestrutura e Logística, Educação, Desenvolvimento Econômico, Turismo
e Meio Ambiente**

Projeto de pesquisa desenvolvido com recursos da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) através do TED SUDECO nº 12/2022 e executado em parceria com a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). O projeto está vinculado ao Programa de Pós-graduação (PPG) em Estudos Fronteiriços (UFMS) e ao PPG Geografia (UNEMAT).

Reitor

Marcelo Augusto Santos Turine

Vice-Reitora

Camila Celeste Brandão Ferreira Ítavo

Diretor do Câmpus do Pantanal

Aguinaldo Silva

Equipe técnica

Edgar Aparecido da Costa (Coord.) - UFMS

Adilson Domingos dos Reis – ARO-Agenda Regional Oeste

Aguinaldo Silva - UFMS

Ana Carolina Pontes Costa - UFMS

Anderson Luis do Espirito Santo - UFMS

Beatriz Lima de Paula Silva - UFMS

Cláudia Araújo de Lima - UFMS

Jesã Pereira Kreitlow - UNEMAT

Luciana Escalante Pereira - UFMS

Marco Aurelio Machado de Oliveira - UFMS

Milton Augusto Pasquotto Mariani - UFMS

Renato Fonseca de Arruda - UNEMAT

Sandra Mara Alves da Silva Neves - UNEMAT

Silvio Tavares Monteiro

Apoio técnico UNEMAT

Prof. Dr. Evaldo Ferreira

Acad. João Henrique da Silva Massavi

Acad. Jordi Alcântara Ferreira

Coordenação administrativa: Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura – FAPEC

Sumário

1. INTRODUÇÃO	5
2. METODOLOGIA.....	7
3. ARCO CENTRAL E A FAIXA DE FRONTEIRA TERRESTRE BRASILEIRA	9
4. VISÃO REGIONALIZADA DA FAIXA DE FRONTEIRA DO CENTRO OESTE.....	16
5. EIXOS ESTRATÉGICOS DA FAIXA DE FRONTEIRA DA CENTRO-OESTE	20
5.1 - EDUCAÇÃO	21
5.2 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA.....	28
5.3 - SAÚDE.....	38
5.4 - SEGURANÇA	49
5.5 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	54
5.6 - TURISMO	67
5.7 - MEIO AMBIENTE	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da Faixa de Fronteira configura uma importante diretriz das políticas nacional e internacional. A vasta extensão territorial que permite ao Brasil estabelecer fronteira com quase todos os países da América do Sul configura possibilidades e especificidades regionais que, conseqüentemente, inviabilizam ações padronizadas, ao passo que potencializam perspectivas de atuação para a integração sul-americana.

A elaboração e a implementação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento das áreas de fronteiras são, também, dificultadas por aspectos legais, diplomáticos e falta de articulação do território com o centro político-decisório do país. Os próprios estados padecem de informações sobre a região, considerando principalmente o elevado grau de informalidade de diversas ações executadas na linha de fronteira. Acredita-se que a execução do Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Centro-Oeste do Brasil (PDIF) tornará a fronteira integrada, nacional e internacionalmente, com cidadania plena e qualidade de vida.

Vale destacar que o objeto da ação visa levantar informações e projetos vinculados aos pontos críticos e oportunos relacionados aos eixos relevantes para a fronteira do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, bem como fortalecer suas relações com os estados de Rondônia e Paraná e os países vizinhos, Bolívia e Paraguai.

Neste relatório, apresentaremos um estudo técnico com diagnóstico da Faixa de Fronteira do Centro Oeste (FF-CO), considerando as nuances e particularidades municipais e estaduais, que possam subsidiar análises sobre os diferentes contextos locais e regionais que implicam no desenvolvimento das ações previstas para auxiliar na elaboração de propostas dos Eixos Estratégicos do PDIF.

As carteiras de projetos e ações serão balizadoras para a atuação de forma coordenada, convergente e cooperada entre os órgãos de governo (federal, estadual e municipal) e demais parceiros públicos e privados presentes nos territórios. A proposta é que as carteiras de projetos e ações sejam construídas no âmbito de oficinas.

Importante salientar a importância da governança fronteiriça estabelecida nos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul por meio dos Núcleos Estaduais de Fronteira (NEFs, até então desativados), compostos por diversos atores públicos nas mais diversas áreas de atuação, capazes de contribuir de forma significativa para o direcionamento das políticas públicas, elaboração de projetos, pesquisas e desenvolvimento e na facilitação dos processos de condução das ações que fomentam o desenvolvimento regional.

O público beneficiário desta proposta abrange a população de 1.718.196 habitantes dos 73 municípios localizados na Faixa de Fronteira do Brasil da Região Centro-Oeste, sendo 45 de Mato Grosso do Sul e 28 de Mato Grosso.

Os resultados esperados são orientados pelas seguintes metas e produtos:

- META 1 - Elaboração dos diagnósticos dos Eixos Estratégicos
 - Produto: Diagnósticos dos Eixos Estratégicos: segurança; saúde; infraestrutura e logística; educação; desenvolvimento econômico; turismo; e meio ambiente;
- META 2 - Diagnóstico e elaboração do Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Centro-Oeste
 - Produto: Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Centro-Oeste;
- META 3 - Diagramação do Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Centro-Oeste (Versões para publicação).
 - Produto: Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Centro-Oeste em versão digital (E-book) com disponibilização para download (site) e analógico (Impresso – 100 unidades) em versão reduzida (versão colorida e capa dura).

O objetivo desta etapa (Meta 2) é apresentar o Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Centro-Oeste do Brasil - PDIF, elaborado no âmbito do projeto de pesquisa “Diagnóstico e elaboração do Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Centro-Oeste do Brasil – PDIF”, cujo o escopo é elaborar, por intermédio do Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Centro-Oeste (PDIF), uma carteira de intervenções estratégicas para a promoção do desenvolvimento regional e urbano e melhoria da qualidade de vida da população desta sub região prioritária, desenvolvido pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS - Campus Pantanal), sob coordenação do Prof. Dr. Edgar Aparecido da Costa, em parceria com a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT - Campus Cáceres), sob coordenação da Profa. Dra. Sandra Mara Alves da Silva Neves.

2. METODOLOGIA

Para elaboração do Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Centro-Oeste do Brasil – PDIF foram utilizados os dados obtidos na elaboração dos diagnósticos dos Eixos Estratégicos: segurança, saúde, infraestrutura e logística, educação, desenvolvimento econômico, turismo e meio ambiente, quando foi executada pesquisa em bancos de dados sobre os municípios da faixa de fronteira de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, bem como visita e ligações telefônicas para agentes territoriais de cada um dos 73 municípios componentes da área de estudo. Os procedimentos adotados constam no quadro 1 e estão em conformidade com os Eixos Estratégicos.

Quadro 1 - Procedimentos metodológicos segundo os Eixos Estratégicos da Faixa de Fronteira da Região Centro-Oeste do Brasil

Eixo Estratégico	Procedimentos da pesquisa
Segurança	Utilização de bancos de dados disponíveis (IBGE – Sidra, Censos, prefeituras municipais, visitas técnicas, entrevistas com gestores)
Saúde	Utilização de bancos de dados disponíveis (IBGE – Sidra, Censos, Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS), prefeituras municipais, visitas técnicas e entrevistas com gestores)
Infraestrutura e logística	Utilização de bancos de dados disponíveis (IBGE, TCE, Sidra, Ipea, Censos, secretarias e fundações dos governos estaduais e federal) Entrevistas junto às prefeituras municipais, secretarias estaduais, universidades e gestores.
Educação	Utilização de bancos de dados disponíveis (IBGE – Sidra, Censos, INEP, prefeituras municipais, entrevistas com gestores)
Desenvolvimento econômico	Utilização de bancos de dados disponíveis (IBGE – Sidra, Censos, prefeituras municipais, visitas técnicas, entrevistas com gestores)
Turismo	Utilização de bancos de dados disponíveis (MTur, IBGE, prefeituras municipais, visitas técnicas, entrevistas com gestores, pesquisa em dissertações e teses)
Meio ambiente	Utilização de bancos de dados disponíveis (IBGE, ANA, prefeituras municipais, visitas técnicas, entrevistas com gestores)

A partir disso, foram realizadas pesquisas em três referenciais principais: Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste PRDCO 2024 -2027 (Sudeco, 2023), Plano de Desenvolvimento e Integração Fronteiriça do Estado de Mato Grosso – PDIF/MT (Mato Grosso, 2012) e Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira/MS (Mato Grosso do Sul, 2012). Foram consultados documentos de conferências nacionais de temáticas

ligadas aos eixos estratégicos e noticiários online sobre tendências globais e regionais. A partir disso e da leitura atenta da matriz SWOT gerada na Meta 1 é que se propôs a carteira de projetos apresentadas neste documento.

3. ARCO CENTRAL E A FAIXA DE FRONTEIRA TERRESTRE BRASILEIRA

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu no § 2º do art. 20 como Faixa de Fronteira a faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres. Desde então, essa fração de território foi ampliada e assumida politicamente como fundamental para defesa do território nacional. Todavia, desde a Lei 6.634, de 1979, os municípios da faixa de fronteira estão sob legislação específica para áreas de segurança nacional e recebem auxílios financeiros específicos por parte do governo federal, que, sem prévia autorização, estabelece regras rígidas tanto para a concessão de terras públicas quanto para a construção de aeroportos, estradas, pontes e a instalação de empresas de mineração, por exemplo.

Ao longo das décadas de 2000 e 2010 foram desenvolvidos debates e estudos técnicos que subsidiaram a elaboração de propostas de abordagem para enfrentar os múltiplos problemas sociais existentes nos municípios que formam esse extenso território nacional. A partir de 2019, através do Decreto nº 9.810, de 30 de maio, para responder essa compreensão e atacar os problemas existentes, foi institucionalizada a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

Ao considerar a proposta de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF – 2005), as Bases para uma proposta de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira – Grupo de Trabalho Interfederativo de Integração Fronteiriça (Brasil, 2010), a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), a proposta de “Consolidação dos Planos de Desenvolvimento e Integração das Faixas de Fronteira” (Brasil, 2017) e o documento de referência Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste PRDCO 2024 -2027 (Brasil, 2023), observou-se que o Governo Federal tem estabelecido a sua base territorial de ações e áreas de planejamento na faixa de fronteira, dividindo-a em três grandes arcos.

O Arco Norte, com limite que abarca a faixa de fronteira dos Estados do Pará, Amapá, Roraima e Acre; o Arco Central, com abrangência da faixa de fronteira dos estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e; o Arco Sul, que contempla a faixa de fronteira dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Estes três arcos estabelecem 588 municípios como área de abrangência.

Contudo, com base no levantamento do IBGE (2022), pode-se identificar a perda de dois (02) municípios no Amazonas e, *pari passu*, também ocorreu o reconhecimento de um percentual do território de quatro (04) municípios no contexto da Faixa de Fronteira que ampliou de 588 para 590 municípios, em especial nos estados de Rondônia, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (Quadro 2).

Quadro 2 - Municípios brasileiros na Faixa de Fronteira, distribuídos por regiões definidas por arcos

ARCO	ESTADO	Nº. MUNICÍPIOS 2005/2017	IBGE 2022
I - Norte	Amapá	8	8
	Pará	5	5
	Roraima	15	15
	Amazonas	21	19
	Acre	22	22
	Total	71	69
II - Central	Rondônia	27	28
	Mato Grosso	28	28
	Mato Grosso do Sul	44	45
	Total	99	101
Sul	Paraná	139	139
	Santa Catarina	82	83
	Rio Grande do Sul	197	198
	Total	418	420
Total de Municípios		588	590

Fonte: Brasil, 2017; IBGE, 2022. Organizado por: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

Estes grandes arcos estão divididos em 17 (dezessete) sub-regiões, como frutificação do reconhecimento da complexidade existente na diversidade de organização territorial, bem como nos múltiplos sistemas econômicos, administrativos e culturais existentes ao longo de toda extensão territorial que abarca os 150 km que demarca a faixa de fronteira terrestre brasileira.

Em relação à posição geográfica dos municípios em relação à linha de fronteira, o Governo Federal tem dividido administrativamente em duas categorias principais: os municípios lindeiros e os não-lindeiros.

No grupo dos municípios lindeiros, há uma subdivisão em três subgrupos distintos: 1) aqueles cujo território municipal faz fronteira direta com o país vizinho, e sua sede está localizada na própria linha internacional, podendo ou não ter uma conurbação ou semi-conurbação com uma localidade do país vizinho (conhecidos como cidades-gêmeas); 2) municípios cujo território faz divisa com o país vizinho, mas cuja sede municipal não está localizada na linha internacional; e 3) municípios cujo território faz divisa com o país vizinho, mas a sede municipal está localizada fora da Faixa de Fronteira.

Enquanto o grupo dos municípios não-lindeiros, que se encontram no interior da faixa, pode ser subdividido em duas categorias: 1) aqueles cuja sede municipal está localizada dentro da Faixa de Fronteira; e 2) aqueles cuja sede municipal está fora dos limites da Faixa de Fronteira (Brasil, 2010; 2017; 2023). Essa divisão estabelece diretrizes para a definição dos municípios que passaram a compor o perímetro da faixa de fronteira da região Centro Oeste do

Brasil.

Conforme o Grupo Retis/IGEO UFRJ (Brasil, 2005) e a proposta presente no documento “Bases para uma proposta de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira – Grupo de Trabalho Interfederativo de Integração Fronteiriço”, o Arco Central foi constituído com base nas referências de desenvolvimento regional e identitárias, considerando o caráter de “transição entre a Amazônia e o Centro-Sul do País e de sua posição central no subcontinente. É nele onde se encontram as duas principais bacias hidrográficas sul-americanas: a Bacia Amazônica e a Bacia do Paraná–Paraguai” (Brasil, 2010, p.19).

A partir da definição do Arco Central e os critérios jurídicos e técnicos para integrar a Faixa de Fronteira que se estabeleceu diretrizes para o reconhecimento atual de um conjunto de 101 (cento e um) municípios, que passaram a compor o perímetro da Faixa de Fronteira da região Centro Oeste (FF-CO) do Brasil, aos quais estabelecem as fronteiras com a Bolívia e o Paraguai.

Na perspectiva administrativa interna brasileira, o Arco Central constitui-se a partir de uma grande diversidade cultural, ambiental, econômica em meio aos três biomas, ou seja, Amazônia, Cerrado e Pantanal, bem como é organizado de forma plural e distinta social, temporal e territorialmente em meio aos estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Desta forma, com base nos documentos de base de 2017 (Brasil, 2017), este Arco encontrava-se dividido em:

VII. Sub-região Madeira-Mamoré (Sub-região Cultural Madeira-Mamoré). Inclui os municípios de:

1 - Campo Novo de Rondônia, 2 - Buritis, 3 - Guajará-Mirim, 4 - Nova Mamoré e 5 - Porto Velho no Estado de Rondônia.

VIII. Sub-região Fronteira do Guaporé (Sub-região Cultural Alto Paraguai/MT e Vale do Guaporé/RO). Inclui os municípios de:

6 - Costa Marques, 7 - Seringueiras, 8 - São Miguel do Guaporé, 9 - Alvorada d'Oeste, 10 - Nova Brasilândia d'Oeste, 11 - Novo Horizonte do Oeste, 12 - Rolim de Moura, 13 - Alta Floresta d'Oeste, 14 - São Francisco do Guaporé, 15 - Alto Alegre dos Parecis, 16 - Corumbiara, 16 - Cerejeiras, 17 - Pimenteiras do Oeste e 18 - Cabixi no Estado de Rondônia.

IX. Sub-região Chapada dos Parecis (Sub-região Cultural Chapada dos Parecis). Inclui os municípios de: 19 - Chupunguaia, 20 - Colorado do Oeste, 21 - Parecis, 22 - Pimenta Bueno, 23 - Primavera de Rondônia, 24 - Santa Luzia d'Oeste, 25 - São Felipe do Oeste e 26 - Vilhena, no Estado de Rondônia; Comodoro, Conquista d'Oeste, Campos de Júlio, Sapezal, Nova Lacerda e Tangará da Serra, no Estado de Mato Grosso.

X. Sub-região Alto Paraguai (Sub-região Cultural Alto Paraguai/MT e Vale do Guaporé/RO). Inclui os municípios de: Araputanga, Barra do Bugre, Curvelândia, Figueirópolis d'Oeste, Glória d'Oeste, Indiavaí, Jauru, Lambari d'Oeste, Mirassol d'Oeste, Pontes e Lacerda, Porto Esperidião, Porto Estrela, Reserva do Cabaçal, Rio Branco, Salto do Céu, São José dos Quatro Marcos, Vale de São Domingos, Vila Bela da Santíssima Trindade no Estado de Mato Grosso.

XI. Sub-região Pantanal (Sub-região Cultural Chaquenha-Pantaneira). Inclui os municípios de: Barão de Melgaço, Cáceres, Nossa Senhora do Livramento e Poconé, no Estado de Mato Grosso; Aquidauana, Anastácio, Corumbá, Ladário, Miranda, Porto Murtinho no Estado de Mato Grosso do Sul.

XII. Sub-região Bodoquena (Sub-região Cultural Chaquenha-Pantaneira). Inclui os municípios de: Bela Vista, Bodoquena, Bonito, Caracol, Guia Lopes da Laguna, Jardim e Nioaque, no Estado de Mato Grosso do Sul.

XIII. Sub-região Dourados (Sub-região Cultural Cone-sul-mato-grossense). Inclui os municípios de: Caarapó, Deodápolis, Dois Irmãos do Buriti, Douradina, Dourados, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Jateí, Laguna Carapã, Maracajú, Novo Horizonte do Sul [*Nova Alvorada do Sul, inserido a partir de 2021*] Rio Brilhante, Sidrolândia, Taquarussu e Vicentina no Estado de Mato Grosso do Sul.

XIV. Sub-região Cone Sul-mato-grossense (Sub-região Cultural Cone Sul-mato-grossense). Inclui os municípios de: Amambaí, Antônio João, Aral Moreira, Coronel Sapucaia, Eldorado, Iguatemi, Itaquiraí, Japorã, Juti, Mundo Novo, Naviraí, Paranhos, Ponta Porã, Sete Quedas e Tacuru, no Estado de Mato Grosso do Sul (Brasil, 2005, p. 65-66; Brasil, 2017, p. 59-60, grifos e inclusão nossa).

Após estudos geoespaciais desenvolvidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2020 o total da Faixa de Fronteira brasileira correspondia o equivalente a 16,6% do território, e se constituía a partir das áreas territoriais dos 588 municípios localizados na faixa de fronteira com os países da América do Sul, que se formam ao longo de 15 mil quilômetros (km) de comprimento do norte ao sul do país, na faixa de 150 km de largura, com uma área total de 1,4 milhão de km², incluindo a Lagoa dos Patos e a Lagoa Mirim, no Rio Grande do Sul.

Em 2022, conforme IBGE, após um delineamento mais apurado da cobertura do território brasileiro por meio de imagens de satélite, que proporcionou um cálculo mais exato, realizou-se uma nova atualização no cálculo da área territorial que resultou no valor total da extensão territorial do Brasil de 8.510.417,771 km², o equivalente a 72,231 km² a mais que os 8.510.345,540 km² publicados em 2021 (IBGE, 2023). Com isso, ocorreu uma nova mensuração da extensão de superfícies em trechos da fronteira internacional do Brasil nos estados do Amazonas, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (IBGE, 2023)¹.

Acerca do Arco Central, que se encontra dividido administrativamente nas oito (08) sub-regiões supracitadas, a área territorial mudou na medida em que passou a integrar mais dois municípios a partir de 2022, com estudo do IBGE (2022), onde incorporou 0,009 km² do município de Governador Jorge Teixeira, no estado de Rondônia, e 23,95 km² de Nova Alvorada do Sul, no Mato Grosso do Sul, ambos com sede fora da faixa de fronteira.

Ao enfocarmos os 73 municípios que passaram a compor a região administrativa da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, vinculada ao Ministério da Integração

¹ Ver: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/36532-ibge-atualiza-dados-geograficos-de-estados-e-municipios-brasileiros>

e do Desenvolvimento Regional, instância do Governo Federal, conforme vamos observar nas próximas seções e tabelas, pode-se constatar a existência de 16 municípios, localizados nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, que não possuem suas sedes administrativas na faixa de fronteira. Dentre esses, encontra-se o outro município que passou a ser reconhecido pelo IBGE em 2022 como parte da Faixa de Fronteira no Arco Central, denominado de Nova Alvorada do Sul, com 0,60% do seu território na faixa de 150 km e sede fora (Tabela 1).

Tabela 1: Municípios com sede fora da Faixa de Fronteira do Centro Oeste (FF-CO).

Sub-região	UF	Município	Area Total (km²)	Area na Faixa (km²)	Percentual na Faixa (%)
XI – Pantanal	MS	Anastácio	2.913,17	225,15	7,73
		Aquidauana	17.087,02	2.180,19	12,76
		Miranda	5.471,43	3.740,69	68,37
	MT	Barão de Melgaço	11.374,87	1.094,79	9,62
		Nossa Senhora do Livramento	5.537,41	221,94	4,01
		Poconé	17.156,75	11.754,19	68,51
X – Alto Paraguai	MT	Barra do Bugres	5.976,86	1.302,56	21,79
		Porto Estrela	2.045,46	1.208,60	59,09
IX – Chapada dos Parecis	MT	Tangará da Serra	11.636,82	968,01	8,32
		Sapezal	13.614,55	41,85	0,31
XIII – Dourados	MS	Deodápolis	828,53	79,88	9,64
		Dois Irmãos do Buriti	2.431,60	1,17	0,05
		Nova Alvorada do Sul	4.025,01	23,95	0,60
		Novo Horizonte do Sul	849,19	72,17	8,50
		Sidrolândia	5.265,69	1.605,49	30,49
		Taquarussu	1.052,23	123,59	11,75

Fonte: IBGE, 2023. Organizado por: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

A inclusão de mais um município na Faixa de Fronteira do Centro Oeste (FF-CO), mesmo que não esteja com sede na faixa, ao mesmo tempo que complexificou a atuação, também amplia as possibilidades de atuação do governo federal de modo a transformar as diferentes realidades locais, através de investimentos financeiros e desenvolvimento de programas voltados para atender as demandas sociais, econômicas e culturais locais de cada município.

Em contraste, existem 57 (cinquenta e sete) municípios, mato-grossenses e sul-mato-grossenses, incluindo as cidades gêmeas, com sede na Faixa de Fronteira do Centro Oeste e suas respectivas áreas totais, áreas em km e percentual na faixa (Tabela 2).

Tabela 2: Municípios e cidades-gêmeas, mato-grossenses e sul-mato-grossenses com sede na FF-CO e suas respectivas áreas totais, áreas em km e percentual na faixa.

SUB-REGIÃO	MUNICÍPIO	ÁREA TOTAL (km²)	ÁREA INTEGRADA NA FAIXA (km²)	% NA FAIXA	CIDADE GÊMEA
IX – Chapada dos Parecis	Campos de Júlio	6.792,81	4.745,51	69,86	--
	Comodoro	21.485,02	15.700,25	73,08	--
	Conquista D'Oeste	2.684,68	2.684,68	100	--
	Nova Lacerda	4.780,43	4.780,43	100	--
X – Alto Paraguai	Araputanga	1.639,73	1.639,73	100	--
	Curvelândia	357,12	357,12	100	--
	Figueirópolis D'Oeste	891,44	891,44	100	--
	Glória D'Oeste	833,13	833,13	100	--
	Indiavaí	592,49	592,49	100	--
	Jauru	1.345,41	1.345,41	100	--
	Lambari D'Oeste	1.810,55	1.810,55	100	--
	Mirassol d'Oeste	1.085,49	1.085,49	100	--
	Pontes e Lacerda	8.545,29	8.545,29	100	--
	Porto Esperidião	5.835,28	5.835,28	100	--
	Reserva do Cabaçal	1.331,68	719,71	54,05	--
	Rio Branco	539,28	539,28	100	--
	Salto do Céu	1.753,38	1.561,58	89,06	--
	São José dos Quatro Marcos	1.282,76	1.282,76	100	--
	Vale de São Domingos	1.901,55	1.593,51	83,8	--
	Vila Bela da Santíssima Trindade	13.484,71	13.484,71	100	Em estudo
XI – Pantanal	Cáceres	24.495,51	24.491,57	99,98	SIM
	Corumbá	64.432,45	46.550,46	72,25	SIM
	Ladário	354,25	354,25	100	--
	Porto Murtinho	17.505,20	17.505,20	100	SIM
XII - Bodoquena	Bela Vista	4.899,44	4.899,44	100	SIM
	Bodoquena	2.591,93	2.404,80	92,78	--
	Bonito	5.373,02	4.956,92	92,26	--
	Caracol	2.943,21	2.943,21	100	--
	Guia Lopes da Laguna	1.225,43	1.225,43	100	--
	Jardim	2.126,13	2.126,13	100	--
	Nioaque	3.909,44	3.748,89	95,89	--
XIII - Dourados	Caarapó	2.115,73	2.115,73	100	--
	Douradina	280,45	280,45	100	--
	Dourados	4.062,24	3.864,59	95,13	--
	Fátima do Sul	315,33	315,33	100	--
	Glória de Dourados	493,43	276,08	55,95	--
	Itaporã	1.342,76	1.342,76	100	--
	Jateí	1.933,32	1.704,67	88,17	--
	Laguna Carapã	1.725,78	1.725,78	100	--
	Maracaju	5.396,91	5.388,56	99,85	--
	Rio Brilhante	3.983,56	2.395,49	60,13	--
	Vicentina	312,42	312,42	100	--
XIV - Cone Sul-mato- grossense	Amambai	4.193,74	4.193,74	100	--
	Antônio João	1.142,90	1.142,90	100	--
	Aral Moreira	1.653,86	1.653,86	100	--
	Coronel Sapucaia	1.023,73	1.023,73	100	SIM
	Eldorado	1.012,80	1.012,80	100	--
	Iguatemi	2.957,41	2.957,41	100	--
	Itaquiraí	2.063,72	2.063,72	100	--
	Japorã	416,60	416,60	100	--
	Juti	1.569,18	1.569,18	100	--
	Mundo Novo	478,38	478,38	100	SIM
	Naviraí	3.189,67	3.189,67	100	--
	Paranhos	1.307,09	1.307,09	100	SIM
	Ponta Porã	5.359,35	5.359,35	100	SIM
	Sete Quedas	839,11	839,11	100	--
	Tacuru	1.784,21	1.784,21	100	--

Fonte: IBGE, 2022. Organizado por: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

Ao considerarmos essa vasta extensão territorial dos municípios na Faixa de Fronteira do Centro Oeste, com 254.567,79 km², destes 111.102,08 km² no estado de Mato Grosso e 142.465,71 km² no Mato Grosso do Sul, conformando uma faixa de limite com aproximadamente 2.354 km de extensão. Torna-se evidente, portanto, que essa região é peculiar e possui desafios e oportunidades únicas, moldadas pelas características geográficas, culturais, econômicas e ambientais singulares.

4. VISÃO REGIONALIZADA DA FAIXA DE FRONTEIRA DO CENTRO OESTE

Olhar para a Faixa de Fronteira, a partir da subdivisão em arcos, foi fundamental para criar elementos para se pensar o planejamento regional e integrado. Essa divisão territorial acompanha, de certo modo, a divisão que o IBGE propõe para o Brasil. Somente uma pequena parte de Rondônia que se integra ao Arco Central, juntamente com os municípios vizinhos no estado de Mato Grosso. Considera, portanto, elementos físico-geográficos, socioeconômicos e de ocupação territorial que permitem visualizar sub-regiões no contexto dos Arcos da Faixa de Fronteira (Brasil, 2005). O Arco Central é composto por oito sub-regiões e seis delas abrangem municípios do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul que interessam, diretamente, a este estudo (Quadro 3).

Quadro 3 - Sub-regiões que formam o Arco Central da Faixa de Fronteira do Centro-Oeste brasileiro.

Sub-regiões do Arco Central	Municípios
IX – Sub-região Chapada dos Parecis	Campos de Júlio, Comodoro, Conquista D'Oeste, Nova Lacerda, Sapezal e Tangará da Serra.
X – Sub-região Alto Paraguai	Araputanga, Barra do Bugres, Curvelândia, Figueirópolis D'Oeste, Glória D'Oeste, Indiavaí, Jauru, Lambari D'Oeste, Vila Bela da Santíssima Trindade, Mirassol d'Oeste, Pontes e Lacerda, Porto Esperidião, Porto Estrela, São José dos Quatro Marcos, Reserva do Cabaçal, Rio Branco, Salto do Céu e Vale de São Domingos.
XI – Sub-região Pantanal	Barão de Melgaço, Cáceres, Nossa Senhora do Livramento, Poconé, Anastácio, Aquidauana, Corumbá, Ladário, Miranda, Porto Murtinho e Sidrolândia.
XII – Sub-região Bodoquena	Bela Vista, Bodoquena, Bonito, Guia Lopes da Laguna, Jardim e Nioaque.
XIII – Sub-região Dourados	Caarapó, Caracol, Deodápolis, Dois Irmãos do Buriti, Douradina, Dourados, Eldorado, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Jateí, Maracaju, Nova Alvorada do Sul , Novo Horizonte do Sul, Rio Brilhante, Taquarussu e Vicentina.
XIV – Sub-região do Cone Sul-mato-grossense	Amambai, Antônio João, Aral Moreira, Coronel Sapucaia, Iguatemi, Itaquiraí, Japorã, Juti, Laguna Carapã, Mundo Novo, Naviraí, Paranhos, Ponta Porã, Sete Quedas e Tacuru.

Fonte: Brasil, 2005; IBGE, 2022.

A partir das vivências e experiências das/nas fronteiras, nossa proposta é trazer novos elementos para incrementar o excelente trabalho desenvolvido pelo grupo responsável pela elaboração da Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de

Fronteira. Também contribuiu, a leitura e reflexão do trabalho organizado por Monteiro (2016) sobre a fronteira brasileira com a Bolívia na escala territorial do estado de Mato Grosso.

O professor Silvio Monteiro e colaboradores, através do contrato ALMT-COOTRADE Nº44/2015/SCCC/ALMT, dão luz aos fronteiriços na sua plenitude ao abordar as interações sociais e, conseqüentemente, econômicas e culturais dos vizinhos à linha do limite internacional Brasil-Bolívia. Neste trabalho, as comunidades rurais são ativas e flexionam as dobras do limite internacional para o trabalho e para a utilização dos serviços de saúde, educação, “benefícios” sociais e até políticos (Monteiro, 2016).

Por isso, mesmo reconhecendo a extensão territorial da Faixa de Fronteira, o professor Silvio Monteiro e seus colaboradores priorizam seus esforços nos municípios com interações fronteiriças com seus vizinhos bolivianos. São observadas as dinâmicas e os fluxos territoriais para um e outro lado do limite internacional. São práticas cotidianas que devem ser consideradas num propósito de desenvolvimento regional. Mas, suas amplificações não atingem a Faixa de Fronteira como um todo, apenas sua epiderme e, algumas, estradas que drenam os interesses migratórios na direção das capitais estaduais e do restante do País.

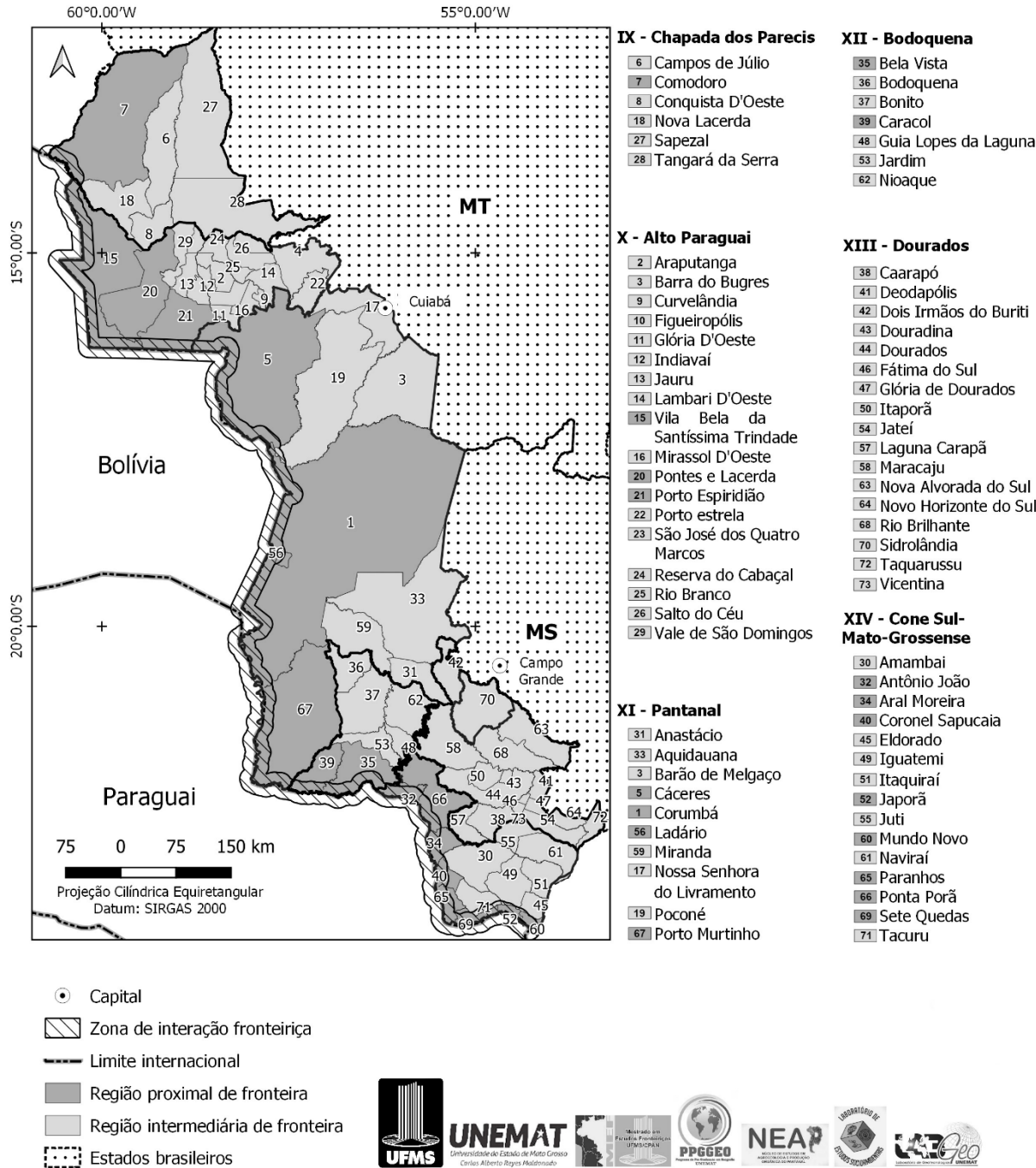
Diante disso, para fins de planejamento territorial, propomos que a faixa de fronteira deva ser fragmentada em áreas de maiores e de menores interações socioterritoriais fronteiriças. Optou-se por se apropriar de uma terminologia inspirada naquela utilizada para a subdivisão regional pelo IBGE. Assim, teríamos as Regiões Fronteiriças Proximais (dentro da faixa de fronteira e com intensas interações cotidianas com povos do país vizinho) e as Regiões Fronteiriças Intermediárias (dentro da faixa de fronteira, mas com poucas interações cotidianas com povos do país vizinho), conforme pode ser observada na figura 1.

Essa divisão não é estática, pois as fronteiras são dinâmicas, ora alargam, ora retraem. A precisão é apenas relativa, por conta disso e do reconhecimento da impossibilidade de identificar os limites da criatividade do ser humano. Contudo, a delimitação respeita os limites territoriais de cada município para facilitar a proposição de políticas públicas e instrumentos de indução de desenvolvimento territorial, as imprecisões de demarcação se tornam pouco constrangedoras.

Cabe mencionar que os pesquisadores reconhecem as limitações do conceito de desenvolvimento territorial debatidas à luz da perspectiva decolonial. Em que pese a própria grafia da palavra, o desenvolvimento é entendido, aqui, com o envolvimento das sociedades componentes da fronteira, inclusive a lindeira. Nosso olhar não se volta, apenas, para as grandes forças econômicas que são vitais para o crescimento do País. Tem seu foco nas possibilidades de uso do território em favor das comunidades menos favorecidas economicamente. Entende-

se que o desenvolvimento pressupõe a articulação entre as forças internas e as oportunidades de entorno e externas presentes nos territórios em favor da melhoria da qualidade de vida de suas populações.

Figura 1: Regiões de planejamento da Faixa de Fronteira da Região Centro-Oeste (FF-CO).



Organizado por: LABGEO UNEMAT; NEAP - UFMS (2023).

As cidades gêmeas dominam o contexto da região fronteira proximal. Importante destacar que a noção de cidade gêmea envolve sua proposição original, que remete a interações populacionais cotidianas. Isso é importante para se perceber a impossibilidade de apresentar uma proposta de desenvolvimento territorial sem considerar a vizinhança (Quadro 4).

Quadro 4 - Comparativo populacional das cidades gêmeas na região Centro-Oeste do Brasil.

Cidade brasileira	População 2022	Cidade boliviana	População 2020
Cáceres	89.478	San Matías	14.470
Corumbá	96.268	Puerto Quijarro	16.659
Cidade brasileira	População 2022	Cidade Paraguaia	População 2022
Porto Murtinho	12.859	Capitán Carmelo Peralta	4.624
Bela Vista	21.613	Bella Vista Norte	18.226
Ponta Porã	92.017	Pedro Juan Caballero	125.347
Coronel Sapucaia	14.161	Capitán Bado	19.112
Paranhos	12.921	Ypejhú	4.624
Mundo Novo	19.193	Salto de Guairá	23.536

Fonte: IBGE, Brasil, 2022; INE, Bolívia, 2020; DGEEC, Paraguai, 2022.

5. EIXOS ESTRATÉGICOS DA FAIXA DE FRONTEIRA DA CENTRO-OESTE

Os dados deste relatório visam fornecer uma visão abrangente das estratégias propostas e seus potenciais impactos, contribuindo para uma compreensão mais clara das perspectivas de desenvolvimento econômico nesta região estratégica do Brasil, bem como oportunizar reflexões e geração de propostas de iniciativas que visam fortalecer a economia regional, gerar empregos, atrair investimentos e promover a inclusão social, considerando os fatores internos e externos, ou seja, as particularidades, com suas forças, fraquezas, bem como as oportunidades e desafios impostas ou apresentadas aos municípios fronteiriços. Ou seja, os dados, informações e análises estão relacionadas aos fatores internos e externos, forças e fraquezas, oportunidades e ameaças relativas às atividades de desenvolvimento econômico dos municípios mato-grossenses e sul-mato-grossenses.

São os seguintes Eixos Estratégicos trabalhados em sequência: educação; infraestrutura e logística; saúde; segurança; desenvolvimento econômico; turismo e; meio ambiente.

5.1 - EDUCAÇÃO

Responsável(is): Sílvia (Edgar e Marco ajudam)

5.2 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Responsável(is): Anderson e Adilson Reis

5.3 - SAÚDE

Responsável(is): Sandra (Edgar e Marco ajudam)

5.4 - SEGURANÇA

Responsável(is): Marco Aurélio (Edgar e Anderson ajudam)

5.5 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Responsável(is): Edgar e Renato (Adilson e Sílvia ajudam)

5.6 - TURISMO

Responsável(is): Renato, Anderson e Edgar

5.7 - MEIO AMBIENTE

Responsável(is): Aguinaldo e Beatriz

5.1 - EDUCAÇÃO

5.1.1 Síntese dos potenciais observados (Forças)

1. Ampla cobertura de internet nas escolas;
2. Existência maciça de Plano de Cargos e Carreiras para os profissionais do magistério e da educação;
3. Oferta de espanhol na rede estadual de ensino dos municípios, em especial no estado de Mato Grosso do Sul para as escolas em tempo integral;
4. Oferta de Língua Indígena nas escolas de alguns municípios;
5. Oferta de Ensino Técnico profissionalizante;
6. Existência de cursos presenciais de universidades públicas e privadas;
7. Oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

5.1.2 Síntese dos problemas observados (Fraquezas)

1. Metas não atingidas nas avaliações externas - SAEB para os anos iniciais Ensino Fundamental;
2. Metas não atingidas nas avaliações externas SAEB para os anos finais do Ensino Fundamental;
3. Metas não atingidas nas avaliações externas SAEB para o Ensino Médio;
4. Dificuldades de domínio da língua espanhola por professores e alunos;
5. Falta de políticas educacionais específicas para as cidades fronteiriças;
6. Disponibilidade de internet com transmissão de fibra óptica para as escolas;
7. Oferta de Língua Espanhola nas redes estaduais, com foco apenas nas escolas em tempo integral.

5.1.3 Síntese das ameaças observadas

1. Ampliação do ensino à distância, em detrimento de universidades presenciais;
2. Ausência de recursos para investimento em infraestrutura escolar;
3. Contingente desconhecido de estudantes do país vizinho que realizam migração pendular para estudar em escolas brasileiras;
4. Ampliação da violência no ambiente escolar;
5. Ampliação da intolerância social.

5.1.4 Síntese das oportunidades observadas

1. Adesão do Brasil à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e fomento a ações como do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA);
2. Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste - PRDCO 2024 -2027;
3. Avanços da inteligência artificial (IA);
4. Intercâmbio cultural com os vizinhos fronteiriços.

5.1.5 Carteira de projetos

Projeto	Ações estratégicas	Municípios envolvidos	Parceiros/financiadores	Prazo	Indicador de sucesso
Observatório para educação intercultural da fronteira	i. Estruturar um observatório em uma universidade com reconhecida pesquisa em fronteira que seja orientado por gestão trinacional e disposto em dois subsetores BR-BO e BR-PY	Municípios conurbados e lindeiros dos Estados de MT (3) e MS (12), e das províncias Angel Sandoval, José Miguel de Velasco e Germán Busch (BR-BO) e; dos departamentos Alto Paraguay, Concepción e Canindeyú (BR-PY)	Inicialmente, Instituições estatais do MT e MS (Universidades e IFs) e o mesmo nas províncias e Departamentos vizinhos (BO-PY); Secretarias Municipais de Educação, Estaduais, Provinciais e Departamentais, outras Universidades, Ministérios de Educação, MERCOSUL, UNESCO	Curto e Médio	i. Acordos de cooperação técnica, assinados; ii. Cursos de pós-graduação em execução; iii. Eventos internacionais sobre educação intercultural realizados e anais publicados
	ii. Desenvolver Acordos de Cooperação Técnica com fins de planejamento e execução de mobilização intercultural				
	iii. Incentivar programas de pós-graduação lato sensu organizados de forma cooperativa				
	iv. Desenvolver e operar um sistema de memória & Comunicação				
Estudo do potencial de instituições de educação universitária da fronteira do Centro-Oeste brasileiro	i. Identificar os cursos existentes, corpo docente, instalações, experiência em educação intercultural, pesquisas e publicações	Municípios conurbados e lindeiros dos Estados de MT (3) e MS (12), e das províncias Angel Sandoval, José Miguel de Velasco e Germán Busch (BR-BO) e; dos departamentos Alto Paraguay, Concepción e Canindeyú (BR-PY)	Instituições de Ensino Superior e Tecnológico da faixa de fronteira brasileira na região Centro Oeste e das Províncias (BO) e Departamentos (PY) fronteiriças à região em estudo	Curto	- Quadro de expertises elaborado e divulgado na Plataforma TIC-Educação para Fronteiras Fraternas.
	ii. Elaborar um quadro de expertises de docentes para o ensino profissional sobre atuação em fronteiras				

Oferta de curso de pós-graduação lato sensu em Planejamento e administração de escolas interculturais fronteiriças	Incentivar a realização de curso de pós-graduação bilíngue (classes e material) de natureza híbrida	Municípios conurbados e lindeiros dos Estados de MT (3) e MS (12), e das províncias Angel Sandoval, José Miguel de Velasco e Germán Busch (BR-BO) e; dos departamentos Alto Paraguay, Concepción e Canindeyú (BR-PY)	Docentes da Rede Escolar dos municípios e Secretarias Municipais, Provinciais, Departamentais e Estaduais, SUDECO, UNESCO, UE-OCDE, MERCOSUL, Universidades, Institutos	Médio	- Curso realizado
Oferta de curso de pós-graduação lato sensu em Planejamento de programas de aprendizagem de educação de adultos em zonas fronteiriças	Incentivar a realização de curso de pós-graduação bilíngue (classes e material) de natureza híbrida	Municípios conurbados e lindeiros dos Estados de MT (3) e MS (12), e das províncias Angel Sandoval, José Miguel de Velasco e Germán Busch (BR-BO) e; dos departamentos Alto Paraguay, Concepción e Canindeyú (BR-PY)	Secretarias Municipais de Educação, Prefeituras, Associações Empresariais, Sindicatos, MTE, SEBRAE, SESC, SENAI, UNESCO, OIT, MERCOSUL, Universidades, Institutos	Longo	- Curso realizado
Oferta de curso de pós-graduação lato sensu em Planejamento de programas de aprendizagem de educação de adultos em zonas fronteiriças	Incentivar a realização de curso de pós-graduação bilíngue (classes e material) de natureza híbrida	Municípios conurbados e lindeiros dos Estados de MT (3) e MS (12), e das províncias Angel Sandoval, José Miguel de Velasco e Germán Busch (BR-BO) e; dos departamentos Alto Paraguay, Concepción e Canindeyú (BR-PY)	Secretarias Municipais de Educação, Prefeituras, Associações Empresariais, Sindicatos, MTE, SEBRAE, SESC, SENAI, UNESCO, OIT, MERCOSUL, Universidades, Institutos	Longo	- Realização do curso
Oferta de curso de pós-graduação lato sensu em Uso das TICs na educação intercultural (Plataforma TIC-Educação Para Fronteiras Fraternas)	Incentivar a realização de curso de pós-graduação bilíngue (classes e material) de natureza híbrida	Municípios conurbados e lindeiros dos Estados de MT (3) e MS (12), e das províncias Angel Sandoval, José Miguel de Velasco e Germán Busch (BR-BO) e; dos departamentos Alto Paraguay, Concepción e Canindeyú (BR-PY)	UAB – MEC, Secretarias de Educação, UNESCO, MERCOSUL, Universidades, Institutos	Longo	- Programa curricular elaborado e curso executado
Oferta de curso de pós-graduação lato sensu em Educação continuada em	i. Incentivar a realização de curso de pós-graduação bilíngue	Municípios conurbados e lindeiros dos Estados de MT (3) e MS (12), e das	Secretarias Municipais, Estaduais-Departamentais-Provinciais de Educação; Rede	Longo	- Número de egressos; - Número de escolas beneficiadas;

práticas educativas interculturais para escolas de fronteira	(classes e material) de natureza híbrida	províncias Angel Sandoval, José Miguel de Velasco e Germán Busch (BR-BO) e; dos departamentos Alto Paraguay, Concepción e Canindeyú (BR-PY)	de Instituições Universitárias e Tecnológicas (banco de docentes);		- Curso realizado.
	ii. Caracterizar a educação continuada nos países e níveis de ensino (avaliação, tipos de atividade, validação)				
	iii. Desenvolver pesquisa sobre demandas prioritárias gerais e específicas para a educação intercultural				
	iv. Oferecer cursos especiais em Guarany e línguas originárias				
Sistema de memória e comunicação da educação intercultural da fronteira (vinculado a Plataforma TIC-Educação Para Fronteiras Fraternas)	i. Incentivar a criação de uma central de informações estatísticas sobre a rede escolar, legislação básica de ensino e sistema de equivalências	Municípios conurbados e limítrofes dos Estados de MT (3) e MS (12), e das províncias Angel Sandoval, José Miguel de Velasco e Germán Busch (BR-BO) e; dos departamentos Alto Paraguay, Concepción e Canindeyú (BR-PY)	Rede participativa do Observatório; Secretarias de Educação, Escolas, Ministérios, UNESCO, MERCOSUL, Universidades, Institutos	Médio	- Número de consultas; - Número acessos ao site - Plataforma em funcionamento
	ii. Apoiar ações de atualização anual do banco de docentes da rede e das instituições de tecnologia e ensino superior associadas				
	iii. Elaborar um sistema de informações sobre calendários de eventos gerais e escolares, educação continuada, publicações de TCCs, resultados de pesquisas, notícias de atividades escolares, banco de imagens, cartografia etc.				

Programa Educação Conectada	Executar o Programa de Educação Continuada em todos os municípios da faixa de fronteira	Todos	Sudeco, governos estaduais, prefeituras, MEC, MIDR, Banco do Brasil, Sicredi, Sistema “S”	Médio	Programa em funcionamento nas escolas
Programa de apoio à Pesquisa, Inovação e Formação de Pessoas	Fomentar a pesquisa, a inovação e a formação de pessoas através de Editais específicos	Todos	Sudeco, governos estaduais, prefeituras, MEC, MIDR, Banco do Brasil, Sicredi, Sistema “S”	Médio	Número de pessoas capacitadas
Apoio ao ensino profissional e tecnológico	Fortalecer a Educação Profissional e Tecnológica	Todos	Sudeco, governos estaduais, prefeituras, MEC, MIDR, Banco do Brasil, Sicredi, Sistema “S”	Médio	Número de pessoas capacitadas
Programa de melhoria da qualidade do Ensino da Educação Básica e da infraestrutura escolar	Incentivar a melhoria da infraestrutura física e da qualidade do ensino na Educação Básica	Todos	Sudeco, governos estaduais, prefeituras, MEC, MIDR, Banco do Brasil, Sicredi, Sistema “S”	Médio	- Escolas reformadas; - Índice escolar elevado
Programa de melhoria dos indicadores educacionais da faixa de fronteira	Apoiar ações de melhoria dos indicadores escolares	Todos	Sudeco, governos estaduais, prefeituras, MEC, MIDR, Banco do Brasil, Sicredi, Sistema “S”	Médio	Melhoria dos índices escolares

Prazo: curto – 1 ano; médio – 4 anos ou; longo - 8 anos

5.1.6 Mapeamento de Stakeholders

Principais Atores Governamentais	Principais Atores do Sistema Produtivo	Principais Atores do Sistema Financeiro, voltado para o Desenvolvimento	Principais Atores Paraestatais
Ministérios de Educação (BR-BO-PY), SUDECO, Secretarias Estaduais, Departamentais, Provinciais de Educação e de	Municípios, Associações Comerciais e Industriais, Sindicatos, Cooperativas;	CAF (Corporação Andina de Fomento), BNDES, FOCEM (MERCOSUL), Banco do Brasil, Sicredi.	Fundações de Ensino e/ou Pesquisa; INEP, Sistema “S”: SESC, SEBRAE, SENAI, SETIC (Serviço de Aprendizagem em

Cultura (BR-BO-PY), Secretarias Municipais de Educação; Universidades, Institutos Estaduais e Federais de Educação técnica-tecnológica, UNESCO, UE-OCDE, MERCOSUL, Consulados			TIC); OSCIPs educacionais; Fundação Banco do Brasil; Fundação BRADESCO; Sistema UAB (Universidade Aberta do Brasil – EaD), Universidades, Institutos, Centros de Pesquisas
---	--	--	--

5.2 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

5.2.1 Síntese dos potenciais observados (Forças)

1. Localização geográfica (do Mercosul e dos países do noroeste da América do Sul);
2. [Implantação da Rota Bioceânica em Mato Grosso do Sul](#)
3. Presença de aeroportos nas cidades-gêmeas;
4. Existência da demarcação das linhas férreas;
5. Hidrovia Paraguai-Paraná;
6. Quantidade e qualidade das rodovias federais e estaduais em MS (condições das estradas e sinalização);
7. Alto contingente populacional na faixa de fronteira de MS;
8. Cadeias produtivas (minério, grãos, bovina);
9. Presença de universidades federais, estaduais e centros de pesquisa;
10. Existência de inúmeros diagnósticos e planejamentos concretos para potencializar a infraestrutura na faixa de fronteira;
11. Existência da ZPE em Cáceres, em vias de funcionamento.

5.2.2 Síntese dos problemas observados (Fraquezas)

1. Decrescimento populacional na faixa de fronteira;
2. Baixa operacionalização dos aeroportos de Corumbá, Ponta Porã e Bonito;
3. Atraso nas obras dos aeroportos de Dourados, Cáceres e Tangará da Serra;
4. Monopólio de uma única companhia nos aeroportos;
5. Subutilização e sucateamento da Malha Oeste;
6. Inutilização e sucateamento do porto fluvial de Cáceres;
7. Atraso na obra MS-345 (Bonito, Aquidauana);
8. Qualidade das estradas estaduais e federais de MT, principalmente: BR-174, BR-264, MT-245, MT-246, MT-247, MT-265, MT-343. Todas precisam de ampla reforma;
9. Qualidade das cabeceiras das pontes (asfalto);
10. Qualidade e durabilidade das pontes de madeiras nas estradas estaduais (MT e MS);
11. Falta estrutura para vários trechos rodoviários de MS e MT (postos de gasolina, Polícia Rodoviária Federal, borracharias e conveniências, sinal de telefone nas estradas);
12. Não operacionalização da PNRS (aterro e cooperativas de reciclagens);

13. Pouca/nula representação política dos municípios fronteiriços nas bancadas estadual e federal;

14. Engavetamento e não implantação dos vários diagnósticos e planejamentos realizados para potencializar a Infraestrutura na faixa de fronteira;

15. Acesso à água potável e a coleta e tratamento de esgoto efetivo, em toda faixa de fronteira.

5.2.3 Síntese das ameaças observadas

1. Atrasos na conclusão das rodovias MS-299 e MS-165 (Sul-Fronteira);

2. Atrasos na conclusão das obras do porto fluvial de Porto Murtinho;

3. Atrasos nas conclusões das obras dos aeroportos de Dourados, Cáceres e Tangará da Serra;

4. Priorização da rodovia frente a ferrovia para escoar minérios de Corumbá e Ladário;

5. Baixo contingente nas aduanas e necessidade de atualização da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº118/92 (regulamenta a saída de bens e mercadorias adquiridos no território brasileiro) para controle aduaneiro;

6. Falta integração/controlado das rodoviárias com a Polícia Rodoviária Federal, visando humanizar e agilizar as vistorias nos ônibus de passageiros;

7. Falta regionalização de voos comerciais (MT-MS e entre os municípios de cada estado);

8. Falta controle das pistas de pouso/decolagem autorizadas localizadas em fazendas e no Pantanal;

9. Degradação ambiental do Pantanal e Cerrado;

10. Alto impacto da rodovia da morte (BR-163/humanos e BR-262/animais);

11. Alto preço dos combustíveis em todos os municípios da faixa de fronteira (as reduções não acompanham as medidas nacionais – falta fiscalização);

12. Centralização de serviços e atividades nas capitais (Cuiabá e Campo Grande);

13. Sucateamento da ponte sobre o Rio Paraguai (Corumbá, BR-262) sob-risco de voltar para concessão privada (pedágio);

14. Sucateamento da ponte sobre o Rio Paraguai (Cáceres, BR-070 /BR-174) acesso à fronteira com a Bolívia e Arco Norte;

15. Atraso na duplicação das BRs 174/070 (trecho Trevo do Lagarto/Trevo p/Poconé-Transpantaneira); Travessia da Serra do Mangaval (bifurcação); Travessia Urbana de Cáceres

(Trecho “Portal Turístico” - Ponte Marechal Rondon, que prevê viadutos, plataformas e ciclovias);

16. Atraso no Licenciamento Ambiental (Renovação) que permite a manutenção periódica via dragagem e desobstrução do Rio Paraguai, em especial nas bordas da Lagoa Gaíva.

5.2.4 Síntese das oportunidades observadas

1. Avançar/finalizar as obras da rodovia MS-419 que liga Aquidauana-Rio Negro (BR-419 e MS-345 e MS-352) para diminuir o tempo de viagem de Corumbá até Cuiabá/Cáceres;

2. Avançar/finalizar as obras da rodovia "corredor turístico";

3. Duplicação da BR-163 na divisa com MT (obras atrasadas) e próximo a Dourados;

4. Duplicação da BR-070 Cáceres-Cuiabá e da BR-170 (Porto Esperidião (MT), Vilhena (RO));

5. Asfaltamento da MT-199 (Vila Bela da Santíssima Trindade - Comodoro);

6. Retomar a inclusão da Bolívia (via Corumbá) na Rota Bioceânica e nova estrutura para a integração (substituição da ponte pequena e estreita);

7. Priorizar, com urgência, a construção das duas Rotas Bioceânica da faixa de fronteira em Mato Grosso para interligar o mercado das commodities mato-grossense ao mercado consumidor da América Latina e até da Ásia, via Oceano Pacífico, através das seguintes rotas:

1) Vila Bela da Santíssima Trindade (MT) - San Ignacio de Velasco (Bolívia). 2) Cáceres (MT) - San Matias (Bolívia). 3) As duas anteriores até Santa Cruz de La Sierra;

8. Aproveitar a flexibilização da Lei das Ferrovias para articular a retomada da Malha Oeste Corumbá (MS) - Mairinque (SP) (busca acordo e recursos);

9. Aprofundar estudos para melhorar futuro traçado da ferrovia FICO e a articulação com a ferrovia VICENTE VUOLO, visando extensões/ramal Cuiabá-Cáceres-Rondônia;

10. Implementar voos domésticos de Corumbá-Campo Grande, Ponta Porã-Campo Grande e Cáceres-Cuiabá;

11. Fazer estudo sobre o potencial econômico e social de voos regionais internos (em MS e MT);

12. Integração dos modais ferroviário e rodoviário em MT e MS, incluso silos e armazéns (escoamento de grãos, gados, minérios);

13. Criação de um programa integrado de saneamento básico para os municípios fronteiriços que se situam no bioma Pantanal (circuito das águas);

14. Intensificar a criação das unidades de transbordo e a criação de cooperativas de reciclagem;

15. Criação do Posto da Polícia Rodoviária Federal na região Vila Bela/San Ignacio/San Matias (descentralizar o controle de imigração e regularização do comércio).

5.2.5 Carteira de projetos

Projeto	Ações estratégicas	Municípios envolvidos	Prazo	Parceiros/Financiadores	Indicador de sucesso
Retomada de voos internacionais para integrar Brasil, Bolívia e Paraguai	Implantar voo internacional rota Corumbá - Santa Cruz de La Sierra	Corumbá, Ladário, Campo Grande e Bonito (Brasil) / Puerto Quijarro, Puerto Suárez, Yacuces, Santa Cruz de la Sierra (Bolívia)	Curto	Governo Federal do Brasil Governo Federal da Bolívia Prefeitura de Corumbá	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento no número de turistas na região; - Circulação dos moradores que transitam nesse perímetro - Acordos internacionais firmando o início dos voos
	Implantar voo internacional Ponta Porã - Assunção	Ponta Porã, Bela Vista, Dourados (Brasil) / Pedro Juan, Assunção (PY)	Curto	Governo Federal do Brasil Governo Federal do Paraguai Prefeitura de Ponta Porã	
Retomada de voos regionais em MT e MS	Retomar os voos regionais entre Corumbá - Campo Grande e Ponta Porã - Campo Grande - (Aeroporto Federal) a preços reais praticados no mercado	Corumbá e Ponta Porã (principal) Ladário, Bela Vista, Porto Murtinho, Aral Moreira	Curto	Infraero Prefeitura de Corumbá Prefeitura de Ponta Porã	<ul style="list-style-type: none"> - Circulação de passageiros dos municípios de MS - Intensificação do turismo nessas regiões, em consonância com a proposta do MS + Criativo - Realização de estudos específicos que comprovem a demanda e a efetividade das rotas - Articulação das prefeituras, apesar da gestão ser federal (concessão)
	Concluir as obras do aeroporto de Dourados e retomar rota para Campo Grande e para Campinas	Dourados (principal) e demais municípios do seu entorno	Médio	Governo do Estado de MS Prefeitura de Dourados Anac, Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística de Mato Grosso do Sul (Seilog)	<ul style="list-style-type: none"> - Conclusão das obras - Retomada das operações do aeroporto - Priorização de voos regionais

	- Concluir obras do aeroporto de Cáceres, retomar rota para Cuiabá, instrumentalizar e internacionalizar visando operar cargas de exportação e importação	Cáceres		Infraero, Governo de MT, Prefeitura de Cáceres	- Aeroporto e rotas em funcionamento
	- Concluir as obras do aeroporto de Tangará da Serra, retomar rota para Cuiabá, instrumentalizar e internacionalizar visando operar cargas de exportação e importação	Tangará da Serra	Médio	Infraero, Governo de MT, Prefeitura de Tangará da Serra	- Aeroporto e rotas em funcionamento
Retomada da ferrovia Malha Oeste (Corumbá/MS - Mairinque/SP)	- Priorizar o transporte de minério saindo de Corumbá e Ladário por via férrea - Priorizar, quando possível, o transporte das demais commodities de MS via férrea - Retomar e fortalecer a trama Ponta Porã-Maracaju-Campo Grande	Corumbá, Ladário, Miranda, Anastácio, Ponta Porã, Maracaju, Campo Grande	Longo	Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF) Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (Sinfra) Governo do Estado de MS Prefeituras de Corumbá e Ladário Mineradoras Seilog	- Acordos para efetivação da ferrovia assinado - Ferrovia em funcionamento
Implantação de obras estratégicas para as rodovias de Mato Grosso	Concluir a rodovia “Sul Fronteira” do trecho de Coronel Sapucaia, passando por Paranhos, até chegar a Sete Quedas	Sete Quedas Paranhos Coronel Sapucaia Aral Moreira Ponta Porã	Longo	Governo do Estado de MS Governo Federal Ibama Funai Lideranças das comunidades indígenas Agesul	- Imbróglho resolvido com o IBAMA e a FUNAI - Acordo com as comunidades indígenas - Conclusão da obra já iniciada (trecho Ponta Porã - Aral Moreira - Coronel Sapucaia).

e Mato Grosso do Sul	Duplicar o trecho anel viário (Ponta Porã, MS-164) até o Posto Rodoviário Estadual (entroncamento MS-164)	Ponta Porã (principal) e demais municípios do Cone Sul	Médio	Governo do Estado de MS, Governo Federal, Prefeitura de Ponta Porã, Fonplata	- Planejamento e execução das obras - Diminuição de acidentes de trânsito
	Recapear 7 km da Linha Internacional (Ponta Porã), num raio desde o Aeroporto (BR-163) até a Secretaria de Obras (MS-164/ anel viário)		Médio		- Obra revitalizada
	Duplicar a BR-163 que fica dentro do perímetro urbano de Dourados, numa extensão desde o Trevo das Bandeiras até a saída para Ponta Porã. Nesse espaço, inserir várias passarelas para humanos que residem nas Sítocas e, hoje, atravessa a rodovia a pé	Dourados (principal) e demais municípios do cone sul de MS	Médio	Governo do Estado de MS Governo Federal Seilog Prefeitura de Dourados (principal) e demais prefeituras por onde passar a rota	- Estudo entregue para propor melhoria na urbanização de Dourados, interligando novos bairros e as Sítocas - Definição do projeto e do orçamento
	Abrir 3 vias no Norte de Dourados		Longo		- Elaboração de estudo, planejamento e definição de origens de recursos; - Interligação dessas rodovias com o Anel Viário Norte permitiria desafogar o trânsito dentro do município;
	Implantar Anel Viário Sul em Dourados (trevo Laguna Ponta Porã e Trevo Fátima do Sul)		Médio		- Executar a obra (já aprovada - Agesul), - Definir a origem do recurso; - Interligação com a Rota Bioceânica
	Reconfigurar uma nova comunicação rodoviária entre Corumbá (Brasil) - Arroyo Concepción/Puerto Quijarro (Bolívia)	Corumbá	Médio	Governo Federal do Brasil e da Bolívia Prefeitura Municipal de Corumbá e Puerto Quijarro	- Estudo para definir a realidade da área atual, ou necessidade de se adotar uma nova área para o transporte de carretas. - Acordos internacionais para definir as contrapartidas de cada país. - Fortalecimento e agilidade do comércio internacional até Santa Cruz de La Sierra/Bolívia (rodovia já existe) e de lá até o Peru
	Implantação de obras estratégicas para as rodovias de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul				

Implantação de obras estratégicas para as rodovias de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul	Duplicar a BR-070 trecho Cáceres-Cuiabá.	Cáceres Cuiabá	Médio	Governo Federal do Brasil Governo do Estado de MT Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística de MT	- Priorização do projeto entre o governo federal e os municípios - Aumento da segurança do escoamento de cargas e pessoas
	Duplicar a BR-174 trecho Porto Esperidião (MT) e Vilhena (RO)	Porto Esperidião Pontes Lacerda Conquista D'Oeste Nova Lacerda Comodoro Vilhena e outros municípios de Rondônia que a rodovia cruza	Longo	Governo Federal do Brasil Governos dos Estados de MT e RO Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística de MT	- Diminuição nos números de acidente - Aumento na agilidade do transporte de cargas e passageiros
	Asfaltar a MT-199 trecho Vila Bela da Santíssima Trindade à Comodoro	Vila Bela da Santíssima Trindade Comodoro	Médio	Governo do Estado de MT Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística de MT	- Diminuição do tempo de tráfego entre os dois municípios; - Desafogar o trânsito da BR-174 (rodovia utilizada para esse trecho) - Potencializar o acesso de Comodoro à San Ignacio de Velasco (Bolívia)
	Criar o “minianel da fronteira” (MT-265 e MT-199)	Porto Esperidião Vila Bela da Santíssima Trindade	Longo	Governo do Estado de MT Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística de MT	- Melhorar a internacionalização do comércio na faixa de fronteira de MT
Implantação da Rota Bioceânica de Mato Grosso	Construir rota bioceânica ligando Vila Bela da Santíssima Trindade - San Ignacio de Velasco - Santa Cruz de La Sierra (Bolívia); e de Cáceres - San Matias - San Jose de Chiquitos - Santa Cruz de La Sierra	Brasil: Vila Bela da Santíssima Trindade, Cáceres Bolívia: San Ignacio de Velasco, San Matías; Santa Cruz de La Sierra, San José de Chiquitos	Longo	Governo Federal do Brasil e da Bolívia Governo Estadual de MT Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística de MT Empresários do agronegócio mato-grossense	- Agilizar a comercialização de MT (commodities, turismo e outros) ao mercado consumidor da América do Sul e Ásia - Ampliar a exportação do açúcar mato-grossense - Facilitar a importação de ureia e sal da Bolívia
	Aumentar o contingente de Auditores e Agentes da				- Agilidade na fiscalização;

Agilidade na fiscalização nos postos fronteiriços de fiscalização	Receita Federal de MS e MT através da realização de concurso e convocação dos aprovados para aumentar o contingente de fiscalização das aduanas de MS e MT	Todos os municípios, principalmente, os que possuem postos alfandegados	Curto	Receita Federal	- Diminuição do tempo de espera nas transações logísticas;
Efetivação dos Portos Secos em MS	- Agilizar a efetivação do Porto Seco de Corumbá - Criar um espaço para o Porto Seco de Ponta Porã	Corumbá e Ponta Porã	Curto	Receita Federal, Semadesc, Governo do Estado de MS, Prefeituras de Corumbá, Ponta Porã e Cáceres	- Agilidade no comércio internacional; - Maior fiscalização; - Chamamento de concursos e convocação dos aprovados
Implantação de uma governança do esgoto na faixa de fronteira	Implantar estação de tratamento de, no mínimo, 50% do esgoto para os municípios que estão abaixo dessa meta. Ampliar o tratamento de esgoto de Corumbá de 45,3% para 60%.	MT (35% do Pantanal): Barão de Melgaço, Cáceres, Itiquira, Lambari d'Oeste, Nossa Senhora do Livramento, Poconé, Santo Antônio do Leverger. MS (65% do Pantanal): Anastácio, Aquidauana, Miranda, Corumbá e Ladário	Longo	Prefeituras dos municípios listados; Governo Estadual de MT e MS, Sanesul, Aegea, Governo Federal	- Diminuição de doenças decorrente do não tratamento de esgoto; - Diminuição da contaminação das águas - Preservação da biodiversidade
Articulação para implantação de aterros sanitários	Auxiliar na revisão/elaboração de projeto de aterro sanitário de Corumbá e Ladário Mobilizar recurso para continuidade/efetivação do aterro sanitário de Ponta Porã Aumentar unidades de triagem de resíduo (UTR) em MT e MS	Corumbá, Ladário, Ponta Porã	Médio	Governo do Estado de MS; Tribunal de Contas do Estado de MS; Prefeituras municipais; Imasul.	- Contratação e remuneração formal e digna de cooperativas e associações de catadores de material reciclado; - Definição de projetos e articulação de recursos com o Governo Federal - Preservação do Pantanal

Prazo: curto – 1 ano; médio – 4 anos ou; longo - 8 anos

5.2.6 Mapeamento de Stakeholders

Principais Atores Governamentais	Principais Atores do Sistema Produtivo	Principais Atores do Sistema Financeiro, voltado para o Desenvolvimento	Principais Atores Paraestatais
<p>Governo Federal do Brasil</p> <p>Governo do Estado de Mato Grosso do Sul</p> <p>Governo do Estado de Mato Grosso</p> <p>Prefeituras de MS: Corumbá, Ladário, Bonito, Campo Grande, Maracaju, Dourados, Ponta Porã, Aral Moreira, Anastácio, Aquidauana, Miranda,</p> <p>Prefeituras de MT: Barão de Melgaço, Cáceres, Itiquira, Lambari d'Oeste, Nossa Senhora do Livramento, Poconé, Santo Antônio do Leverger, Porto Esperidião, Pontes Lacerda, Conquista D'Oeste, Nova Lacerda, Comodoro, Vila Bela da Santíssima Trindade e Tangará da Serra.</p> <p>TCE-MS; TCE-MT</p>	<p>SEBRAE, SENAI, SESI</p> <p>Sindicato Rural, Mineradoras de MS, Entidades ligadas à mineração, agricultura, pecuária e turismo de MT e MS.</p> <p>Agência Nacional de Transportes Terrestres; Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários; Infraero; Anac</p>	<p>BNDES</p> <p>Caixa Econômica Federal</p> <p>Banco do Brasil</p> <p>Fonplata</p> <p>BID</p>	<p>Universidades e Centros de Pesquisa;</p> <p>Lideranças das Comunidades Indígenas</p> <p>Assomasul</p>

5.3 - SAÚDE

5.3.1 Síntese dos potenciais observados (Forças)

1. Existência de muitos municípios com populações menores que 10 mil habitantes;
2. Equipes de atenção básicas em saúde;
3. Elevada adesão da vacina covid-19;
4. Presença do PPG Estudos Fronteiriços em Corumbá;
5. Práticas de atendimento humanitário;
6. Presença de cursos de medicina nas cidades gêmeas;
7. Existência do SUS.

5.3.2 Síntese dos problemas observados (Fraquezas)

1. Dependência de recursos federais para operacionalização da saúde;
2. Ausência de serviços hospitalares de média e alta complexidade;
3. Incapacidade de diálogo com os gestores de saúde vizinhos fronteiriços;
4. Prefeitos pouco comprometidos com a busca pela cooperação internacional;
- 5 Incapacidade de criação de um banco de dados para os atendimentos sistemáticos dos vizinhos fronteiriços;
6. Ações sanitárias e de combate epidemiológicos unilaterais.

5.3.3 Síntese das ameaças observadas

1. Parcos recursos federais para operacionalização da saúde;
2. Risco de aumento exponencial da busca dos vizinhos fronteiriços pelos serviços de saúde;
3. Risco de uma nova pandemia;
4. Conflitos internacionais, com diáspora dos povos vencidos;
5. Fortalecimento do negacionismo das campanhas preventivas de saúde coletiva;
6. Privatização de setores estratégicos da saúde pública;
7. Poluição do ar e mudanças climáticas;
8. Aumento das doenças crônicas não transmissíveis (diabetes, câncer e doenças cardiovasculares).

5.3.4 Síntese das oportunidades observadas

1. Adesão do Brasil à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE);
2. Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste - PRDCO 2024 -2027;
3. Valorização da pesquisa pública e privada pós-pandemia;
4. Telemedicina – Atendimento Remoto;
5. Cooperação internacional com a Bolívia e com o Paraguai para o enfrentamento dos problemas de saúde nas fronteiras;
6. Próteses e implantes impressos em 3D de acordo com a biotipo do paciente;
7. Retomada do SIS fronteira;
8. Fortalecimento da UNASUL e do Mercosul;
9. Implementação do Plano Nacional de Saúde 2020/2023.

5.3.5 Carteira de projetos

Projeto	Ações estratégicas	Municípios envolvidos	Parceiros/financiadores	Prazo	Indicador de sucesso
Promover a ampliação e a resolutividade das ações e serviços da atenção primária de forma integrada e planejada com o desenvolvimento regional.	Criar Centros de Especialidades Odontológicas aderidos à Rede de Cuidados da pessoa com Deficiência.	Cidades-polo e cidades-gêmeas por sub-região	Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática; Governos Estaduais; Governos municipais.	Médio	Cobertura populacional estimada de Atenção Primária à Saúde
	Ampliar para todos os municípios a ocupação superior das vagas oferecidas em programas de provimento médico federal (Projeto Mais Médicos + Programa Médicos pelo Brasil)	Todos	Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática; Governos Estaduais; Governos municipais.	Curto	Número de médicos por Programa alocado por município da Faixa de Fronteira
	Implantar Unidades de Saúde da Família Fluvial;	Cáceres, Porto Esperidião, Poconé, Barão de Melgaço, Corumbá, Porto Murtinho, Miranda e demais com comunidades ribeirinhas.	Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática; Governos Estaduais; Governos municipais.	Médio	Número de Unidades de Saúde da Família Fluvial implantadas.
	Fortalecimento e ampliação das Redes de Gestão da Atenção Primária entre os municípios das sub-regiões, fomentando ações em municípios com população abaixo de 40 mil pessoas	Todos	Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática; Governos Estaduais; Governos municipais.	Médio	Ampliação de Consórcios de Saúde de Atenção Primária
	Criar e implementar um banco de dados nacional				

	com informações integradas de, pelo menos, 70% dos municípios sobre os atendimentos sistemáticos da população oriunda dos países vizinhos fronteiriços	Municípios lindeiros nas regiões próximas de fronteira por sub-região em cada Estado.	Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática; Governos Estaduais; Governos municipais.	Longo	Municípios com informações sobre atendimentos a população estrangeira;
	Atender, pelo menos, 50% dos municípios por estado com implementação do Programa Consultório na Rua	Todos	Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática; Governos Estaduais; Governos municipais.	Longo	Municípios com Programa Consultório na Rua
	Atender, pelo menos, 70% dos municípios com Programa Academia da Saúde em implantado e em funcionamento	Todos	Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática; Governos Estaduais; Governos municipais.	Longo	Programa Academia da Saúde em implantado e em funcionamento por município.
	Atender, pelo menos, 70% dos municípios com Núcleos Ampliados de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB)	Todos	FDCO; Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática; Governos Estaduais; Governos municipais; Clínicas Particulares.	Médio	Núcleos Ampliados de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB) por município.
Promover a ampliação da oferta de serviços da atenção especializada com serviços hospitalares de média e alta complexidade com vista à qualificação do acesso e redução das desigualdades regionais	Manutenção e ampliação das estruturas hospitalares existentes de modo a alcançar, pelo menos, 70% de cobertura da Triagem Auditiva Neonatal – TAN	Cidades-polo por sub-região	Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática; Governos Estaduais; Fundo Nacional de Saúde (FNS); Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES).	Médio	Percentual de Cobertura da Triagem Auditiva Neonatal – TAN
	Alcançar, pelo menos, 70% de recém-nascidos vivos com coleta do teste do pezinho até o 5º dia de vida, triados no Programa	Cidades-polo por sub-região	Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática; Governos Estaduais; Fundo Nacional de Saúde	Médio	Percentual de recém-nascidos vivos com coleta do teste do pezinho até o 5º dia de vida triados no PNTN

	Nacional de Triagem Neonatal - PNTN		(FNS); Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES).		
	Ampliar o número de crianças atendidas anualmente pela rede de bancos de leite humano	Cidades-polo por sub-região	Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática; Governos Estaduais; Fundo Nacional de Saúde (FNS); Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES).	Médio	Número de crianças atendidas por ano
Reduzir ou controlar a ocorrência de doenças e agravos passíveis de prevenção e controle	Alcançar, pelo menos, 60% dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest) regionais e municipais com atuação satisfatória	Cidades-polo por sub-região	Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática; Governos Estaduais; FDCO; Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS).	Médio	Percentual de Cerest regionais e municipais com atuação satisfatória
	Alcançar, pelo menos, 60% de municípios desenvolvendo ação de vigilância de qualidade da água para consumo humano	Todos	Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática; Governos Estaduais; FDCO; Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS).	Médio	Percentual de municípios desenvolvendo ações de vigilância da qualidade da água para consumo humano
	Implantar em, pelo menos, 60% dos municípios prioritários a Vigilância de Populações Expostas a Agrotóxicos (VSPEA)	Todos	Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática; Governos Estaduais; FDCO; Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS).	Médio	Percentual de municípios prioritários que implantaram a Vigilância de Populações Expostas a Agrotóxicos (VSPEA)
	Aumentar para, pelo menos, 77,5% a proporção de cura de casos novos de tuberculose pulmonar com confirmação laboratorial	Cidades-polo por sub-região	Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática; Governos Estaduais; FDCO; Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS).	Médio	Proporção de cura de casos novos de tuberculose pulmonar com confirmação laboratorial
	Aumentar para, pelo menos, 85% a proporção de contatos examinados dos casos novos de hanseníase	Cidades-polo por sub-região	Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática; Governos Estaduais; FDCO; Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS).	Médio	Proporção de contatos examinados de casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes

	Alcançar, pelo menos, 50% de municípios com cobertura vacinal adequada (95%) para 5 vacinas do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de 1 ano de idade: Penta (DTP + Hep B + Hib), Poliomielite, pneumocócica 10 valente, Tríplice Viral e Febre Amarela	Todos	Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática; Governos Estaduais; FDCO; Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS).	Médio	Percentual de municípios com cobertura adequada (95%) das vacinas Penta, Poliomielite, pneumocócica 10 valente, Tríplice Viral e Febre Amarela em crianças menores de 1 ano de idade
	Reduzir a zero o número de casos autóctones de sarampo	Todos	Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática; Governos Estaduais; FDCO; Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS).	Médio	Número de casos autóctones confirmados de sarampo no Brasil
	Criar e implementar Centros Regionais de Tratamento Oncológico, com foco em especialidades, priorizando cidades acima de 80 mil habitantes e cidades-gêmeas, sendo dois em cada Estado fronteiro do Centro Oeste.	Cidades-gêmeas e cidades polo por região proximal da sub-região em cada estado da federação.	Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática; Governos Estaduais; FDCO; e Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS).	Médio	Número de Centros Regionais por Estado.
	Atender, pelo menos, 90% das demandas de apoio diagnóstico em emergências sanitárias em tempo oportuno	Todos	Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática; Governos Estaduais; FDCO; Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS).	Médio	Percentual de atendimento às demandas de exames de referência em tempo oportuno
Fomentar a produção do conhecimento científico do Complexo Industrial da Saúde, promovendo o acesso da população às tecnologias em	Fomentar projetos para o desenvolvimento tecnológico e produtivo no âmbito do Complexo Industrial da Saúde,	Cidades-polo por sub-região	Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática; Governos Estaduais; FDCO; Parcerias para o	Médio	Número de projetos de desenvolvimento tecnológico e produtivo fomentados no âmbito do

saúde de forma equitativa, igualitária, progressiva e sustentável	visando a estruturação da cadeia nos municípios polo regional e na ZPE.		Desenvolvimento Produtivo - PDP		Complexo Industrial da Saúde
	Ofertar novos produtos estratégicos para o SUS por meio de Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP)	Cidades-polo por sub-região	Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática; Governos Estaduais; FDCO; Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo - PDP	Médio	Número de novos produtos estratégicos ofertados ao SUS por meio de Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP)
	Fomentar pesquisas científicas e tecnológicas visando à produção de evidências e à geração de soluções tecnológicas para subsidiar o planejamento e avaliação da qualidade do atendimento do SUS e SUAS à população.	Cidades-polo por sub-região	Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática; Governos Estaduais; FDCO; Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo - PDP	Médio	Número de pesquisas fomentadas
	Elaborar e/ou atualizar Protocolos Clínicos de Diretrizes Terapêuticas (PCDT)	Cidades-polo por sub-região	Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática; Governos Estaduais; FDCO; Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo - PDP	Médio	Número de Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) elaborados e/ou atualizados
	Elaborar 50 Estudos de Resposta Rápida para a tomada de decisão no âmbito do SUS	Cidades-polo por sub-região	Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática; Governos Estaduais; FDCO; Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo - PDP	Médio	Número de estudos de resposta rápida elaborados
	Avaliar tecnologias em saúde para incorporação no Sistema Único de Saúde	Cidades-polo por sub-região	Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática; Governos Estaduais; FDCO; Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo - PDP	Médio	Número de tecnologias em saúde avaliadas pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde
Promover ações que garantam e ampliem o acesso da população a	Adquirir 100% dos medicamentos e insumos	Todos	Governo Federal através dos ministérios envolvidos na	Médio	Percentual de aquisições de medicamentos e insumos

medicamentos e insumos estratégicos, com qualidade, segurança, eficácia, em tempo oportuno, promovendo seu uso racional	estratégicos sob responsabilidade de compra centralizada pelo Ministério da Saúde para abastecimento do SUS		temática; Governos Estaduais; Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF); Assistência Farmacêutica (AF)		estratégicos em relação à programação
	Implementar o programa "Aqui tem Farmácia Popular"	Todos	Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática; Governos Estaduais; FDCO; Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF); Assistência Farmacêutica (AF)	Médio	Percentual de municípios com menos de 40.000 habitantes que possuem pelo menos 1 estabelecimento credenciado no Programa "Aqui Tem Farmácia Popular"
	Ampliar o número de municípios que disponibilizam fitoterápicos da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename) na atenção primária à saúde	Todos	Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática; Governos Estaduais; FDCO; Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF); Assistência Farmacêutica (AF); Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename)	Médio	Percentual de municípios brasileiros que disponibilizam fitoterápicos da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename)
	Fornecer medicamentos para doenças prevalentes (negligenciadas, de alto custo e de alta incidência)	Todos	Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática; Governos Estaduais; FDCO; Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF); Assistência Farmacêutica (AF)	Médio	Número de medicamentos para doenças prevalentes (negligenciadas, de alto custo e de alta incidência) fornecidos por Farmanguinhos ao SUS
Fortalecer a proteção, promoção e recuperação da Saúde Indígena e Quilombola	Alcançar grande porcentagem das crianças indígenas e quilombolas menores de 5 anos com esquema vacinal completo (EVC)	Todos, para indígenas aldeados e não aldeados.	Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática; Governos Estaduais; FDCO; Sistema Único de Saúde (SUS); Secretaria de Saúde Indígena (SESAI); Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS)	Médio	Percentual de crianças indígenas e quilombolas menores de 5 anos com esquema vacinal completo

	Alcançar grande porcentagem das crianças indígenas e quilombolas menores de 5 anos com acompanhamento alimentar e nutricional	Todos, para indígenas aldeados e não aldeados.	Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática; Governos Estaduais; FDCO; Sistema Único de Saúde (SUS); Secretaria de Saúde Indígena (SESAI); Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS)	Médio	Percentual de crianças indígenas e quilombolas menores de 5 anos com acompanhamento alimentar e nutricional
	Alcançar, pelo menos, 50% das gestantes indígenas com no mínimo 6 consultas de pré-natal	Todos, para indígenas aldeados e não aldeados.	Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática; Governos Estaduais; FDCO; Sistema Único de Saúde (SUS); Secretaria de Saúde Indígena (SESAI); Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS)	Médio	Percentual de gestantes indígenas com no mínimo 6 consultas de pré-natal
	Intensificar a investigação de óbito materno em as mulheres indígenas	Todos, para indígenas aldeados e não aldeados.	Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática; Governos Estaduais; FDCO; Sistema Único de Saúde (SUS); Secretaria de Saúde Indígena (SESAI); Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS)	Médio	Proporção de óbitos maternos em mulheres indígenas investigados
	Intensificar a investigação de óbitos em crianças indígenas menores de um ano	Todos, para indígenas aldeados e não aldeados.	Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática; Governos Estaduais; FDCO; Sistema Único de Saúde (SUS); Secretaria de Saúde Indígena (SESAI); Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS)	Médio	Proporção de óbitos em crianças indígenas menores de um ano investigados
	Intensificar a primeira consulta odontológica programática para a população indígena	Todos, para indígenas aldeados e não aldeados.	Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática; Governos Estaduais; FDCO; Sistema Único de Saúde (SUS); Secretaria de Saúde Indígena (SESAI); Subsistema	Médio	Percentual da população indígena com primeira consulta odontológica programática

			de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS)		
	Alcançar, pelo menos, 50% de tratamento odontológico básico concluído na população indígena com primeira consulta odontológica	Todos, para indígenas aldeados e não aldeados.	Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática; Governos Estaduais; FDCO; Sistema Único de Saúde (SUS); Secretaria de Saúde Indígena (SESAI); Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS)	Médio	Percentual de tratamento odontológico básico concluído na população indígena com primeira consulta odontológica
	Ampliar a cobertura de aldeias com atividades educativas voltadas aos resíduos sólidos e/ou reaproveitamento dos orgânicos e promoção da reciclagem na cadeia local	Todos, para indígenas aldeados e não aldeados.	Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática; Governos Estaduais; FDCO; Sistema Único de Saúde (SUS); Secretaria de Saúde Indígena (SESAI); Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS)	Médio	Cobertura de aldeias com atividades educativas voltadas aos resíduos sólidos e/ou reaproveitamento dos orgânicos e promoção da reciclagem na cadeia local
	Ampliar o número de aldeias indígenas com água potável	Todos	Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática; Governos Estaduais; FDCO; Sistema Único de Saúde (SUS); Secretaria de Saúde Indígena (SESAI); Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS)	Médio	Cobertura de aldeias com acesso à água potável
	Ampliar a cobertura de aldeias com o monitoramento da qualidade da água	Todos	Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática; Governos Estaduais; FDCO; Sistema Único de Saúde (SUS); Secretaria de Saúde Indígena (SESAI); Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS)	Médio	Cobertura de aldeias com monitoramento da qualidade da água

Prazo: curto – 1 ano; médio – 4 anos ou; longo - 8 anos)

5.3.6 Mapeamento de Stakeholders

Principais Atores Governamentais	Principais Atores do Sistema Produtivo	Principais Atores do Sistema Financeiro, voltado para o Desenvolvimento	Principais Atores Paraestatais
Governo Federal do Brasil, Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, Governo do Estado de Mato Grosso, Prefeituras de MS: Corumbá, Ladário, Bonito, Campo Grande, Maracaju, Dourados, Ponta Porã, Aral Moreira, Anastácio, Aquidauana, Miranda; Prefeituras de MT: Barão de Melgaço, Cáceres, Itiquira, Lambari d'Oeste, Nossa Senhora do Livramento, Poconé, Santo Antônio do Leverger, Porto Esperidião, Pontes Lacerda, Conquista D'Oeste, Nova Lacerda, Comodoro, Vila Bela da Santíssima Trindade e Tangará da Serra; TCE-MS e TCE-MT.	SEBRAE, SENAI, SESI, Sindicato Rural, Mineradoras de MS, Entidades ligadas à mineração, agricultura, pecuária e turismo de MT e MS, Agência Nacional de Transportes Terrestres; Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários; Infraero; e Anac.	BNDES, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Fonplata e BID.	Universidades e Centros de Pesquisa; Lideranças das Comunidades Indígenas e Assomasul.

5.4 - SEGURANÇA

5.4.1 Síntese dos potenciais observados (Forças)

1. Departamento de Operações de Fronteira e Delegacia de Fronteiras em MS;
2. Quadro de delegados e oficiais com bom nível de preparo para atuar em fronteira, alguns com mais de 10 anos de experiência;
3. Base de dados, mesmo que centralizada nas capitais, com muito bom estoque de informações;
4. GGI-FRON integrado e ampliado com os estados vizinhos;
5. Presença do PPG Estudos Fronteiriços em Corumbá;
6. Presença do Observatório Fronteiriços das Migrações Internacionais – Migrafron;
7. Existência de patrulhas rurais e polícia comunitária.

5.4.2 Síntese dos problemas observados (Fraquezas)

1. Efetivo reduzido e com alta rotatividade;
2. Ausência de dados locais sistematizados;
3. O conhecimento empírico é do servidor e não é sistematizado pelos órgãos;
4. Ausência de mapeamento de zonas rurais com proprietários e demandas recorrentes;
5. Falta de diálogo mais efetivo com comunidades mais vulneráveis;
6. Fraca relação de cooperação com as polícias paraguaias e, ainda carentes de maior aprofundamento com as polícias bolivianas.

5.4.3 Síntese das ameaças observadas

1. Ampliação do domínio das facções criminosas nas regiões fronteiriças vizinhas;
2. Falta de formação específica para atuação policial nas fronteiras;
3. Desconhecimento das dinâmicas populacionais que implicam em atuações de trabalhadores sazonais vizinhos fronteiriços em terras brasileiras;
4. Conflitos entre as sociedades de fronteiras que implica em dificuldades para a identificação de redes solidárias;
5. Ausência de base cartográfica das rodovias conhecidas como cabriteiras e de estradas vicinais com fluxos, tipificações de mercadorias e de pessoas;
6. A velocidade com que o crime organizado age pode ser potencializado pelos recursos da Inteligência Artificial;

5.4.4 Síntese das oportunidades observadas

1. Os relacionamentos historicamente construídos entre as populações fronteiriças favorecem a base cartográfica de redes solidárias;

2. Cooperação internacional para combate ao crime;

3. Avanço nos sistemas de monitoramento;

4. Tecnologias sociais para uso da inteligência no combate ao crime;

5. Fortalecimento do Mercosul e da Unasul;

6. Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSP) 2021-2030;

7. Uso de sistemas de controle, com fins de segurança pública, com manejo de instrumentos de leitura facial, controle de trânsito e tráfego com recursos da Inteligência Artificial.

5.4.5 Carteira de projetos

Projeto	Ações estratégicas	Municípios envolvidos	Parceiros/financiadores	Prazo	Indicador de sucesso
Implantação de Mapa digital e dinâmico de violência contra a mulher	Formalizar instrumentos de parceria das secretarias estaduais de segurança pública com o Mestrado em Estudos Fronteiriços/UFMS	Ponta Porã, Dourados, Corumbá, Ivinhema e Jardim no MS e Cáceres e Porto Esperidião em MT	Governos estaduais e Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática	Curto	Mapa digital e dinâmico de violência contra a mulher implantado.
Implantação de Mapa digital e dinâmico da violência no campo	Formalizar instrumentos de parceria das secretarias estaduais de segurança pública com o Mestrado em Estudos Fronteiriços/UFMS	Ponta Porã, Dourados, Corumbá, Ivinhema e Jardim no MS e Cáceres e Porto Esperidião em MT	Governos estaduais e Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática	Curto	Mapas digitais e dinâmicos gerados sobre a violência no campo implantado.
Criação de um Centro de Cooperação Fronteiriça - CECOF	Assinar um Acordo de Cooperação para cooperação fronteiriça com a Bolívia e com o Paraguai	Cáceres, Coronel Sapucaia, Corumbá, Ladário, Mundo Novo, Paranhos, Ponta Porã e Porto Murtinho	Agência Brasileira de Cooperação (ABC), MIDR, Sudeco, embaixadas, consulados, universidades, governos estaduais e prefeituras.	Médio	Acordo de cooperação assinado
Estabelecimento de Câmara de Segurança Pública em Fronteira	Dotar o CECOF de uma Câmara da Segurança pública em fronteira	Cáceres, Coronel Sapucaia, Corumbá, Ladário, Mundo Novo, Paranhos, Ponta Porã e Porto Murtinho	MIDR, Sudeco, Universidades, Consulados, governos estaduais e prefeituras.	Médio	Câmara setorial em operação
Formação continuada a servidores da segurança pública dos países que compõem as fronteiras de MS e MT sobre traços estratégicos das culturais locais e das dinâmicas espaciais	Oferecer a partir do CECOF cursos de formação permanente sobre as culturas e dinâmicas espaciais fronteiriças	Ponta Porã, Dourados, Corumbá, Ivinhema e Jardim no MS e Cáceres e Porto Esperidião em MT	Governos estaduais e Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática, Agência Brasileira de Cooperação (ABC), MIDR, Sudeco	Médio	Estabelecimento da Escola de Formação Estratégica Fronteiriça
Criação de mecanismos ligados à política científica de meios para análise temporal e espacial da qualidade e	Instrumentalizar, a partir do CECOF, a criação da Central de Análise de tempo e espaço das ações de	Ponta Porã, Dourados, Corumbá, Ivinhema e Jardim no MS e	Governos estaduais e Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática, Agência Brasileira de	Médio	Estabelecimento da Central de Análise de tempo e espaço das ações de segurança pública em fronteira

efetividade das ações de segurança pública	segurança pública em fronteira	Cáceres e Porto Esperidião em MT	Cooperação (ABC), MIDR, Sudeco		
Aprimoramento de ações e articulações de polícias de bases comunitárias em fronteira	Criar base cartográfica de redes solidárias para ações e articulações de polícias de bases comunitárias em fronteira	Ponta Porã, Dourados, Corumbá, Ivinhema e Jardim no MS e Cáceres e Porto Esperidião em MT		Médio	Criação e implantação de base cartográfica de redes solidárias para ações de polícias de bases comunitárias
Mapeamento de tempo de lotação de servidores da segurança pública em cidades em fronteira e otimização de suas atuações	Estabelecer a Escola de Formação Estratégica Fronteiriça	Campo Grande, Cuiabá, Ponta Porã, Dourados, Corumbá, Ivinhema e Jardim no MS e Cáceres e Porto Esperidião em MT	Governos estaduais e Governo Federal através dos ministérios envolvidos na temática, MIDR, Sudeco	Médio	Estabelecimento da a Escola de Formação Estratégica Fronteiriça
Implantação de scanners nas estações rodoviárias das cidades gêmeas	Dotar todas as estações rodoviárias das cidades gêmeas com scanner do tipo dos aeroportos	Cáceres, Coronel Sapucaia, Corumbá, Ladário, Mundo Novo, Paranhos, Ponta Porã e Porto Murtinho	Governos estaduais e Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, MIDR, Sudeco	Longo	Scanner em funcionamento
Efetivação da Patrulha Rural	Criar condições para o pleno funcionamento da Patrulha Rural	Cáceres, Comodoro, Coronel Sapucaia, Corumbá, Ladário, Mundo Novo, Paranhos, Poconé, Ponta Porã, Pontes e Lacerda, Porto Esperidião, Porto Murtinho, Sete Quedas e Vila Bela da Santíssima Trindade	Governos estaduais e Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, MIDR, Sudeco	Curto e médio	Patrulhas em funcionamento

Prazo: curto – 1 ano; médio – 4 anos ou; longo - 8 anos

5.4.6 Mapeamento de Stakeholders

Principais Atores Governamentais	Principais Atores do Sistema Produtivo	Principais Atores do Sistema Financeiro, voltado para o Desenvolvimento	Principais Atores Paraestatais
Secretarias estaduais de segurança pública e de direitos humanos, secretarias municipais de municípios de fronteira nos segmentos de assistência social, saúde, educação e guardas municipais, onde elas estiverem instaladas	Produtores e trabalhadores rurais, empresários de diversos segmentos que empregam mulheres	Organismos internacionais como o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC), Agência Brasileira de Cooperação (ABC), MIDR, Sudeco	ONGs, coletivos de defesa do cidadão, associações de produtores rurais

5.5 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

5.5.1 Síntese dos potenciais observados (Forças)

1. Crescimento Populacional: o Brasil, a região Centro-Oeste e a faixa de fronteira apresentaram crescimento populacional entre 2010 e 2022, o que indica dinamismo demográfico;

2. Diversidade étnica e cultural: a presença significativa de população quilombola e indígena na região reflete uma diversidade étnica e cultural rica, o que pode ser uma força em termos de preservação cultural e promoção da diversidade;

3. Taxa de urbanização: A maioria da população da faixa de fronteira do Centro-Oeste é urbana, o que pode representar oportunidades em termos de desenvolvimento urbano e acesso a serviços;

4. Melhoria no IDHM: Vários municípios da Faixa de Fronteira do Centro-Oeste, como Dourados, tiveram melhorias significativas em seus índices de desenvolvimento humano ao longo das décadas de 1990, 2000 e 2010. Isso indica um progresso na qualidade de vida da população;

5. Participação de municípios com IDHM elevado: Alguns municípios da região, como Campos de Júlio e Tangará da Serra, alcançaram IDHM consideravelmente elevados;

6. Alto número de assentamentos rurais, territórios indígenas e quilombolas: a Faixa de Fronteira do Centro-Oeste possui muitos assentamentos (263), o que representa uma base sólida para a implementação de políticas de reforma agrária e desenvolvimento rural;

7. Área considerável: a área total dos assentamentos na região é significativa (954.470,06 ha), o que pode suportar uma variedade de atividades agrícolas e agropecuárias;

8. Dos 45 municípios da FF-CO em Mato Grosso do Sul, 27 possuem territórios indígenas e 11 dos 28 municípios em Mato Grosso;

9. Presença de população quilombola de 1642 pessoas, presentes em 16 dos 73 municípios da faixa de fronteira;

10. População assentada expressiva: com mais de 31 mil famílias assentadas, essas comunidades podem se tornar um importante fator de desenvolvimento econômico e social nas áreas rurais da faixa de fronteira;

11. Diversidade de sub-regiões: a região inclui várias sub-regiões com características distintas, o que permite a adaptação de políticas e estratégias de desenvolvimento de acordo com as necessidades específicas de cada área;

12. Forte presença no setor agrícola e oportunidades de expansão;
13. Importância como portas de entrada para o comércio internacional;
14. Crescimento constante nos setores de comércio e serviços;
15. Potencial para diversificar a economia.

5.5.2 Síntese dos problemas observados (Fraquezas)

1. Desigualdades sociais: embora tenha havido crescimento populacional, persistem desigualdades sociais na região, incluindo diferenças significativas entre áreas urbanas e rurais;
2. Ameaças aos povos indígenas e quilombolas: a população indígena e quilombola é vulnerável a ameaças, como invasão de terras, desmatamento e pressões externas que afetam suas terras e modos de vida;
3. Baixo IDHM em alguns municípios: apesar das melhorias, ainda existem municípios com baixos índices de desenvolvimento humano na Faixa de Fronteira, como Japorã e Mundo Novo. Essa disparidade pode gerar desigualdades sociais;
4. Necessidade de investimento em educação e saúde: os indicadores de educação e saúde são áreas onde muitos municípios ainda apresentam fraquezas, refletindo a necessidade de investimentos nessas áreas;
5. Baixa produtividade agrícola: algumas áreas de assentamentos rurais, territórios indígenas e quilombolas podem enfrentar desafios em termos de baixa produtividade agrícola devido à falta de infraestrutura, tecnologia e capacitação adequada;
6. Falta de infraestrutura: muitos assentamentos rurais, territórios indígenas e quilombolas podem carecer de infraestrutura básica, como estradas, eletricidade, escolas e serviços de saúde, o que limita o potencial de desenvolvimento;
7. Vulnerabilidade a flutuações nos preços das commodities agrícolas;
8. Falta de infraestrutura industrial avançada;
9. Necessidade de melhorias na qualificação da mão de obra;
10. Desafios na prestação de serviços de qualidade;
11. Ausência de acordos para comercialização fronteiriça de produtos da agricultura familiar, em especial, nas cidades-gêmeas.

5.5.3 Síntese das ameaças observadas

1. Desmatamento e exploração ambiental: o crescimento populacional pode aumentar a pressão sobre os recursos naturais, levando a ameaças como desmatamento e degradação ambiental;

2. Conflitos sociais: o aumento da população e a presença de comunidades vulneráveis podem levar a conflitos fundiários e sociais, representando uma ameaça para a estabilidade regional;

3. Pressões ambientais: o desenvolvimento econômico da região pode levar a pressões ambientais, como desmatamento e degradação ambiental, que afetam a qualidade de vida da população;

4. Desigualdades regionais: a persistência de municípios com baixos IDHM na região pode criar desigualdades sociais e econômicas, levando a problemas sociais e políticos;

5. Desmatamento e exploração não sustentáveis: a pressão por desmatamento e exploração não sustentável dos recursos naturais pode representar uma ameaça ao meio ambiente e aos meios de subsistência das comunidades locais;

6. Conflitos fundiários: a região pode ser suscetível a conflitos fundiários devido a disputas pela posse da terra, o que pode prejudicar a estabilidade e o desenvolvimento dos assentamentos rurais, territórios indígenas e quilombolas;

7. Mudanças climáticas: as mudanças climáticas podem afetar negativamente a produção agrícola e a disponibilidade de recursos hídricos, representando uma ameaça para a sustentabilidade dos assentamentos rurais, territórios indígenas e quilombolas;

8. Riscos climáticos que afetam a produção agrícola;

9. Flutuações nos preços das commodities.

5.5.4 Síntese das oportunidades observadas

1. Desenvolvimento regional: o crescimento populacional pode impulsionar o desenvolvimento econômico regional, criando oportunidades de emprego e negócios;

2. Valorização da diversidade cultural: a presença de população quilombola e indígena pode promover a valorização da diversidade cultural e impulsionar atividades econômicas relacionadas ao turismo cultural e étnico;

3. Potencial de crescimento econômico: a Faixa de Fronteira do Centro-Oeste abriga uma parte significativa da produção agropecuária do Brasil. Isso oferece oportunidades para o

desenvolvimento econômico e a melhoria do IDHM por meio de investimentos em infraestrutura e diversificação econômica;

4. Apoio governamental: o governo pode direcionar políticas públicas específicas para a região, com foco na melhoria dos indicadores de desenvolvimento humano, como programas de educação e saúde;

5. Tendência mundial para o agronegócio sustentável: a região tem um grande potencial para o desenvolvimento do agronegócio sustentável, com oportunidades para produção orgânica, agroecologia e agricultura de pequena escala;

6. Mercados locais e regionais: a proximidade de centros urbanos e mercados locais oferece oportunidades para os agricultores assentados venderem seus produtos, promovendo o desenvolvimento econômico local;

7. Recursos naturais abundantes: a região é rica em recursos naturais, como água e biodiversidade, que podem ser explorados de forma sustentável para o benefício das comunidades locais;

8. As terras indígenas representam potenciais para a conservação ambiental, manejo sustentável de recursos, conhecimento botânico e medicinal, preservação de sementes tradicionais, turismo cultural e ecoturismo, patentes e propriedade intelectual, autonomia e autodeterminação e diálogo intercultural;

9. Diversificação da economia para reduzir a dependência da agricultura;

10. Investimento em infraestrutura industrial e qualificação da mão de obra;

11. Promoção do turismo e serviços relacionados;

12. Exploração de novos mercados no comércio internacional.

5.5.5 Carteira de projetos

Projeto	Ações estratégicas	Municípios envolvidos	Parceiros/financiadores	Prazo	Indicador de sucesso
Agregação de valor aos produtos da agricultura familiar	a) Agregar valor e incentivar a produção e consumo dos produtos da agricultura familiar	Todos	Governos estaduais, MDA, MAPA, Emendas parlamentares, Care Brasil, CERIS, IFAD, MLAL, FAO	Médio	a1) produto primário beneficiado e comercializado
	b) Apoiar a instalação de micro usinas de beneficiamento de leite e derivados	Todos	Governos estaduais, MDA, MAPA, Emendas parlamentares, Care Brasil, CERIS, IFAD, MLAL	Médio	a2) aumento do número de micro usinas implantadas
	c) Incentivar a produção orgânica certificada	Todos	Governos estaduais, Prefeituras, MEC, MAPA	Médio	a3) Número de estabelecimentos rurais certificados
	d) Aprimorar as compras governamentais da agricultura familiar	Todos	Governos estaduais, Prefeituras, MEC, MAPA	Curto	a4) Taxa de aquisição igual ou superior a 30% dos recursos do PNAE para a agricultura familiar
	e) Promover a documentação necessária para os agricultores familiares participarem das políticas públicas	Todos	Governos estaduais, Prefeituras, INCRA, MAPA	Longo	a5) Número de agricultores familiares portadores de CAF ou DAP
Promoção de alternativas para a diversificação econômica e inclusão produtiva	a) Apoiar a bioeconomia para a inclusão produtiva e o consumo sustentável	Todos	Governos estaduais, MDA, MAPA, MCTI, Emendas parlamentares	Médio	a1) Produtos da bioeconomia comercializados
	b) Fomentar a pesquisa científica com foco na diversificação econômica e inclusão produtiva	Todos	Fundações estaduais de amparo à pesquisa, CNPq, MDA, MAPA, MCTI	Médio	b1) Projetos de pesquisas aprovados com financiamento
Fomento e atração de novas indústrias	a) Incentivar a criação de novas indústrias com aprimoração das cadeias produtivas	Todos	Governos estaduais, Prefeituras, Sudeco, Emendas parlamentares, Federações das indústrias	Longo	a1) Indústria implantada

	b) Capacitar mão-de-obra local para atração de indústrias	Todos	Governos estaduais, Prefeituras, Sudeco, Emendas parlamentares, Sebrae, Senai	Médio	a2) Número de pessoas capacitadas
Promoção e qualificação do comércio e dos serviços das cidades	a) Capacitar mão-de-obra local para atendimento na língua espanhola	Cáceres, Coronel Sapucaia, Corumbá, Ladário, Mundo Novo, Paranhos, Ponta Porã e Porto Murtinho	Universidades, prefeituras,	Médio	a1) Número de pessoas capacitadas
	b) Apoiar a inovação do comércio e da prestação de serviços	Todos	Governos estaduais, Prefeituras, Sudeco, Emendas parlamentares, Sebrae, Federações do comércio	Longo	b1) Número de empresas com registro de inovação de processos
	c) Incentivar a instalação de grandes redes de lojas e supermercados	Aquidauana, Cáceres, Corumbá, Dourados, Maracaju, Mundo Novo, Naviraí, Ponta Porã, Pontes e Lacerda, Rio Brilhante, Sidrolândia, Tangará da Serra	Governos estaduais, Prefeituras, Sudeco, Emendas parlamentares, Sebrae, Federações do comércio	Longo	c1) Empresas instaladas
	d) Apoiar a regularização documental das pequenas e microempresas	Todos	Governos estaduais, Prefeituras, Sudeco, Sebrae, Federações do comércio	Longo	a1) Empresas regularizadas
Acordo de cooperação para o comércio de hortaliças produzidas no espaço fronteiriço	a) Viabilizar acordo para comercialização de hortaliças na fronteira Brasil-Bolívia e Brasil-Paraguai	Cáceres, Coronel Sapucaia, Corumbá, Ladário, Mundo Novo, Paranhos, Ponta Porã e Porto Murtinho	MIDR, Sudeco, Consulados de fronteira, FAO, Embaixadas, Prefeituras, governos estaduais, universidades	Longo	a1) Acordo assinado
Valorização da economia de baixo carbono	Incentivar a economia de baixo carbono, com fomento a inovação no setor produtivo e de serviços	Todos	Sudeco, MAPA, MDA, governos estaduais e prefeituras	Longo	a1) Recursos liberados e contratados
Programa agronegócio sustentável	a) Fomentar as pesquisas e experimentos com a utilização de alternativas à utilização de agrotóxicos	Todos	MAPA, MDA, governos estaduais e prefeituras, Embrapa, Universidades, Institutos, ONGs	Longo	Aumento do número de estabelecimentos com certificação orgânica

	b) Incentivar a redução da utilização de agrotóxicos nas lavouras	Todos	MAPA, MDA, governos estaduais e prefeituras, Embrapa, Universidades, Institutos, ONGs	Longo	Aumento do número de estabelecimentos com certificação orgânica
	c) incentivar a recuperação e o reflorestamento de áreas degradadas pelas pastagens e/ou atividades agrícolas	Todos	MAPA, MDA, IBAMA, governos estaduais e prefeituras, Embrapa, Universidades, Institutos, ONGs	Longo	Aumento dos créditos de carbono comercializados
Programa de recuperação dos assentamentos rurais da Reforma Agrária	a) Aportar recursos para a realização de um diagnóstico das condições dos assentamentos rurais	Todos	INCRA, MDA, MAPA, governos estaduais, prefeituras, Banco do Brasil, universidades, institutos	Curto	Diagnósticos realizados
	b) Promover a titulação das famílias assentadas	Todos	INCRA, MDA, MAPA, governos estaduais, prefeituras	Médio	Número de famílias tituladas
	c) Capacitar para a formação de associações e cooperativas	Todos	MDA, MAPA, governos estaduais, prefeituras, universidades, institutos, SEBRAE, SENAR	Médio	Número de associações e cooperativas em atuação
	d) Dotar as famílias assentadas de assistência técnica (ATER) permanente	Todos	MDA, MAPA, governos estaduais, prefeituras, universidades, institutos, SENAR	Curto	Número de famílias assistidas pela ATER
	e) Desenvolver estudos e propostas para a permanência dos jovens rurais na terra	Todos	MDA, MAPA, governos estaduais, prefeituras, universidades, institutos, ONGs, Embrapa	Médio	Diagnóstico realizado e publicado
	f) Incentivar a produção em bases agroecológicas	Todos	MDA, MAPA, governos estaduais, prefeituras, universidades, institutos, ONGs, Embrapa	Médio	Número de famílias reconhecidas como produtoras agroecológicas
	g) Criar o Programa de Aquisição de Alimentos Municipal onde não tem e ampliar as compras da	Todos	Prefeituras, Agraer-MS, Empaer-MT		

	agricultura familiar para o PNAE				
Valorização da cultura e da produção quilombola	a) Apoiar iniciativas de valorização da cultura quilombola	Anastácio, Aquidauana, Barra do Bugres, Bonito, Cáceres, Corumbá, Dourados, Itaporã, Lambari D'Oeste, Maracaju, Nioaque, Nossa Senhora do Livramento, Poconé, Porto Estrela, Rio Brilhante e Vila Bela da Santíssima Trindade	MDA, MAPA, governos estaduais, prefeituras, universidades, institutos, ONGs, Embrapa, Sebrae	Curto e médio	Recursos apoiados
	b) Fomentar projetos para agregação de valor aos produtos de origem quilombola	Anastácio, Aquidauana, Barra do Bugres, Bonito, Cáceres, Corumbá, Dourados, Itaporã, Lambari D'Oeste, Maracaju, Nioaque, Nossa Senhora do Livramento, Poconé, Porto Estrela, Rio Brilhante e Vila Bela da Santíssima Trindade	MDA, MAPA, governos estaduais, prefeituras, universidades, institutos, ONGs, Embrapa, Sebrae, Senar	Curto	Número de projetos
Valorização da cultura e da produção indígena	a) Apoiar iniciativas de valorização da cultura indígena	Barão de Melgaço, Campos de Júlio, Comodoro, Conquista D'Oeste, Nova Lacerda, Poconé, Porto Esperidião, Pontes e Lacerda, Sapezal, Tangará da Serra, Vila Bela da Santíssima Trindade, Amambai, Antônio	MDA, MAPA, governos estaduais, prefeituras, universidades, institutos, ONGs, Embrapa, Sebrae, Senar, Funai	Curto e médio	Recursos apoiados

		João, Aral Moreira, Bela Vista, Ponta Porã, Caarapó, Coronel Sapucaia, Corumbá, Dourados, Eldorado, Iguatemi, Itaporã, Douradina, Japorã, Juti, Laguna Carapã, Maracaju, Naviraí, Amambai, Dourados, Nioaque, Paranhos, Ponta Porã, Porto Murtinho, Sete Quedas e Tacuru			
	b) Fomentar projetos para agregação de valor aos produtos de origem indígena	Barão de Melgaço, Campos de Júlio, Comodoro, Conquista D'Oeste, Nova Lacerda, Poconé, Porto Esperidião, Pontes e Lacerda, Sapezal, Tangará da Serra, Vila Bela da Santíssima Trindade, Amambai, Antônio João, Aral Moreira, Bela Vista, Ponta Porã, Caarapó, Coronel Sapucaia, Corumbá, Dourados, Eldorado, Iguatemi, Itaporã, Douradina, Japorã, Juti, Laguna Carapã, Maracaju, Naviraí, Amambai, Dourados, Nioaque, Paranhos, Ponta Porã, Porto Murtinho, Sete Quedas e Tacuru	MDA, MAPA, governos estaduais, prefeituras, universidades, institutos, ONGs, Embrapa, Sebrae, Senar, Funai	Curto	Número de projetos

Programa de estímulo do comércio das cidades de fronteira	a) Fomentar a realização e divulgação de um diagnóstico de oportunidades de negócios para atração de consumidores fronteiriços da Bolívia e do Paraguai	Cáceres, Coronel Sapucaia, Corumbá, Ladário, Mundo Novo, Paranhos, Ponta Porã e Porto Murtinho	MIDR, Sudeco, Universidades, Institutos, Sebrae, governos estaduais e prefeituras	Curto	Diagnóstico realizado e publicizado
	b) Atrair investimentos para as cidades de fronteira	Cáceres, Coronel Sapucaia, Corumbá, Ladário, Mundo Novo, Paranhos, Ponta Porã e Porto Murtinho	MIDR, Sudeco, Universidades, Institutos, Sebrae, governos estaduais e prefeituras.	Médio	Novos negócios instalados
	c) Incentivar a instalação de free shops nas cidades gêmeas	Cáceres, Coronel Sapucaia, Corumbá, Ladário, Mundo Novo, Paranhos, Ponta Porã e Porto Murtinho	MIDR, Sudeco, governos estaduais e prefeituras	Curto e Médio	Novas lojas instaladas
Criação de um Centro de Cooperação Fronteiriça - CECOF	a) Assinar um Acordo de Cooperação para cooperação fronteiriça com a Bolívia e com o Paraguai	Cáceres, Coronel Sapucaia, Corumbá, Ladário, Mundo Novo, Paranhos, Ponta Porã e Porto Murtinho	Agência Brasileira de Cooperação (ABC), MIDR, Sudeco, embaixadas, consulados, governos estaduais e prefeituras	Médio	Acordo de cooperação assinado
	b) Dotar o CECOF de uma Câmara da Agricultura e Meio Ambiente	Cáceres, Coronel Sapucaia, Corumbá, Ladário, Mundo Novo, Paranhos, Ponta Porã e Porto Murtinho	MIDR, Sudeco, Consulados, Universidades, governos estaduais e prefeituras	Médio	Câmara setorial em operação
	c) Dotar o CECOF de uma Câmara da Indústria e Comércio	Cáceres, Coronel Sapucaia, Corumbá, Ladário, Mundo Novo, Paranhos, Ponta Porã e Porto Murtinho	MIDR, Sudeco, consulados, Universidades, governos estaduais e prefeituras	Médio	Câmara setorial em operação
Sistema de Informação (SI) de compras de bens e serviços por	Implantar um SI para registro das compras	Todos	Sudeco, Federações do Comércio, consulados,	Médio	Sistema de Informação (SI) em funcionamento

bolivianos e paraguaios nas cidades brasileiras	realizadas pelos bolivianos e paraguaios no Brasil para fins de avaliação da contribuição na geração de impostos e na formalização de acordos de cooperação em educação e saúde		Universidades, governos estaduais e prefeituras		
Programa de erradicação da pobreza na faixa de fronteira	Elaborar um programa para o combate efetivo à pobreza na faixa de fronteira a partir de um diagnóstico e de proposições para a inclusão social, cultural, econômica e política	Todos	MDS, MIDR, FAO, Sudeco, Consulados, Universidades, Institutos, governos estaduais e prefeituras	Médio	Programa elaborado
Programa de incentivo à cultura da faixa de fronteira	a) Elaborar um programa para incentivo à cultura a partir do diagnóstico das práticas culturais existentes	Todos	MinC, MIDR, Sudeco, Universidades, Institutos, governos estaduais e prefeituras	Curto	Programa e diagnóstico elaborados
	b) Promover editais de apoio à qualificação e capacitação para promoção cultural	Todos	MinC, governos estaduais e prefeituras	Médio	Edital publicado
	c) Incentivar as empresas locais a investirem nas apresentações culturais	Todos	MinC, governos estaduais e prefeituras	Médio	Número de empresas locais patrocinadoras de eventos culturais
Programa de fortalecimento de ações de mulheres fronteiriças	Oferecer curso de capacitação para formação e qualificação de mulheres para liderança comunitária e de grupos minorizados, com foco no acesso e garantia de direitos, na prevenção e no enfrentamento das diversas formas de violências	Todos	Ministério das Mulheres, universidades, institutos, ONGs, governos estaduais e prefeituras	Médio	Número de mulheres capacitadas em curso
	Realizar estudos socioeconômicos sobre segmentos produtivos de mulheres, com elaboração de estratégias para minimizar a sobrecarga do	Todos	Ministério das Mulheres, universidades, institutos, ONGs, governos estaduais e prefeituras	Médio	Relatório de pesquisa finalizado

	trabalho doméstico realizado pelas mulheres				
	Oferecer cursos de capacitação para o protagonismo das mulheres e a sua participação ativa nos processos formativos e produtivos	Todos	Ministério das Mulheres, universidades, institutos, ONGs, governos estaduais e prefeituras	Médio	Número de mulheres capacitadas em curso
	Propor estratégias de visibilização e desnaturalização da divisão sexual do trabalho	Todos	Ministério das Mulheres, universidades, institutos, ONGs, governos estaduais e prefeituras	Médio	Relatório de pesquisa finalizado
	Promover o curso de capacitação “Negócios de mulher” focado na geração de renda e produção de autonomia econômica e segurança alimentar	Todos	Ministério das Mulheres, universidades, institutos, ONGs, governos estaduais e prefeituras	Médio	Número de mulheres capacitadas em curso

Prazo: curto – 1 ano; médio – 4 anos ou; longo - 8 anos

5.5.6 Mapeamento de Stakeholders

Principais Atores Governamentais	Principais Atores do Sistema Produtivo	Principais Atores do Sistema Financeiro, voltado para o Desenvolvimento	Principais Atores Paraestatais
Governo do Estado de Mato Grosso, Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura	Confederação Nacional da Agricultura, Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares do Brasil,	Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BNDES, Bancos e Agências Internacionais de Fomento (BID, NDB, CAF, Fonplata etc.), BANCOOP, Sicredi, Care Brasil, CERIS, IFAD, MLAL, FAO	Sesi, Senar, Sebrae, Senac, Embrapa, Agraer, Empaer, Universidades Públicas e Privadas, Ecossistema de empresas de base tecnológica

Familiar (MDA), Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional, Ministério da Cultura, Ministério das Mulheres, Agência Brasileira de Cooperação (ABC), INCRA			
--	--	--	--

5.6 - TURISMO

5.6.1 Síntese dos potenciais observados (Forças)

Aquidauana-MS

PONTOS FORTES

- 1. Recursos naturais:** Aquidauana possui rios, cachoeiras, trilhas e uma rica biodiversidade, o que oferece um potencial turístico significativo para atividades de ecoturismo e turismo de natureza;
- 2. Cultura e história:** A região possui um patrimônio histórico e cultural rico, incluindo a herança indígena e a cultura pantaneira, o que pode atrair turistas interessados em experiências culturais autênticas;
- 3. Potencial para turismo rural:** A economia rural forte da região oferece oportunidades para o desenvolvimento do turismo rural e agroturismo, permitindo que os visitantes vivenciem a vida no campo e conheçam a produção local;
- 4. Localização estratégica:** Aquidauana está localizada em uma região central de Mato Grosso do Sul, com fácil acesso a outros destinos turísticos populares, como Bonito e Pantanal, o que pode permitir a criação de roteiros turísticos integrados.
- 5. Belezas naturais:** Aquidauana está situada em uma região privilegiada, cercada por uma exuberante natureza. A cidade é banhada pelo Rio Aquidauana e oferece paisagens deslumbrantes, com rios, cachoeiras, matas e trilhas. A região é ideal para a prática de atividades como pesca esportiva, passeios de barco e ecoturismo;
- 6. Pantanal:** Aquidauana é conhecida como a "Portal do Pantanal" devido à sua proximidade com essa importante região pantaneira. O Pantanal é um dos maiores ecossistemas úmidos do mundo, famoso por sua biodiversidade, incluindo aves, mamíferos, répteis e plantas. Os turistas podem desfrutar de safáris fotográficos, observação de aves, cavalgadas e trilhas ecológicas no Pantanal;
- 7. Gastronomia:** A culinária de Aquidauana reflete a mistura de influências indígenas, portuguesas e pantaneiras. Os pratos típicos incluem peixes de água doce, como o pintado e o pacu, preparados de diversas formas. Além disso, é possível encontrar deliciosas comidas tradicionais, como arroz carreteiro, pirão de peixe e chipa, um pão de queijo típico da região.
- 8. Turismo de aventura:** Aquidauana oferece várias atividades emocionantes para os aventureiros. Os visitantes podem desfrutar de rafting no Rio Aquidauana, passeios de quadriciclo, trilhas de *mountain bike*, rapel em cachoeiras e até mesmo a prática de mergulho em rios de água cristalina.

Corumbá-MS

PONTOS FORTES

- 1. Mídia espontânea** é o forte da promoção. Recomendações de quem participou dos eventos.
- 2. Sites de reserva** realizam marketing, acesso para reserva e pagamento seguro. Grandes empresas asseguram bom faturamento ao setor. Possuem técnicas de gerenciamento de redes sociais;
- 3. Excepcionalidade** do ambiente, flora e fauna. Utiliza Impulsioneamento em redes sociais, com retorno;
- 4. A fidelização** de clientes é utilizada pelas empresas;
- 5. Acesso** à Baía de Albuquerque, aos Rios Paraguai, Miranda, Abobral, Taquari, Negrinhos e afluentes;

6. Opinião de quem vivenciou experiências ajudam a promover a oferta e a decisão de compra. Pantanal vende com facilidade;
7. Há empresas que impulsionam ofertas nas redes sociais;
8. Operadoras oferecem acesso a novos mercados e difundem o destino;
9. Algumas empresas realizam Famtours independentes, sem auxílio do Governo;
10. Experiências vividas por clientes transmitidas a novos grupos, gerando credibilidade;
11. A participação do ecoturismo no fluxo turístico de Corumbá foi ampliado de 17,70% em 2015, para 24,80% em 2016, segundo o Observatório do Turismo do Pantanal;
12. Demanda da pesca significa 30,60% do fluxo de turistas do Município (Observatório do Turismo de Corumbá – 2016);
13. Agências fidelizadas;
14. Passeios acessíveis com vários preços e possibilidade de almoço a bordo;
15. Consegue posicionar o produto e o destino em todo o país e países vizinhos;
16. Realização de Famtours e Fampress capacitam Influenciadores para promover e comercializar o produto e o destino;
17. Promovem visitação nos atrativos e comercialização de artesanatos em datas específicas, para grupos dos cruzeiros de ecoturismo divulgarem o local. A Fundação de Cultura de MS e a Fundação de Cultura do Pantanal promovem os atrativos;
18. Oferta adequada ao perfil de cada grupo consumidor. Personalização gera satisfação, gerando mais indicações;
19. BR 262 totalmente pavimentada, com câmeras de controle de velocidade e alambrados para evitar atropelamento de animais nos trechos de maior incidência de acidentes;
20. Estrada Parque Pantanal denominada Área de Especial Interesse Turístico através de Decreto Estadual;
21. Aeroporto Internacional com boa infraestrutura. Transporte feito por táxi e aplicativo de celular;
22. Porto Geral com infraestrutura e Casario Histórico parcialmente restaurado com algumas empresas instaladas (artesanato, agências, lanchonetes, produtos náuticos, esportes);
23. Obra da artista Izulina Xavier possui visão privilegiada do Pantanal, de Corumbá, Ladário e Bolívia, com horário de funcionamento das 8 horas às 18 horas;
24. Existem três praças no Centro Histórico, com monumentos e passeios. Destaque para o lago da Praça da Independência;
25. Existência de brigadas contra incêndios no Pantanal;
26. Município atendido pelas Polícias Civil, Militar, Ambiental e Federal;
27. Existem serviços de telefonia móvel e internet 4G na área urbana atendendo algumas áreas rurais;
28. A Fundação de Turismo do Pantanal possui equipe responsável, equipamentos e técnicas de gestão de redes sociais;
29. Fundação de Turismo de MS e Fundação de Turismo do Pantanal apoiam a participação em feiras através de stands. Além de posicionamento de mercado, abre relacionamento comercial;
30. A Fundação de Turismo do Pantanal oferece apoio a demandas específicas. Influenciadores saem capacitados para promover e comercializar o produto e o destino;
31. O calendário de eventos ofertado no Estado fomenta o setor turístico em vários períodos do ano;
32. Existe Lei de Criação do Conselho. Houve três mandatos de Conselhos. Houve deliberações, Atas e Comissões. Atualmente há uma Comissão para discutir a Taxa de Turismo;
33. Existência de Lei do Fundo Municipal de Turismo, prevendo receitas de taxas de turismo, transferências, Alvarás do setor de turismo e doações;

34. Excelente infraestrutura e casario histórico com potencial muito elevado. Existência de uma Agência Portuária e Fundação de Turismo com áreas delimitadas de gestão. Há um Decreto que regulamenta a gestão do espaço. Há uma proposta de ordenamento prevista.

Cáceres-MT

PONTOS FORTES

- 1.** Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) e Fundo Municipal de Turismo instituídos;
- 2.** O Turismo está contemplado no organograma da administração pública municipal – Secretaria de Turismo e Cultura;
- 3.** Turismólogo efetivo no quadro de funcionários da Prefeitura Municipal;
- 4.** Participação efetiva do município na Instância de Governança da Região Turística Pantanal Mato-Grossense;
- 5.** O município tem histórico de bom desempenho em programas de planejamento do turismo (PNMT, 65 Destinos Indutores, Roteirização);
- 6.** Número considerável de associações e cooperativas populares; Existência do Conselho Municipal de Cultura;
- 7.** Facilidade de acesso terrestre a partir de Cuiabá - BR 070 em boas condições;
- 8.** Boa estrutura de serviços turísticos e de apoio (bares, restaurantes, hotéis, transportadoras turísticas e locadoras de veículos);
- 9.** Grande potencial em atrativos naturais e histórico-culturais. Turismo de Pesca consolidado como segmento de turismo;
- 10.** Cidade Polo em Tratamento de Saúde e Educação;
- 11.** Potencial produtivo das comunidades: existência de produção que pode ser associada ao turismo, das quais já comercializam produtos com matéria prima local (Ex.: doces, pães, bolachas, licores e outros de frutos do Cerrado e Pantanal);
- 12.** O aeroporto possui características de padrão internacional;
- 13.** Oferta de excelente estrutura de barco hotéis, que podem ser utilizados para outros segmentos, além da pesca;
- 14.** O Bioma Pantanal tem forte apelo internacional;
- 15.** Número expressivo de guias de turismo e condutores locais;
- 16.** Potencial das fazendas históricas;
- 17.** Beleza cênica do Rio Paraguai;
- 18.** Foi registrado recorde no Guinness Book, pela realização do maior Festival de Pesca de água doce do mundo;
- 19.** A cultura cacerense possui elementos expressivos, retratados nos artesanatos, artefatos e obras de arte. Alguns dos artistas locais já comercializam e/ou expuseram suas obras no exterior;
- 20.** Os saberes e costumes locais da cultura pantaneira é um patrimônio imaterial rico, que se expressa nas tradições, festividades, religiosidade, dança, música, rezas, benzimentos, etc.;
- 21.** A cultura e modos de vida sertanejo são expressões dos aqui conhecido como povos morroquianos, ribeirinhos (comunidades tradicionais) e dos agricultores familiares (comunidades e assentados rurais) presentes na região;
- 22.** O patrimônio edificado presente no centro histórico e em seu entorno apresenta exemplares em estilos arquitetônicos Art Déco, Art Nouveau, Colonial, Neocolonial, Neoclássico, Eclético e Neogótico, bem preservados;
- 23.** Lendas e causos diversos que são contados pelos mais velhos da cidade, tais como: o pai-do-mato, o minhocão, cumbaru-de-ouro e os contos da figueira. Grupos que são cultura viva que tiram rezas cantadas “ladainhas” em festas de Santos;
- 24.** Existe a presença de UCs no território, que podem ser alternativas para fomentar o turismo.

Poconé-MT

PONTOS FORTES

1. COMTUR instituído;
2. Participação IGR - Região Turística Pantanal Mato-Grossense;
3. Plano de Governo Municipal que considera o Turismo;
4. Existência de um conjunto de leis municipais relativas ao Turismo (Fumtur, Taxa de Turismo Sustentável e Voucher Único);
5. Existência de diversos estudos, análises e documentos que se relacionam com o processo de planejamento do Turismo, tais como: inventário da oferta turística, Plano de marketing para o Turismo, Relatório de Destinos Inteligentes, Relatórios da participação no Projeto Travessia do Pantanal e Relatórios sobre o programa PDITS Pantanal, entre outros;
6. Secretária municipal com estrutura, corpo técnico e orçamento específico para o Turismo;
7. Existência de agências e operadores de turismo conectados com os grandes centros de emissão nacionais e internacionais;
8. Boa via de acesso – BR 070 e MT 060 pavimentada até Poconé;
9. Estrada Parque Poconé – Porto Cercado pavimentada;
10. Manutenção da Estrada Parque Transpantaneira em boas condições no período de alta temporada;
11. População hoteleira;
12. Boa capacidade de hospedagem – 1.376 hóspedes;
13. SESC Pantanal com boa estrutura turística;
14. Existe uma estrutura urbana capaz de crescer junto com a demanda turística (Comércio, bancos, farmácias etc.);
15. Posicionamento do destino relacionado à sustentabilidade ambiental;
16. Boa estrutura dos equipamentos turísticos, sobretudo as pousadas e barco-hotéis;
17. Guias de turismo qualificados;
18. Alta taxa de ocupação hoteleira na alta temporada;
19. Existência de 5 unidades de conservação no território do município;
20. Existe um calendário de eventos;
21. Diversidade de eventos ofertados, sobretudo culturais ligados às festas de santos;
22. Existência de mais de 50 comunidades tradicionais entre quilombolas, ribeirinhos e indígenas;
23. Conhecimento por parte da população dos atrativos naturais e histórico-culturais;
24. Possibilidade de criação de pequenos negócios turísticos;
25. Presença do SESC com um dos mais importantes empreendimentos turísticos do País – SESC Pantanal;
26. Reconhecimento do trade e da população local sobre ações sociais e de turismo desenvolvidas pelo SESC e SEBRAE;
27. Reconhecimento internacional do Pantanal como destino de Ecoturismo;
28. Reconhecimento nacional do Pantanal como um importante destino de Pesca;
29. Perspectivas de integração física entre MT e MS via Transpantaneira.

Bodoquena-MS

PONTOS FORTES

1. Recursos naturais;
2. Localização geográfica;
3. Proximidade do perímetro urbano;
4. Atendimento de serviços de hospedagem e alimentação na maioria dos balneários;
5. Formação de um grupo de guias de turismo de Bodoquena em 2019;
6. Prato típico do local (Palga Serrana) contextualizada com a história e a cultura local;

7. Existência de alguns empreendimentos com foco na gestão da qualidade;
8. No que concerne aos aspectos positivos, o município de Bodoquena possui uma oferta de equipamentos turísticos que atende à necessidade da demanda atual em termos quantitativos, no perímetro urbano, com a presença de alguns empreendimentos que imprimem qualidade no atendimento. (Prefeitura Municipal de Turismo de Bodoquena e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Curso de Turismo, Campus de Aquidauana);
9. Rios de águas cristalinas e com potencial para áreas de banho, relevo propício para contemplação da paisagem, áreas naturais propícias à realização de esportes de aventura menos impactantes ambientalmente;
10. Raras formações geológicas, geomorfológicas e espeleológicas;
11. Áreas extensas com remanescentes de florestas, no Parque Serra da Bodoquena;
12. Presença de fauna exótica pela proximidade com o Pantanal, tendo a demanda turística como referência;
13. Presença de prato típico bodoquenense;
14. Banda de Música atuante;
15. Festas religiosas;
16. Diversidade de rios em bom estado de conservação;
17. Rios cristalinos, fauna e flora singulares;
18. Áreas conservadas e atrativos turísticos com estruturas de mitigação do impacto ambiental instaladas;
19. Desenvolvimento sustentável com controle da capacidade de carga nos principais atrativos (uso dos 321 vouchers);
20. Experiência no desenvolvimento do ecoturismo;
21. Infraestrutura viária em fase final de pavimentação entre as localidades;
22. Número de atrativos com alta hierarquia;
23. Existência do Parque Nacional da Serra da Bodoquena;
24. Existência do Geopark Bodoquena-Pantanal;
25. Existência de estrutura de eventos;
26. Atrativos ecoturísticos já desenvolvidos – numerosos, com capacidade de carga estimada;
27. Existência de atrativos potenciais e a serem descobertos (em especial cavernas, grutas e pontos de observação de animais);
28. Presença de ecótonos (transição entre ecossistemas) – Cerrado, Pantanal, Mata Atlântica;
29. Disponibilidade de recursos humanos para o turismo (hospitalidade);
30. Presença e atuação dos guias de turismo dotando de qualidade o produto;
31. Presença da UFMS, da UEMS e SEBRAE/MS;
32. Atrativos importantes nos três municípios foco do estudo;
33. Imagem amplamente divulgada nos mercados emissores nacionais;
34. Empresas certificadas pela ABNT em Sistemas de Gestão de Segurança NBR 15331;
35. Atrativos turísticos com sistemas de gestão ambiental (SGA) instalados;
36. Implantação do Programa Aventura Segura e do Tour da Experiência;
37. COMTUR atuante em Bonito, e COMTUR instalados nos demais municípios assim como o Fórum Regional e associações de classe - ATRATUR, ABAETUR, ABIH, IASB, Instituto Família Legal;
38. Aeroporto estruturado e em funcionamento;
39. Existe um estoque considerável de atrativos ainda não explorados turisticamente;
40. Disponibilidade de recursos humanos para o turismo (hospitalidade);
41. Diversidade de rios em bom estado de conservação, rios cristalinos, fauna e flora singulares;
42. Áreas conservadas e atrativos turísticos com estruturas de mitigação do impacto ambiental instaladas;
43. Desenvolvimento sustentável com controle da capacidade de carga nos principais atrativos;

44. Experiência no desenvolvimento do ecoturismo;
45. Imagem amplamente divulgada nos mercados emissores nacionais.

Nossa Senhora do Livramento-MT

PONTOS FORTES

1. Serra das Araras;
2. Existência de rios e cachoeiras junto a Serra das Araras;
3. Fontes Naturais;
4. Região do Pantanal;
5. Fazendas Centenárias;
6. Riqueza Cultural;
7. Centro Histórico;
8. Acesso/Rodovia;
9. Construções históricas do Séc. XVIII;
10. Museus já criados;
11. Área quilombola;
12. Missão São José (projetos);
13. Fábricas de Doces, feira é de Livramento;
14. IGR Pantanal Mato-grossense;
15. Existência dos conselhos Turismo e Cultura;
16. Associativismo;
17. Vontade Política;
18. Lei do tombamento estadual (ex. fonte do relógio);
19. Lei de criação da APA Serra das Araras;
20. Criação da Secretaria de Cultura e Turismo;
21. Produtos existentes e comercializados;
22. Existência de restaurantes (zona urbana e rural);
23. Hotéis;
24. Participação do município na IGR Pantanal Mato-grossense;
25. Festas religiosas (Festa da padroeira, Festa de São Benedito, Festa de Nossa Senhora da Conceição, e Festa da Banana);
26. Grupos folclóricos: Bacuri, Congo, os grupos de Capoeira, Grupos folclóricos das comunidades quilombolas e grupos de danças do Cururu;
27. Existência de órgãos de capacitação: Sebrae, Senar, Senai etc.;
28. Biblioteca Municipal “Cilo Torres Seixas” - Estudo coletivo de patrimônio natural e cultural do município;
29. Cursos de idiomas;
30. Palestras de formação e sensibilização;
31. Projeto ambiental e preparação de jovens para o atendimento turístico do município;
32. Oficinas para o segmento turístico;
33. Capacitações para os participantes da Feira É de Livramento com a participação do Sebrae;
34. Cursos diversos para a comunidade oferecidos pelo Senar Organizações de festas das comunidades (religiosas e culturais) para divulgação e venda dos produtos;
35. Aquisição de mão de obra mais barata para produtores (parcerias). Ex: uso do trator;
36. Existência de cooperativas; Calendário oficial de eventos do município;
37. Calendário oficial de eventos do município faz parte do calendário oficial de eventos do estado do Mato Grosso;
38. Feiras e eventos geradores de fluxo turístico. Ex: É de Livramento;
39. Natal Iluminado etc.

5.6.2 Síntese dos problemas observados (Fraquezas)

Aquidauana-MS

PONTOS FRACOS

1. Infraestrutura limitada: A infraestrutura turística em Aquidauana pode ser considerada limitada, com desafios em termos de transporte, hospedagem e serviços complementares, o que pode impactar a experiência do turista;
2. Falta de promoção adequada: A falta de esforços de marketing e divulgação pode limitar a visibilidade das atrações turísticas de Aquidauana, dificultando a atração de visitantes;
3. Capacitação limitada: A falta de programas de capacitação e treinamento para profissionais do setor turístico pode afetar a qualidade dos serviços oferecidos aos visitantes;
4. Diversidade limitada de atrações: Embora a região seja rica em recursos naturais, como rios, trilhas e paisagens exuberantes, a diversidade de atrações turísticas podem ser consideradas limitadas. Isso pode resultar em uma oferta turística menos variada, o que pode não atrair uma ampla gama de visitantes com diferentes interesses.

Corumbá-MS

PONTOS FRACOS

1. Espaços públicos não atendem os requisitos do mercado de ecoturismo (praças e museus);
2. Tarifa alta para o transporte aéreo;
3. Desentendimentos entre agenciadores referentes aos passeios de ecoturismo no Rio Paraguai;
4. Empresas ainda conhecem pouco sobre gerenciamento de redes sociais. Nem todas as empresas conseguem adequar a oferta para o público da “cota zero”;
5. A infraestrutura da comunidade do Passo do Lontra não atende os requisitos do público;
6. Com exceções, empresas não oferecem tecnologias de preservação ambiental. A Comunidade do Passo do Lontra não atende aos requisitos do público de ecoturismo;
7. Empresas ainda conhecem pouco sobre gerenciamento de redes sociais;
8. Com exceções, empresas não oferecem tecnologias de preservação ambiental. Há espaço para ampliar a competitividade da oferta através de gestão de desempenho das empresas e do setor;
9. Necessidade de trabalhadores bilíngues;
10. Empresas com diferentes níveis de maturidade gerencial;
11. Proximidade com o Paraguai impede políticas de preservação de estoque de peixes. Pouca fiscalização sobre pescadores ribeirinhos. Escassez de peixes afeta a demanda;
12. Empresas não possuem técnicas de gestão de redes sociais. Pouca presença no mundo virtual;
13. Custo elevado de acesso, por barco ou avião;
14. A comissão e custo dos sites de reserva diminuem a lucratividade;
15. Pouca mão de obra capacitada para administrar redes sociais;
16. Pouca oferta integrada com passeios. Falta operadores de receptivos formalizados, com profissionalismo;
17. Limitação de voos. Indefinição de datas fixas para alguns eventos;
18. Infraestrutura deficiente e ausência de ambientes climatizados prejudicam as visitas;
19. Não possuem guias bilíngues;
20. Ausência de oferta integrada entre empresas de turismo e atrativos culturais da cidade;
21. Pouco interesse dos equipamentos de turismo em ofertar os atrativos culturais. Não possuem conhecimento sobre gerenciamento de redes sociais;
22. Trecho da BR 262, próximo ao trevo da mineração, com sinalização de trânsito deficiente. Após Miranda, há um longo trecho na BR 262 sem Posto de Combustível ou ponto de apoio;

23. Ausência de fiscalização da oferta de travessia de balsa na EPP; custo elevado e ausência de atendimento noturno da balsa na EPP. Pouca sinalização de trânsito e sinalização turística na EPP;
24. Poucas opções de conexões referente a infraestrutura por transporte aéreo;
25. Desordenamento no Porto Geral (lixo, mau cheiro, atividades ilícitas, ausência de segurança, poluição visual e sonora). Infraestrutura portuária é deficiente em questões de segurança, acessibilidade no embarque e desembarque;
26. Monumentos depredados e lixo prejudicam a visitação;
27. Ausência de lixeiras e placas com os nomes das ruas no centro histórico;
28. Jardim da Independência com lago vazio, sem paisagismo e manutenção;
29. Há ausência de segurança nos pontos de venda e consumo de drogas. Ausência de sanitário público. Ausência do cumprimento de normas técnicas nas calçadas do centro histórico;
30. Alta incidência de queimadas no Pantanal;
31. Carência de monitoria ou vigilância por câmeras nas áreas turísticas (Estrada Parque, Porto Geral, Centro Histórico, Cristo Rei Mirante da Capivara). Ausência de atendimento policial especializado ao turista;
32. A oferta de serviços de internet não suporta a demanda. Ausência de cobertura de internet em diversos pontos do município;
33. Limitação orçamentária e processos burocráticos referente ao apoio a promoção e comercialização por meio do perfil “Corumbá Incrível”;
34. Empresas promovem individualmente o apoio à promoção e comercialização de segmentos específicos;
35. Investimento elevado. Pouca participação de empresas nos stands das feiras;
36. Não há um Programa específico para a promoção e comercialização por meio de fampress e famtours. Necessita profissionalismo na execução;
37. Eventos realizados simultaneamente lotam a rede hoteleira em uma só data;
38. Há pouca presença nas reuniões. A última reunião do Conselho foi em fevereiro de 2019;
39. Número muito elevado de representantes. (Fundo Municipal de Turismo);
40. Não existe movimentação do Fundo Municipal de Turismo;
41. Não existe uma fonte de receita real para o Fundo Municipal de Turismo. (Gestão da Orla Portuária);
42. Área reduzida de embarque e desembarque administrada pela Agência Municipal Portuária. Falta de definição nos papéis das instituições gestoras da Orla;
43. Ausência de Ordenamento;
44. Ausência de ambiente de negócios;
45. Ausência de segurança.

Cáceres-MT

PONTOS FRACOS

1. Falta de fomento e incentivo às redes de cooperação;
2. Dificuldades de fortalecimento e/ou desenvolvimento de Políticas Públicas, Planos e Projetos de Turismo do próprio município, e para demandas de esferas Federal e Estadual;
3. Atuação desarticulada entre setores que trabalham com o turismo, arranjo produtivo enfraquecido;
4. Baixa adesão ao CADASTUR e ao Selo Turismo Responsável;
5. Inexistência de mecanismos, legislação, políticas próprias do município para continuidade de ciclos de atividades;
6. Divergências de interesses entre a iniciativa pública e privada;
7. Inexistência de pesquisas de demanda turística;
8. Ausência de mecanismos de controle de qualidade dos prestadores de serviço turístico;

9. Carência de dados e informações estatísticas que são importantes para subsidiar o planejamento e a tomada de decisões;
10. Equipe técnica reduzida atuando na Secretaria de Turismo e Cultura;
11. Ausência de linhas regulares de ônibus;
12. O aeroporto não possui linhas/voos regulares;
13. Portal Turístico com espaço para centro de atendimento ao turista sucateado;
14. Ausência de acordos comerciais com grandes operadoras;
15. Falta de estrutura adaptada para acessibilidade nos comércios;
16. Falta de urbanização e paisagismo em vários pontos da cidade;
17. Sustentabilidade: Desconhecimento e ausência de práticas sustentáveis nos equipamentos turísticos;
18. Ausência de planos de segurança nos atrativos;
19. Empreendedores do setor turístico desmotivados. Formatação de produtos turísticos pouco criativos e sem inovação que propiciem experiências únicas e diferenciadas ao turista;
20. Informalidade latente;
21. Predominância do individualismo entre os empreendedores do setor turísticos;
22. Oferta de produtos/pacotes com muita similaridade entre os destinos turísticos pantaneiros;
23. Pouco incentivo à valorização da Cultura e integração ao produto turístico local;
24. Foco quase exclusivo no Turismo de Pesca;
25. Acessibilidade: Falta de estrutura adequada nos comércios e equipamentos turísticos;
26. Sinal de internet desfavorável fora da zona urbana do município;
27. Produtos locais não são associados ao turismo;
28. Necessidade de melhoria e embelezamento da orla do Rio Paraguai, principal área turística do centro urbano;
29. Pouco aproveitamento dos saberes e fazeres locais, como forma de ofertar experiências únicas aos visitantes;
30. Faltam incentivos à requalificação dos patrimônios edificados, com o aproveitamento de seus aspectos históricos e culturais, pautado na reversão do processo de esvaziamento socioeconômico da área central;
31. Pouco interesse em aprender as ladainhas, lendas, músicas e práticas de reprodução social que ocorrem nos festejos, por parte das novas gerações;
32. Não aproveitamento das UCs existentes no território, na dinâmica turística local;
33. Qualidade no atendimento nos equipamentos turísticos e comércio em geral;
34. Falta de interesse dos empresários em capacitar seus colaboradores;
35. Ausência de práticas sustentáveis nos equipamentos turísticos;
36. Comunidade local não percebe os benefícios do turismo e muitas vezes nem como se inserir nessa atividade;
37. Carência de profissionais treinados;
38. Inexistência de Plano de Marketing Turístico;
39. Calendário de Eventos desestruturado;
40. Ausência de presença digital oficial do turismo do município (portal oficial, redes sociais oficiais);
41. Baixo reconhecimento da identidade turística municipal;
42. Oferta turística dissociada dos elementos da cultura pantaneira e da produção associada ao turismo;
43. Não há rotas e/ou roteiros turísticos instituídos, a oferta é individualizada;
44. Inexistência de material promocional digital e impresso;
45. As empresas ainda conhecem pouco sobre gerenciamento de redes sociais e marketing digital;
46. A oferta turística atual não oportuniza experiências diferenciadas ao turista;

47. Infraestrutura do Centro Histórico tombado pouco adequada para fomentar o turismo histórico.

Poconé-MT

PONTOS FRACOS

1. COMTUR pouco atuante e não integra alguns setores chaves do Turismo;
2. Secretária municipal com atuações tímidas acerca do Turismo e sua relação com a Cultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Social;
3. COMTUR sem regimento interno. Inexistência de Plano Diretor Municipal;
4. Baixo orçamento municipal, corpo técnico em baixo número e pouco preparado – relativo à Sec. De Turismo;
5. Plano de governo Municipal com propostas de ações generalistas sobre o Turismo municipal;
6. Inventário da Oferta Turística desatualizado;
7. Baixa presença de turismólogos na administração privada e pública no município;
8. Pouca autonomia e participação da comunidade nas decisões sobre o desenvolvimento do Turismo;
9. Falta de instrumentos de monitoramento e acompanhamento dos impactos do Turismo (positivos e negativos), bem como acompanhamento da demanda e controle de visitação;
10. Dependência do Poder Público para o desenvolvimento de ações integradas para o Desenvolvimento do Turismo;
11. Baixa qualidade no atendimento e deficiências de mão de obra especializada no Turismo;
12. Centro de atendimento e orientação ao turista inoperante;
13. Falta de controle de visitação de mensuração dos impactos do Turismo na economia, meio ambiente e cultura;
14. Poucos espaços para Eventos;
15. Coleta de lixo deficiente;
16. Saneamento básico deficiente;
17. Sinalização turística deficiente;
18. Pouca acessibilidade nos empreendimentos turísticos;
19. Baixo número de empreendimentos e profissionais de turismo cadastrados no CADASTUR;
20. Forte competição no lugar de 315, referente a Cooperação empresarial;
21. Baixa presença digital na publicidade e comercialização turística;
22. Cobertura de internet, telefonia e energia elétrica deficiente na zona rural, onde estão a maioria dos equipamentos turísticos;
23. Pouco incentivo público para geração de novas oportunidades de negócios turísticos;
24. Alta sazonalidade turística, com pouca dinâmica na baixa temporada;
25. Informalidade e/ou baixo nível de gestão empresarial nos equipamentos e serviços turísticos;
26. Pouca diversificação de atrativos turísticos;
27. Pouca integração do Parque Nacional do Pantanal na dinâmica turística;
28. Inexistência de calendário de eventos;
29. Cultura, tradições, saberes e fazeres populares subutilizados na dinâmica de negócios associados ao Turismo;
30. Inexistência de dados sobre os impactos positivos e negativos do turismo;
31. Não há controle de visitação e acompanhamento formal do perfil da demanda;
32. Polarização entre empreendimentos turísticos e pecuaristas – as atividades são vistas como antagônicas;
33. Unidades de Conservação percebidas como locais que impedem o desenvolvimento.
34. Infraestrutura do Centro Histórico tombado pouco adequada para fomentar o turismo histórico.

Bodoquena-MS

PONTOS FRACOS

- 1.** Falta de estrutura de acessibilidade para portadores de necessidades especiais;
- 2.** Profissionais capacitados referente aos balneários;
- 3.** Falta de horários flexíveis aos clientes em alguns locais;
- 4.** A falta de gestão empresarial focada na qualidade;
- 5.** Ausência de infraestrutura de lazer e segurança em alguns locais;
- 6.** Precificação incoerente com o serviço prestado;
- 7.** Ausência de guarda-vidas em alguns Balneários;
- 8.** Falta de capacidade de investimento de muitos dos proprietários das áreas naturais com potencialidade turística;
- 9.** Os empreendimentos de hospedagem sem funcionamento nos finais de semana e feriados;
- 10.** A ausência de pessoas capacitadas nas funções estratégicas de recepção e governança nos meios de hospedagem;
- 11.** Necessidade de melhoria nas instalações dos meios de hospedagem e alimentação (limpeza, decoração e organização do espaço) localizados no perímetro urbano de Bodoquena, com vistas à qualidade no atendimento e da imagem da oferta turística local no mercado turístico;
- 12.** Número reduzido de empreendimentos de hospedagem e alimentação com CADASTUR. (Prefeitura Municipal de Turismo de Bodoquena e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Curso de Turismo, Campus de Aquidauana). Uma outra questão detectada é a pequena oferta de agências de viagem no município. (Prefeitura Municipal de Turismo de Bodoquena e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Curso de Turismo, Campus de Aquidauana);
- 13.** Extensas áreas de atividades econômicas ambientalmente impactantes e sem o atendimento do passivo ambiental que geram;
- 14.** Falta de licenciamento ambiental de muitos empreendimentos turísticos localizados nas áreas naturais;
- 15.** Falta de capacidade de investimento de muitos dos proprietários das áreas naturais com potencialidade turística;
- 16.** Falta de controle do fluxo e registro de visitação nas áreas naturais com potencialidade turísticas e nos balneários;
- 17.** Falta de conhecimento das boas práticas ambientais no manejo e na operacionalização das atividades internas;
- 18.** Casa do Artesão subutilizada;
- 19.** Ausência de alinhamento entre os eventos ocorridos na cidade e os canais de expressão da cultura material e imaterial;
- 20.** Falta de cadastro de fomentadores da cultura (artesanos, músicos, artistas locais, etc.);
- 21.** Coleta e destinação de resíduos sólidos deficientes;
- 22.** Menor presença do artesanato local;
- 23.** Oferta limitada de hospedagens de qualidade;
- 24.** Oferta limitada de serviços de alimentação de qualidade na alta temporada;
- 25.** Pequena oferta de programas e ações de cultura local – festival de inverno;
- 26.** Deficiência na oferta de transporte coletivo intermunicipal;
- 27.** Dificuldade da operação do transporte aos atrativos;
- 28.** Custo elevado do transporte para os atrativos;
- 29.** Limitação na oferta de mão de obra bilíngue;
- 30.** Esforço de divulgação pulverizado (há forte divulgação, não há política de comunicação);
- 31.** Ausência de um sistema de monitoramento de mercado (pesquisas de demanda).

Barão de Melgaço-MT

PONTOS FRACOS

1. Não existem oficinas e workshops de artesanato voltados para promover atividades que demonstrem e ensinem as suas artes tradicionais;
2. Não possui programas, projetos e ações acerca da atividade turística;
3. Não possui um Fundo Municipal de Turismo;
4. Não tem recursos próprios;
5. Não possui mão de obra não qualificada;
6. Os empresários apáticos a perspectiva de investimento ao setor;
7. Infraestrutura de receptivo inapta;
8. Cultura e artesanato desestimulados após a pandemia.

Vila Bela da Santíssima Trindade-MT

PONTOS FRACOS

1. Não existem linhas de crédito para os empresários do trade turístico;
2. Não existem locais de embarque e desembarque sinalizados e com acesso em nível dos rios;
3. Não possuem marinas/garagens náuticas, guarda para barcos;
4. Não têm Lei que regulamenta a atividade náutica;
5. Não existe no Município o "*Homestays*": se hospedar na casa de um membro da comunidade e acompanhar a rotina do anfitrião;
6. Não existem espaços reservados para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida em espaços turísticos;
7. Não possui Calendário de Festividades;
8. Não possui licença Ambiental vigente;
9. Sinalização turística precária;
10. Não faz parte de uma rota turística;
11. Promove pontualmente cursos de capacitação de culinária voltadas para a apresentação e valorização da comida típica da região ou de grupos étnicos, com muita troca de saberes sobre técnicas e ingredientes locais;
12. Equipe pequena de servidores;
13. Estrutura precária;
14. Ausência de um técnico específico para elaboração de projetos;
15. Falta de integração da população com a Secretária Municipal;
16. Ausência do Conselho de Turismo atuante;
17. Ausência de reconhecimento da importância da Secretaria de Turismo.

Nossa Senhora do Livramento-MT

PONTOS FRACOS

1. Infraestrutura física e humana referente ao patrimônio natural e cultural;
2. Acessos, estradas e pontes;
3. Organização dos atrativos turísticos;
4. Maior integração do poder com a sociedade (estrutura física e material);
5. Falta de acesso a determinadas localidades rurais;
6. Ausência de capacitações na área turística;
7. Segurança Social;
8. Falta de sinalização com painéis nos distritos e comunidades rurais;
9. Carência de mapas, guias de roteiros turísticos;
10. Falta de pontos turísticos de referência;
11. Ausência de Casa da Memória;
12. Falta de legislação específica para o turismo;

13. Falta de comprometimento da comunidade;
14. Falta de comprometimento da gestão pública;
15. Falta de integração das associações;
16. Captação de recursos para realização dos projetos;
17. Falta de integração das secretarias;
18. Falta de recursos;
19. Falta de Equipe técnica qualificada para montagem de projetos;
20. Falta de conhecimento do potencial turístico do município;
21. Falta de monitoramento e fiscalização do patrimônio público e privado;
22. Desinteresse dos munícipes pela capacitação (especialmente em relação a comércio local);
23. Falta de preparo (interesse) para a conservação do meio ambiente;
24. Falta de fomento do poder público;
25. Maior integração associações e poder público;
26. Falta de estrutura para atender a demanda de cursos oferecidos. Ex: falta de veículo para levar o instrutor, local para hospedagem etc.;
27. Falta de alinhamento entre entidades e associações;
28. Ausência de parceria como agências de turismo;
29. Transporte para transbordo dos produtos (do campo);
30. Desvalorização dos produtos (falta de hábito por parte dos consumidores no consumo do produto);
31. Falta de atuação das cooperativas e associações existentes (apoio à comercialização);
32. Falta de legalização dos produtos rurais;
33. Falta de espaço de comercialização dos produtos rurais;
34. Falta de roteiros segmentados.

Barão de Melgaço, Nossa Senhora do Livramento e Vila Bela da Santíssima Trindade
FRAQUEZAS COMUNS ENTRE OS TRÊS MUNICÍPIOS.

1. Empresas não tiveram acesso ao crédito do Fundo Geral de Turismo – FUNGETUR;
2. Não existe linha regular de transporte turístico que interligue os principais atrativos;
3. Não há delegacia de proteção ao turista;
4. Não há uma política de atração de investimentos privados para o setor;
5. Não possuem gestão adequada de Resíduos Sólidos (Conforme Lei nº 12.305/2010);
6. Não participam ou é contemplado em programas ou projetos com o MTur;
7. Não possuem aeroporto;
8. Não possuem Agências de Turismo;
9. Não possuem atividades turísticas de mergulho;
10. Não possuem atividades turísticas de vela;
11. Não possuem estudos sobre a profundidade de seus rios, lagos ou lagoas;
12. Não possuem locadoras de imóveis, automóveis, embarcações e aeronaves para temporadas;
13. Planos Diretores Urbanos não contemplam ações voltadas para o Setor de Turismo;
14. Não há uma política pública de investimento no turismo de base comunitária;
15. Linhas de transporte público intermunicipal com poucos horários de deslocamento à capital;
16. Sinalizações turísticas precárias e defasadas.

Ladário-MS

PONTOS FRACOS

1. Fraquezas na organização da comunicação de ideias e iniciativas pontuais de imediata ação junto aos munícipes para uma conscientização da divulgação do valor dos produtos e da paisagem.

Ponta Porã-MS

PONTOS FRACOS

1. Voo Comerciais irregulares;
2. Dotação Orçamentária do Turismo no PPA;
3. Inexistência de Roteiro Turístico Binacional formalizado;
4. O Ministério do Turismo reconhecer o Município como uma Rota Prioritária para a Regionalização.

Porto Murtinho-MS

PONTOS FRACOS

1. Capacitação e qualificação dos segmentos;
2. Plano Municipal de Turismo não concluído;
3. Não existência de Conselho Municipal de Turismo;
4. Baixo contato com prestadores de serviços.

5.6.3 Síntese das ameaças observadas

Aquidauana - MS

AMEAÇAS

1. Infraestrutura limitada: A falta de infraestrutura adequada, como estradas em más condições, falta de serviços básicos e deficiências na oferta de transporte público, pode dificultar o acesso dos turistas à região. Isso pode levar a uma experiência negativa para os visitantes e limitar o crescimento do turismo em Aquidauana;
2. Impactos ambientais: O turismo, especialmente o ecoturismo, pode causar impactos negativos ao meio ambiente se não for devidamente planejado e gerenciado. O aumento do número de visitantes pode levar à degradação dos ecossistemas naturais, poluição da água, destruição de habitats e perturbação da fauna e flora local. É essencial implementar práticas sustentáveis e medidas de conservação para minimizar esses impactos;
3. Concorrência de destinos turísticos próximos: À região de Mato Grosso do Sul possui vários destinos turísticos populares, como Bonito e Pantanal. A competição com esses destinos pode representar uma ameaça para Aquidauana, pois os turistas podem optar por visitar locais já estabelecidos e com maior visibilidade. É necessário desenvolver uma estratégia de diferenciação e promover as características únicas de Aquidauana para atrair visitantes;
4. Falta de conscientização e promoção: A falta de conscientização e promoção adequada sobre as atrações turísticas de Aquidauana pode limitar o conhecimento dos potenciais visitantes sobre o destino. A ausência de campanhas de marketing eficazes e a falta de uma presença forte nos canais de divulgação podem dificultar a atração de turistas para a região;
5. Limitações sazonais: Alguns destinos turísticos em Aquidauana podem enfrentar limitações sazonais, ou seja, períodos específicos do ano em que a demanda turística é baixa. Isso pode afetar a sustentabilidade econômica dos negócios relacionados ao turismo, tornando-os dependentes de períodos específicos para gerar receita;
6. Questões de segurança: A segurança é uma preocupação importante para os turistas. A existência de problemas de segurança, como crimes, violência ou áreas consideradas perigosas, pode afastar os visitantes e prejudicar a reputação de Aquidauana como destino turístico seguro.

Corumbá-MS

AMEAÇAS

1. Turistas ficam com imagem negativa do destino devido a infraestrutura e manutenção de espaços e atrativos públicos;
2. Ameaça de agências realizarem programação isolada dos atrativos urbanos;

3. Baixa competitividade devido ao preço elevado;
4. Turistas ficam com imagem negativa do destino devido a desregulamentação da oferta;
5. Reposicionamento de mercado para os requisitos da “cota zero” pode prejudicar o fluxo de caixa no curto prazo;
6. Terceirização do gerenciamento de redes sociais pode não trazer resultados satisfatórios;
7. Ausência de envolvimento da comunidade do Passo do Lontra na preservação e interpretação do meio ambiente gerou insatisfação dos turistas;
8. Não ofertar com a competitividade de outras empresas e outros destinos;
9. Empresas não promovem a oferta em períodos de baixa ocupação;
10. Ausência de governança na EPP não permite a evolução da Rota;
11. Ausência de maturidade estratégica das empresas não possibilita o reposicionamento de mercado;
12. Baixo estoque pesqueiro pode impactar o fluxo de turistas;
13. Escassez de mão de obra especializada restringir a utilização de marketing digital;
14. Ausência de profissionalismo no receptivo dificultar oferta integrada;
15. Limitação de fluxo devido poucos voos;
16. Visitação gratuita compromete a sustentabilidade de atrativos;
17. Ausência de atendimento de emergência e operações noturnas;
18. Diminuir a competitividade do passeio pela EPP;
19. Fluxo menor de passageiros;
20. Atividades sem controle no Porto Geral prejudicam a imagem do destino e a atração de investimento privado para o local.
21. Dificuldade de embarque e desembarque de pessoas idosas e portadores de necessidades especiais afetando a imagem do destino;
22. Ocorrência de acidentes prejudica a imagem do destino;
23. Espaços são excluídos da programação de agências e operadoras;
24. Dificuldade de localização no trânsito;
25. Lixo nas ruas;
26. Desvalorização do passeio pelo Centro Histórico;
27. Imagem do destino prejudicada;
28. A sensação de insegurança prejudica a atratividade dos locais turísticos;
29. Imagem do destino prejudicada pela falta de atendimento especializado;
30. Falta de conectividade impede ou dificulta a promoção, gestão de negócios, divulgação e presença no mundo virtual;
31. Gerar insatisfação em turistas;
32. Presença limitada do destino no mundo virtual por falta de orçamento e condições de utilização de ferramentas pagas;
33. Promoção individual das empresas podem não fortalecer o posicionamento do destino;
34. Ausência de participação de empresas desestimular o Governo a priorizar setores específicos nos stands;
35. Não obter retorno, se mal executado;
36. Melhorar a nota de classificação do destino junto ao MTUR;
37. Não envolver a participação de empresários e sociedade organizada na gestão do turismo do destino;
38. COMTUR não deliberar sobre orçamento;
39. Ausência de deliberação sobre orçamento não estimula a participação no COMTUR;
40. Ambiente portuário impede a implantação de novas empresas;
41. Ausência de segurança inviabiliza fluxo de turismo;
42. Ausência de fluxo inviabiliza negócios.

Cáceres-MT

AMEAÇAS

1. Atividade de pesca sem fiscalização efetiva: O segmento corre risco de desaparecer na região;
2. Pouco incentivo à valorização da Cultura e preservação do Patrimônio histórico;
3. Descontinuidade de políticas e programas de fomento ao turismo;
4. Ausência de indicadores do turismo que orientem as políticas públicas e ações da gestão pública;
5. Falta de política de incentivos para investimento no turismo, construções reformas e modernização de equipamentos turísticos;
6. Crise hídrica;
7. Queimadas: Degradação e aumento dos focos de incêndio nas áreas de vegetação natural;
8. Destinos concorrentes mais bem estruturados e com diversidades de produtos ofertados;
9. Oferta turística com localização distante dos grandes centros emissores e malha aérea desfavorável ao fluxo turístico nacional e internacional;
10. Diminuição da população de peixes: Atividade pesqueira desenfreada e com ausência de fiscalização efetiva;
11. Descaracterização do ambiente natural do Pantanal;
12. A ausência de práticas de sustentabilidade pode gerar insatisfação dos turistas;
13. A falta de qualidade em estruturas e serviços pode gerar insatisfação dos turistas;
14. Problemas ambientais e atividades econômicas predatórias ao longo do Rio Paraguai;
15. A falta de conectividade pode dificultar a promoção, gestão dos negócios, divulgação e presença digital. Além de gerar insatisfação dos turistas;
16. Limitação de recursos para investimento em capacitação;
17. Ausência de inovação no produto turístico;
18. Produto turístico “Pantanal” apresenta preços elevados em comparação com produtos nacionais de lazer e praia ou mesmo ecoturismo de outras regiões;
19. Competitividade: outros destinos possuem dinâmica e oferta turística semelhante;
20. Baixo conhecimento dos operadores e agências de turismo sobre a região do Pantanal.

Poconé-MT

AMEAÇAS

1. Descontinuidade de políticas públicas do Turismo por parte da SEADTUR/MTUR;
2. Enfraquecimento da IGR devido à inação, pouca articulação, assim como de conflitos de interesses entre os municípios que a compõem;
3. Não continuidade das ações com as trocas de gestores públicos;
4. Crise econômica provocada pela pandemia do Covid-19 provocou desânimo no empresariado local;
5. Competitividade com outros destinos semelhantes em MT e MS;
6. Descontinuidade de programas de aprimoramento da infraestrutura básica por parte do governo;
7. Custos operacionais no turismo elevado, resultante de uma série de fatores;
8. Poluição do Pantanal que recebe detritos de outras regiões do Estado;
9. Aumento da pressão do agronegócio e do garimpo;
10. Frequência anual de queimadas diminuindo significativamente as espécies de fauna e flora;
11. Nova onda da Covid-19;
12. Crise econômica nacional/internacional;
13. Impactos ambientais de grandes proporções ocasionados pelas queimadas no Pantanal;
14. Diminuição dos volumes dos rios em virtude do aquecimento global.

Bodoquena-MS

AMEAÇAS

1. Concorrência com outros atrativos localizados em Bonito, com maior qualidade na estrutura e nos serviços;
2. Falta de local adequado para descarte de resíduos sólidos;
3. Ausência de uma cadeia produtiva do Turismo fortalecida;
4. Falta de alguns serviços e infraestrutura urbana essenciais para o Turismo (saúde, unidade do corpo de bombeiros, unidade de apoio ao consumidor);
5. Assoreamento dos rios Betione, Salobra e Campina proveniente de atividades econômicas e descarte inadequado de resíduos sólidos;
6. Influência negativa da agropecuária nos rios;
7. Proximidade de Bonito, com uma oferta de equipamentos de A e B bem estruturada;
8. Proximidade com o município de Bonito e Miranda, que possui uma cadeia hoteleira consolidada;
9. Inexistência de mecanismos que estimulem a qualidade e o devido conhecimento da realidade e da demanda turística local;
10. (Prefeitura Municipal de Turismo de Bodoquena e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Curso de Turismo, Campus de Aquidauana);
11. Fragilização da Política Ambiental Brasileira;
12. Fragilidade do órgão de fiscalização de Meio Ambiente de MS;
13. Ausência de Lei municipal de Meio Ambiente;
14. Falta de um centro de apoio ao turista que pudesse mostrar o artesanato e a cultura local;
15. Falta de produtos que alinhem natureza e cultura;
16. Desconhecimento do turista da obrigatoriedade do voucher para acesso aos principais passeios;
17. Aumento do número de eco destinos turísticos no Brasil (cavernas, cachoeiras, rafting, rapel, tirolesas etc.);
18. Oscilação do câmbio;
19. Turismo de massa para o destino de ecoturismo;
20. Perda da experiência outdoor das crianças, comprometendo a futura demanda de ecoturismo e turismo de aventura (aumenta o potencial da experiência);
21. Alta sazonalidade dos segmentos atendidos atualmente;
22. Deterioração do patrimônio cultural;
23. Desenvolvimento do turismo sem solução dos problemas de saneamento;
24. O não uso de instrumento de monitoramento da visitação adequada ou de recursos humanos necessários como salva vidas;
25. Deterioração do patrimônio natural;
26. Aumento do número de eco destinos turísticos no Brasil Alta sazonalidade do segmento atendido;
27. Deterioração do patrimônio cultural;
28. Turismo de massa para o destino de ecoturismo.

Nossa Senhora do Livramento-MT

AMEAÇAS

1. Falta de estrutura financeira e recursos humanos;
2. Falta de conscientização por parte da sociedade;
3. Falta de continuidade do projeto pelo poder público na troca de gestor;
4. Falta de recursos advindos de políticas públicas;
5. Falta da união das comunidades;
6. Pouca ou nenhuma divulgação referente a mudança de gestão municipal;

7. Participação efetiva do poder público e da comunidade;
8. Ausência de leis que garantam a continuidade de projetos e ações;
9. Falta de verbas destinadas no orçamento;
10. Comodismo;
11. Não se aderir à cultura de debater temas relacionados;
12. Falta de participação das tomadas de decisões públicas;
13. Utilização exacerbada de Agrotóxicos nas plantações;
14. Falta de vontade política;
15. Falta de fiscalização do Meio Ambiente sobre a Aplicação indevida de agrotóxico;
16. Limitações econômicas do estado, do Mintur e do município;
17. Falta de valorização da Secretaria de Cultura e Turismo em relação aos recursos e estrutura física e humana;
18. Poder aquisitivo baixo da comunidade;
19. Desinteresse na apreciação pelas artes.

5.6.4 Síntese das oportunidades observadas

Aquidauana-MS

OPORTUNIDADES

1. Ecoturismo e turismo de natureza: Aquidauana possui uma localização privilegiada, com rios, cachoeiras, trilhas e uma rica biodiversidade. Isso cria oportunidades para o desenvolvimento do ecoturismo e turismo de natureza;
2. Passeios de barco, observação da fauna e flora, trilhas e atividades de aventura podem ser explorados para atrair visitantes que buscam experiências na natureza;
3. Turismo histórico e cultural: A região de Aquidauana tem um patrimônio histórico e cultural significativo, com destaque para o legado indígena, as fazendas antigas e a cultura pantaneira. A promoção do turismo histórico e cultural, com visitas a sítios arqueológicos, fazendas tradicionais e eventos culturais locais, pode ser uma oportunidade para atrair turistas interessados na história e na cultura da região;
4. Turismo de pesca esportiva: Mato Grosso do Sul é conhecido por suas ricas áreas de pesca, e Aquidauana não é exceção. A região oferece oportunidades para o turismo de pesca esportiva, com rios e lagos propícios para a prática dessa atividade. A promoção de pacotes turísticos específicos para pescadores, incluindo hospedagem, guias especializados e infraestrutura adequada, pode atrair um público específico de pescadores aficionados;
5. Turismo rural e agroturismo: Aquidauana possui uma economia rural forte, com atividades como agricultura, pecuária e produção de alimentos. O desenvolvimento do turismo rural e agroturismo pode oferecer aos visitantes a oportunidade de vivenciar a vida no campo, participar de atividades agrícolas e conhecer a produção local, como laticínios, vinícolas e plantações. Isso pode ser complementado com a oferta de hospedagem em fazendas e restaurantes com produtos regionais;
5. Turismo de aventura: Com sua geografia diversificada, Aquidauana possui potencial para o turismo de aventura. Atividades como rafting, canoagem, trilhas de *mountain bike* e rapel podem ser desenvolvidas para atrair visitantes que buscam adrenalina e emoção;
6. Turismo de eventos: A realização de eventos culturais, festivais, competições esportivas e feiras temáticas pode atrair turistas para Aquidauana. Esses eventos podem destacar a cultura local, promover a economia e criar uma atmosfera animada na cidade.

Corumbá-MS

OPORTUNIDADES

1. Oportunidade de se posicionar como um dos melhores destinos de pesca esportiva do Brasil;

2. Oportunidade de ampliar o número de hotéis que oferecem ecoturismo durante o período da piracema;
3. Estimular a abertura de cruzeiros de ecoturismo em mais empresas;
4. Adequar os espaços públicos aos requisitos do público de ecoturismo;
5. Ofertar treinamento para agentes e operadores participantes das feiras;
6. *Famtours e Fampress*;
7. Ofertar novos roteiros e novos atrativos;
8. Regulamentar a comercialização direta do segmento;
9. Reposicionar o mercado para os requisitos da “cota zero”;
10. Estimular o aumento da maturidade das empresas no gerenciamento de redes sociais e investimentos em impulsionamentos de posts e ferramentas Google;
11. Estimular clientes a postarem nas redes sociais.
12. Implantar técnicas de gerenciamento de redes sociais nas empresas;
13. Adequar a infraestrutura, preservação e interpretação ambiental da comunidade do Passo do Lontra aos requisitos do público de ecoturismo;
14. Conhecer a taxa de ocupação da categoria e elaborar plano de oferta da localidade (conjunto de empresas com apoio do poder público) para as baixas temporadas;
15. Implantar governança local, estruturar e oferecer a Rota Turística Estrada Parque Pantanal;
16. Realizar oferta de Pousadas Pantaneiras integradas com empresas e atrativos do centro urbano de Corumbá e da Rota Pantanal, Bonito e Serra da Bodoquena;
17. Profissionalizar o gerenciamento de redes sociais e sites de reservas;
18. Ampliar as recomendações de turistas através de sites de avaliações;
19. Impulsionar posts com imagens de turistas divulgadas nos sites e redes sociais;
20. Direcionar a oferta, nas baixas temporadas de fluxo internacional, para o mercado interno;
21. Ampliação e melhoria da oferta, utilizando linhas de financiamento com juros subsidiados e Lei Municipal de Incentivo;
22. Oportunidade para implantação de pousadas e hotéis na modalidade “ecolodge”;
23. Reposicionar a pesca para mercado esportivo;
24. Implantar divulgação conjunta da pesca esportiva na localidade, com apoio governamental;
25. Adaptar oferta para o ecoturismo através da formação de guias e aquisição de equipamentos;
26. Ofertar pesca e passeios de barco à Baía de Albuquerque, aos Rios Paraguai, Miranda, Abobral, Taquari, Negrinhos e afluentes;
27. Implantar novas práticas para divulgação em redes sociais;
28. Ampliar o alcance das redes sociais para outros Estados do Brasil;
29. Reposicionar a oferta para novo perfil de pescadores;
30. Implantar divulgação conjunta da pesca esportiva na localidade, com apoio governamental;
31. Ampliar a oferta de pesca esportiva direcionada à Cooperativas agrícolas do Sul do País;
32. Aprimorar a fiscalização da pesca na região;
33. Evoluir a participação no mundo virtual através de técnicas e utilização de ferramentas específicas;
34. Oportunidade de implantar novas formas de ofertar o produto;
35. Oportunidade de abrir mercado através de novas agências e operadoras;
36. Integrar a Serra do Amolar ao roteiro urbano de Corumbá, à Rota da Estrada Parque Pantanal e à Rota Pantanal, Bonito Serra da Bodoquena;
37. Oportunidade de aprimorar técnicas de gerenciamento de redes sociais;
38. Oportunidade para implantação de pousadas e hotéis na modalidade “ecolodge”;
39. Ampliar a oferta para o Oeste do Estado de São Paulo;
40. Ampliar oferta de pacotes com roteiros integrados envolvendo transporte, eventos, traslados, passeios, hospedagem e alimentação;

41. Oportunidade de definir calendário com foco na distribuição da ocupação hoteleira durante o ano;
42. Ampliar relacionamentos com outras agências e hotéis de Corumbá, com pousadas da Estrada Parque Pantanal e do fluxo de Bonito e Serra da Bodoquena;
43. Profissionalizar a presença no mundo digital (sites) e aprimorar o uso de redes sociais e ferramentas virtuais (Google);
44. Elaborar convênio para Fundação de Turismo impulsionar publicações da instituição;
45. Implantar cobrança para visitação de alguns atrativos;
46. Realizar estudos sobre estratégias de prevenção de acidentes com animais;
47. Implantar melhorias objetivando ampliar a integração entre o fluxo de Bonito e Estrada Parque Pantanal até o Centro Urbano de Corumbá;
48. Profissionalizar a Rota da Estrada Parque do Pantanal através da gestão da localidade turística (empresas de turismo), fortalecimento da identidade (marca - rota), infraestrutura e promoção;
49. Integração da Rota Bonito Pantanal via EPP com empreendimentos urbanos de Corumbá;
50. Incentivar as Companhias Aéreas para realizarem estudos de implantação de escala em Corumbá de voos existentes;
51. Implantar o ordenamento e a gestão do local turístico com foco na atração de investidores e turistas;
52. Implantar paisagismo e lixeiras;
53. Restaurar o monumento, implantando paisagismo, iluminação e dispositivos de segurança (câmeras e alambrado);
54. Oportunidade de instalação de placa com horário de funcionamento no portão;
55. Oportunidade de instalação de totem com informações sobre as estações da "via sacra" e um breve histórico da artista e instalação de uma "rosa dos ventos" indicando a posição geográfica (Norte, Sul, Leste, Bolívia);
56. Reformar o lago da Praça da Independência, inclusive como dispositivo de conforto térmico;
57. Implantação de paisagismo adequado ao clima e dispositivos de irrigação;
58. Aprimorar a manutenção e limpeza do local;
59. Ampliar a infraestrutura de prevenção e de combate a incêndios;
60. Implantar batalhão de atendimento especializado ao turista;
61. Implantar monitoria ou vigilância por câmeras nas áreas turísticas;
62. Aprimorar a oferta de serviços de telefonia e internet móvel na área urbana, Baía do Tamengo, Estrada Parque Pantanal, Albuquerque, Porto Morrinho e Serra do Amolar;
63. Fortalecer o posicionamento do destino por meio da integração da comunicação dos diversos produtos;
64. Implantar mecanismos de impulsionamentos pagos;
65. Divulgar os produtos e localidades do destino, com impulsionamentos pagos, com foco no perfil e abrangência geográfica de cada segmento;
66. Ampliar o canal de promoção através da implantação de site;
67. Incentivar a utilização da marca "Corumbá Incrível" por empresas do destino;
68. Aumentar a maturidade de gestão por segmento (união de empresários);
69. Implantar análise de índices dos segmentos para direcionar a oferta e a promoção;
70. Implantar programas para promoção conjunta de produtos dos mesmos segmentos e/ ou localidades, unindo recursos privados com apoio do poder público;
71. Elaborar e comunicar textos com linguagem e teor unificados para cada segmento;
72. Abrir novos canais de vendas, nacionais e internacionais;
73. Envolver empresas do mesmo segmento ou localidade para participação conjunta em feiras;
74. Ofertar treinamento para agentes e operadores participantes das feiras;

75. Oportunidade de explicar detalhes da nova política de pesca (Cota Zero) ao público final;
76. Criar Programa específico para a realização de *Famtours* e *Fampress*, prevendo contemplar todos os segmentos e localidades da oferta, com foco nos respectivos mercados;
77. Definir o calendário com foco na ocupação hoteleira;
78. Integrar a oferta dos eventos com a oferta dos produtos da Rota Bonito e Serra da Bodoquena e da EPP;
79. Atualizar a estrutura do Conselho, institucionalizando a participação dos segmentos;
80. Apontar formas de recursos para constituir o Fundo Municipal de Turismo;
81. Rever a proposta de ordenamento existente, e adequá-la para a realidade atual, prevendo a criação de um ambiente para implantação de empresas, de aperfeiçoamento do uso do espaço público e de segurança no embarque e desembarque;
82. Não envolver a participação de empresários e sociedade organizada da gestão do turismo do destino;
83. Fundo Municipal de Turismo;
84. Ausência de deliberação sobre orçamento não estimula a participação no COMTUR;
85. Preencher período da piracema com oferta de ecoturismo;
86. Gestão da Orla Portuária, pois, o ambiente impede a implantação de novas empresas.

Cáceres-MT

OPORTUNIDADES

1. Legalização, Integração e fortalecimento da Instância de Governança da Região Turística Pantanal Mato-grossense;
2. Investimento e fomento para a formatação de novos produtos turísticos;
3. Implantação da prática de Pesca Esportiva (pesque e solte);
4. Retomada do Turismo no pós-pandemia;
5. Alternativas de geração de emprego e renda a partir do turismo para a comunidade local;
6. Integração comercial entre os municípios da Região Turística Pantanal Mato-Grossense;
7. Os instrumentos de planejamento do turismo – Plano de Turismo e Inventário da Oferta Turística atualizado – que poderão nortear as ações do turismo no município;
8. Articulação de agenda que integre o turismo a outras agendas do município, como econômicas, ambientais e sociais;
9. Fortalecimento, integração e planejamento das do COMTUR;
10. Qualificação, profissionalização e fortalecimento da governança turística a partir da atuação do SEBRAE e parceiros no município;
11. Implantar formas de geração de fonte de receita para o Fundo Municipal de Turismo;
12. Atração de novos investidores; Crescimento do interesse da demanda por outros segmentos turísticos com políticas e práticas sustentáveis;
13. O segmento de pesca tem atraído novos perfis - mulheres e famílias - oportunizando diversificação do produto e ampliação da demanda;
14. Grande potencial de desenvolvimento de novos produtos turísticos no município e através da integração com os demais municípios da região a partir do Programa de Regionalização do Turismo;
15. Criação de novos produtos turísticos com foco no potencial histórico, cultural e natural do município;
16. Estímulo ao desenvolvimento do turismo em áreas privadas próximas à cidade, por meio de apoio direto à estruturação de atrações e/ou com incentivos;
17. Tornar Cáceres um destino turístico mais competitivo a partir das diretrizes dos Destinos Turísticos Inteligentes;
18. Qualificação da mão-obra turística a partir das ações do Pró-Pantanal e parceiros;
19. Criar diferencial de competitividade a partir das ações do Pró-Pantanal e parceiros;

20. Tornar os negócios turísticos mais sustentáveis através das certificações existentes de Turismo Sustentável (ISO's e NBR's);
21. Integração das comunidades locais, nos arranjos produtivos do turismo;
22. Cursos gratuitos na modalidade EAD ofertados pelo Ministério do Turismo;
23. Sensibilizar a comunidade local sobre as possibilidades de envolvimento com a atividade turística;
24. Campanhas de endomarketing turístico para promover orgulho e sentimento de pertencimento da população local;
25. Oportunidade de divulgação do destino através das Mídias Sociais de forma inovadora;
26. Participação de Eventos e Feiras Nacionais e Internacionais: Destinos que participam de Eventos tem mais oportunidades de negócios;
27. Retomada dos Eventos no pós-Pandemia;
28. Investir na força do engajamento das redes sociais;
29. Valorização dos destinos turísticos pantaneiros;
30. Criação de marca que represente a identidade local.

Poconé-MT

OPORTUNIDADES

1. Fortalecimento da IGR – Região Turística do Pantanal Mato-Grossense com ações cooperativas e integradas entre os municípios que a compõem;
2. Políticas públicas e fortalecimento institucional modelo para os demais municípios da região, liderança de Poconé juntamente com Cáceres induzindo os demais municípios do Pantanal;
3. Captação de recursos por meio da participação de políticas públicas;
4. Melhoria da classificação no mapa do turismo brasileiro passando de B para A, com o desenvolvimento de ferramentas para mensurar e acompanhar os impactos do Turismo;
5. Aproveitamento de ações desenvolvidas por entidades relacionadas ao Turismo;
6. Criação de mecanismos para a recuperação do turismo no pós-pandemia como por exemplo:
a) observância do mercado local e regional; b) Retomada dos eventos tradicionais dos municípios, de forma gradativa observando a retração da Pandemia do Covid-19;
7. Criação de uma agenda que integre as atividades turísticas, ambientais, sociais e econômicas comuns à região;
8. Campanhas de endomarketing turístico, para promover orgulho e sentimento de pertencimento da população local;
9. Disponibilização de relatórios e instrumentos de planejamento relativos no município de forma pública e de fácil acesso;
10. Transformação do Plano de Turismo de Poconé em lei para que possa garantir a continuidade das ações independente das mudanças de gestores;
11. Estruturação de um Observatório do Turismo no Pantanal de Mato Grosso a fim de monitorar os impactos positivos e negativos do Turismo e gerar dados para investimentos no setor;
12. Proximidade de Cuiabá (aeroporto e rodoviária estruturados);
13. Parceria com o sistema “S” para qualificação e profissionalização dos empreendimentos turísticos;
14. Desenvolvimento e execução de políticas públicas voltadas ao incremento do comércio local;
15. Incentivo ao empreendedorismo com vistas ao aumento do índice da geração de emprego e renda no município;
16. Parcerias com instituições públicas e privadas para qualificação da mão de obra. Inserção em programas regionais de melhoria da infraestrutura básica;
17. Diversificação no uso dos atrativos turísticos naturais e culturais;

18. Ampliação das Unidades de conservação para uso sustentável por meio do Turismo;
19. Educação ambiental atrelada à dinâmica turística;
20. Empreendedorismo social, turismo de experiência e economia criativa associadas às comunidades tradicionais;
21. Inserção das comunidades tradicionais na diversificação da oferta turística;
22. Diversificação da oferta turística para o período de cheia no Pantanal;
23. Ampliação da oferta integrada a outros destinos do Pantanal (MT e MS) e de outras regiões turísticas de Mato Grosso;
24. Tornar os negócios turísticos mais sustentáveis através das certificações existentes (ISOs e NBRs);
25. Crescimento da demanda local (região metropolitana) e regional (outras cidades de Mato Grosso);
26. Aproveitamento da mídia existente e que pode ser captada para estruturação de programas, matérias, reportagens e atração de influenciadores digitais para o Pantanal. Ex. Novela Pantanal exibida em 2022;
27. Ampliação da oferta para regiões vizinhas – Goiás, Rondônia e estados Amazônicos.

Bodoquena-MS

OPORTUNIDADES

1. Consolidação do segmento de observação de aves;
2. Localização próxima à Bonito;
3. Presença de áreas naturais com forte apelo para o Turismo;
4. Inserção do município na Rota Pantanal/ Bonito – Serra da Bodoquena;
5. Elaboração do Plano Municipal de Turismo;
6. Aumento da procura por locais que proporcionem maior contato com a natureza e com a história e a cultura local;
7. Programa MS “Investe Turismo”, convênio SEBRAE e Governo do Estado;
8. O município possui 90% de seu perímetro urbano saneado;
9. Presença de locais com forte apelo turístico (grutas, mirantes, patrimônio cultural, local propícios para atividades de aventura);
10. Elaboração para implementação do “Plano Municipal de Coleta Seletiva” de Bodoquena;
11. Realização de eventos esportivos no município;
12. Existe uma demanda potencial pelo Turismo Gastronômico;
13. Existência de eventos esportivos com presença de um perfil de turista com maior interesse pela culinária local;
14. Existência da Feira do Produtor, com atividades de lazer semanais;
15. Realização de ações promovidas pela prefeitura municipal para capacitação na gestão (Mostra de Turismo, Cidade Empreendedora etc.);
16. Realização de eventos esportivos no município;
17. Carne bovina diferenciada da região;
18. Mídias sociais;
19. Localização geográfica;
20. Presença de áreas naturais com forte apelo para o Turismo;
21. Estruturação para uso turístico do Parque Nacional Serra da Bodoquena;
22. Aumento da demanda turística nacional e internacional por áreas naturais;
23. Melhor acesso ao Parque Nacional da Serra da Bodoquena;
24. Localização geográfica estratégica;
25. Proximidade e acesso de tribo indígena no município;
26. Feira do Produtor;
27. Cultura pantaneira que reflete no município;

28. Crescimento do turismo ecológico e de aventura no Brasil;
29. Crescimento do turismo de eventos e convenções;
30. Crescimento do turismo da melhor idade;
31. Turismo de estudantes para a educação de jovens contemplando viagens de estudos;
32. Classe média em ascensão;
33. Crescimento do turismo familiar voltado para natureza;
34. Observadores de pássaros;
35. Crescimento do turismo de gays, lésbicas, bissexuais e transexuais (LGBT);
36. Crescimento do turismo de acessibilidade;
37. Crescimento do Geoturismo;
38. Concorrência restrita em atrativos de flutuação e mergulho em água doce, mergulho em caverna (único no Brasil);
39. Aumento da demanda turística internacional no Brasil;
40. Divulgação do país no exterior;
41. Megaeventos eventos no Brasil (copa das Confederações, Copa do Mundo e Olimpíadas);
42. Crescimento do Turismo cultural/histórico;
43. Turismo de visitação em Unidades de Conservação;
44. Sinergia com destino de compras no Paraguai;
45. Sinergia com destino Campo Grande (Aquário Pantanal);
46. Sinergia com destino Pantanal Sul;
47. Crescimento do turismo de eventos e convenções;
48. Reconhecimento nacional e internacional;
49. Crescente interesse mundial pelo turismo de natureza e ecoturismo;
50. Criação do Parque Nacional da Serra da Bodoquena;
51. Chancela da UNESCO para criação do GEOPARK.

Nossa Senhora do Livramento-MT

OPORTUNIDADES

1. Mudança de Mentalidade/ Participação efetiva da comunidade;
2. Organização de Governança;
3. Capacitações e treinamentos;
4. Criação do Centro de Comercialização de produtos;
5. Asfaltamento da via Capão Grande/Ribeirão dos Cocais;
6. Criação do “CCPDEL”;
7. Capacitações (linguística, história, geração de renda etc.);
8. Associação Idosos - Mutuca;
9. Peregrinação Turística;
10. Economia da Comunhão;
11. Criação de Leis para captação de recursos para criação Casa da Memória - Museu;
12. Monitoramento integrado dos conselhos através das informações por meio digital;
13. Criação do Fundo de Turismo;
14. Criação do Fundo de Cultura;
15. Criação de Leis que oportuniza a captação de recursos para o Fundo de Turismo;
16. Criação de Lei Municipal para preservação do Centro Histórico;
17. Agregar ou interligar os segmentos e comunidades, e dar visibilidade;
18. Criação de Pesque e Pague;
19. Roteiros Turísticos Integrados;
20. Roteiros Turísticos Individualizados;
21. Rádio;
22. Criação do Centro de Comercialização dos Produtos “É de Livramento”;

23. Revitalização do Papa Banana;
24. Criação de roteiros turísticos (centro histórico, comunidade quilombola, serra das araras, pantanal, festa religiosas);
25. Abertura da Casa da Memória e Casa da Cultura;
26. Organização dos roteiros para o acompanhamento do Calendário anual do município;
27. Revitalização do Tanque Municipal;
28. Revitalização do Parque Zoo Florestal;
29. Revitalização da Praça dos Eventos;
30. Promover cursos para formação de guias e turismólogos;
31. Aproveitar profissionais da área de educação ambiental;
32. Troca de experiências de pontos positivos entre as comunidades rurais;
33. Novos cursos oferecidos pelo Sebrae, Senar, Empaer e Universidades Públicas;
34. Palestras, oficinas, seminário e reuniões voltados para o segmento turístico;
35. Maior participação das associações para receber o instrutor e apoiar a realização do curso;
36. Continuação dos cursos de linguagens e oficinas na biblioteca;
37. Local de divulgação do Turismo e Cultura Local;
38. Comercialização fora do âmbito municipal;
39. Divulgação através de folders, sites, WhatsApp, vídeos e carros de som;
40. Criação de roteiros segmentados;
41. Legalização dos produtos rurais;
42. Inserção dos Eventos do município no calendário oficial de eventos da cidade;
43. Criação do CCPEDL (Centro de Comercialização);
44. Fomentar oportunidades para a Cadeia do Turismo.

5.6.5 Carteira de projetos

Projeto	Ações estratégicas	Municípios envolvidos	Parceiros/financiadores	Prazo	Indicador de sucesso
Roteiro de turismo integrado	Realizar oferta de Pousadas Pantaneiras integradas com empresas e atrativos do centro urbano de Corumbá e da Rota Pantanal, Bonito e Serra da Bodoquena	Corumbá, Ladário, Bonito, Bodoquena e Miranda	Governo estadual, prefeituras, empresas, MTur	Médio	Rota em funcionamento
	Propor oferta de produtos turísticos articulados na rota Cuiabá-Nossa Senhora do Livramento-Cáceres	Nossa Senhora do Livramento e Cáceres	Governo estadual, prefeituras, empresas, MTur	Médio	Rota em funcionamento
Promoção do calendário anual de eventos do município	Planejar e divulgar todos os eventos realizados anualmente	Barão de Melgaço, Cáceres, Poconé, Nossa Senhora do Livramento, Vila Bela da Santíssima Trindade, Aquidauana, Corumbá, Ladário, Miranda, Bonito, Jardim, Ponta Porã, Bodoquena e Porto Murtinho	Prefeituras, empresas, MTur	Curto	Calendário divulgado na página da prefeitura
Promoção dos roteiros e atrativos turísticos em municípios com turismo consolidado ou em consolidação	Viabilizar recursos para aprimorar a divulgação do turismo local	Barão de Melgaço, Cáceres, Poconé, Nossa Senhora do Livramento, Vila Bela da Santíssima Trindade, Aquidauana, Corumbá, Ladário,	Governo estadual, prefeituras, empresas, MTur	Médio	Roteiros e atrativos divulgados na página da prefeitura

		Miranda, Bonito, Jardim, Ponta Porã, Bodoquena e Porto Murtinho			
Qualificação para atendimento aos turistas	Promover cursos de capacitação para atendimento aos turistas em municípios com turismo consolidado ou em consolidação	Barão de Melgaço, Cáceres, Poconé, Nossa Senhora do Livramento, Vila Bela da Santíssima Trindade, Aquidauana, Corumbá, Ladário, Miranda, Bonito, Jardim, Ponta Porã, Bodoquena e Porto Murtinho	Governo estadual, prefeituras, universidades, institutos, Sebrae, empresas, MTur	Curto	Número de pessoas capacitadas
	Fortalecer os cursos de graduação e pós-graduação em turismo estimulando a formação de mão de obra qualificada	Todos	Governo estadual e federal	Médio	Número de profissionais formados
	Incentivar a qualificação em idiomas aos prestadores de empresas turísticas;	Barão de Melgaço, Cáceres, Poconé, Nossa Senhora do Livramento, Vila Bela da Santíssima Trindade, Aquidauana, Corumbá, Ladário, Miranda, Bonito, Jardim, Ponta Porã, Bodoquena e Porto Murtinho	Governo estadual, prefeituras, empresas e MTur	Longo	Número de profissionais qualificados em outros idiomas

Elaboração do Plano de Desenvolvimento do Turismo nos municípios ainda não consolidados para a atividade	Fomentar a elaboração de Planos de Desenvolvimento do Turismo naqueles municípios que ainda não consolidados para a atividade	Municípios não consolidados ou em processo de consolidação	Governo estadual, prefeituras, universidades, institutos, Sebrae, empresas, MTur	Médio	Elevação do número de municípios consolidados
Fomento ao turismo de experiências de fronteira	Elaborar diagnósticos e propostas para aproveitamento do turismo de experiências de fronteira	Cáceres, Coronel Sapucaia, Corumbá, Ladário, Mundo Novo, Paranhos, Ponta Porã, Porto Murtinho e Sete Quedas	Governo estadual, prefeituras, universidades, institutos, Sebrae, empresas, MTur	Médio	Relatório de diagnósticos e propostas publicado
Mapeamento de potenciais atrativos turísticos e seus respectivos segmentos	Realizar o levantamento de potenciais atrativos ambientais, culturais e tecnológicos	Municípios não consolidados ou em processo de consolidação	Governo estadual, prefeituras, universidades	Médio	Quantitativo de atrativos catalogados
Mapeamento da demanda turística potencial	Diagnosticar o perfil dos possíveis visitantes, estados/países de origem, interesses, necessidades e expectativas com relação ao destino visitado.	Municípios não consolidados ou em processo de consolidação	Governo estadual, prefeituras e universidades	Curto	Aferição dos números da demanda potencial dos destinos turísticos
Desenvolvimento de Marketing Turístico na faixa de fronteira	Criação de identidade visual dos destinos turísticos	Municípios não consolidados ou em processo de consolidação	Governo estadual e prefeituras	Curto	Aumento no número da procura de turistas efetivos e potenciais nos destinos turísticos
	Participação em eventos nacionais e internacionais	Barão de Melgaço, Cáceres, Poconé, Nossa Senhora do Livramento, Vila Bela da Santíssima Trindade, Aquidauana, Corumbá, Ladário, Miranda, Jardim, Ponta Porã, Bodoquena e Porto Murtinho	Governo estadual, prefeituras, empresas, MTur e Embratur	Curto	Aumento no número de participações em eventos

		Criação, gerenciamento e análise de dados de redes sociais, sites, aplicativos e outros sistemas de gestão turística	Barão de Melgaço, Cáceres, Poconé, Nossa Senhora do Livramento, Vila Bela da Santíssima Trindade, Aquidauana, Ladário, Miranda, e Porto Murtinho	Governo estadual, prefeituras e empresas	Curto	Análise das métricas geradas pelas plataformas
Financiamento de infraestrutura pública e privada		Criação de CAT's (Centros de Atendimento ao Turistas)	Municípios não consolidados ou em processo de consolidação que não possuam CAT	Governo estadual e prefeituras	Médio	Registro de procura dos turistas no CAT's
		Adequação dos espaços públicos e privados para o acesso de turistas PCD's	Barão de Melgaço, Cáceres, Poconé, Nossa Senhora do Livramento, Vila Bela da Santíssima Trindade, Aquidauana, Corumbá, Ladário, Miranda, Bonito, Jardim, Ponta Porã, Bodoquena e Porto Murtinho	Governo estadual, prefeituras e empresas	Médio	Aumento no número de estruturas adequadas para o atendimento ao público de turistas PCD's
		Revitalização de áreas públicas	Barão de Melgaço, Cáceres, Poconé, Nossa Senhora do Livramento, Vila Bela da Santíssima Trindade, Aquidauana, Ladário, Miranda, Jardim, Ponta Porã, Bodoquena e Porto Murtinho	Governo estadual e prefeituras	Longo	Aumento do quantitativo de áreas beneficiadas por ações de revitalização
		Políticas de Linhas de crédito para criação,	Barão de Melgaço, Cáceres, Poconé,	Governo estadual, prefeituras e MTur	Médio	Ampliação do número de empresas atendidas por

	ampliação e/ou melhoria das empresas turísticas	Nossa Senhora do Livramento, Vila Bela da Santíssima Trindade, Aquidauana, Corumbá, Ladário, Miranda, Bonito, Jardim, Ponta Porã, Bodoquena e Porto Murtinho			linhas de financiamentos do segmento turístico
Maximização da atuação das instâncias municipais de turismo	Estimular que os COMTUR's operem de maneira ativa nos municípios	Todos	Governo estadual, prefeituras e MTur	Curto	Ampliação no número de membros do COMTUR bem como no quantitativo de reuniões e deliberações de ações em prol da atividade turística
	Contratação de turismólogos via concurso público para atuação nas secretarias municipais de turismo onde não estão presentes	Todos	Governo estadual e prefeituras	Médio	Maior quantitativo de prefeituras com profissionais turismólogos atuantes nas instâncias cabíveis
Ampliação e qualificação da oferta básica e turística	Incentivo ao empreendedorismo turístico (Hotelaria, Estabelecimentos de A&B, Agências de Turismo, Empresas de aluguel de carros, transportadores turísticos e Empresas de eventos)	Municípios não consolidados ou em processo de consolidação	Governo estadual, prefeituras, Sistema S e MTur	Médio	Ampliação no número de empresas turísticas
	Melhoria de serviços básicos nos destinos turísticos (Saneamento, água, coleta de resíduos, internet, segurança, vias de acesso)	Municípios não consolidados ou em processo de consolidação	Governo estadual, federal e prefeituras	Médio	Melhoria na avaliação do destino perante a população local e pelos turistas/visitantes.
	Ações de qualificação formal de guias de turismo locais e regionais	Municípios não consolidados ou em processo de consolidação	Governo estadual, prefeituras, Senac e MTur	Curto	Ampliação no número de guias oficiais

Fomento a práticas associativas no turismo	Estímulo às empresas turísticas na associação de classes para o fortalecimento da atividade (ABETA, ABIH, ABAV, ABRASEL, ABBTUR, dentre outras)	Barão de Melgaço, Cáceres, Poconé, Nossa Senhora do Livramento, Vila Bela da Santíssima Trindade, Aquidauana, Corumbá, Ladário, Miranda, Jardim, Bodoquena e Porto Murtinho	Governo estadual, prefeituras, Sebrae e MTur	Médio	Aumento da adesão das empresas às suas respectivas associações
Integração do planejamento turístico	Estimular uma melhor aderência do planejamento turístico quanto às estratégias traçadas nos âmbitos municipal, estadual e federal.	Municípios não consolidados ou em processo de consolidação	Governo estadual, prefeituras e MTur	Médio	Métricas de efetivação de ações integradas entre as diferentes instâncias de governanças do turismo
Maximização a articulação da cadeia produtiva do turismo	Promoção de ações integradas entre os diferentes segmentos da oferta turística dos destinos	Municípios não consolidados ou em processo de consolidação	Governo estadual, prefeituras, empresas e MTur	Médio	Aumento do faturamento das empresas que atuam em parceria
	Criação de Convention Visitors Bureau	Barão de Melgaço, Cáceres, Poconé, Nossa Senhora do Livramento, Vila Bela da Santíssima Trindade, Aquidauana, Corumbá, Ladário, Miranda, Jardim, Bodoquena e Porto Murtinho	Empresas e prefeituras	Médio	Número de empresas que aderirem ao Convention Visitors Bureau
	Maior atuação na captação de eventos	Barão de Melgaço, Cáceres, Poconé, Nossa Senhora do Livramento, Vila Bela da Santíssima Trindade, Aquidauana,	Empresas e prefeituras	Médio	Aumento na quantidade de eventos captados pelo destino

		Corumbá, Ladário, Miranda, Jardim, Bodoquena e Porto Murtinho			
Política de incentivo a adesão do CADASTUR e selo turismo responsável	Criação de campanha de conscientização da importância de adesão do CADASTUR e selo turismo responsável	Municípios não consolidados ou em processo de consolidação	Governo estadual, prefeituras, universidades, empresas e MTur	Médio	Quantidade de empresas atingidas pela campanha
	Ações integradas com instituições parceiras para preenchimento de formulário de adesão do CADASTUR e selo turismo responsável	Municípios não consolidados ou em processo de consolidação	Governo estadual, prefeituras, universidades, empresas e MTur	Médio	Número de empresas com adesão
Programa de acompanhamento e gerenciamento de dados turísticos	Promover a organização e gerenciamento de dados abertos de empresas turísticas privadas e órgãos públicos (número de chegadas, finalidade da visitação, origem do turista/visitante, dentre outras informações)	Barão de Melgaço, Cáceres, Poconé, Nossa Senhora do Livramento, Vila Bela da Santíssima Trindade, Aquidauana, Corumbá, Ladário, Miranda, Jardim, Ponta Porã, Bodoquena e Porto Murtinho	Governo estadual, prefeituras, universidades, empresas e MTur	Médio	Métricas dos dados coletados
	Pesquisas de demanda turística em estruturas de recepção de fluxo turístico (rodoviárias, aeroportos, ferrovias e portos);	Barão de Melgaço, Cáceres, Poconé, Nossa Senhora do Livramento, Vila Bela da Santíssima Trindade, Aquidauana, Corumbá, Ladário, Miranda, Jardim, Ponta Porã, Bodoquena e Porto Murtinho	Governo estadual, prefeituras, universidades, empresas e MTur	Curto	Quantitativo de pessoas abordadas no universo da pesquisa e seus respectivos resultados

	Aplicação de pesquisas a turistas nos eventos locais	Barão de Melgaço, Cáceres, Poconé, Nossa Senhora do Livramento, Vila Bela da Santíssima Trindade, Aquidauana, Corumbá, Ladário, Miranda, Jardim, Ponta Porã, Bodoquena e Porto Murtinho	Governo estadual, prefeituras, universidades, empresas e MTur	Curto	Quantitativo de pessoas abordadas no universo da pesquisa e seus respectivos resultados
Organização e planejamento dos transportes turísticos	Políticas de incentivo, financiamento e gestão dos terminais de fluxos turísticos do destino (rodoviárias, aeroportos, ferrovias e portos)		Governo estadual, prefeituras, MTur e Ministério da Infraestrutura	Longo	Número de estruturas beneficiadas com as respectivas políticas
Promover a fiscalização de atrativos turísticos quanto suas práticas ambientais com vistas à promoção do turismo responsável	Estabelecimento de capacidade de carga nos atrativos turísticos	Barão de Melgaço, Cáceres, Poconé, Nossa Senhora do Livramento, Vila Bela da Santíssima Trindade, Aquidauana, Corumbá, Ladário, Miranda, Ponta Porã e Porto Murtinho	Governo estadual, prefeituras, universidades, empresas e MTur	Médio	Aumento no número de atrativos com controle de capacidade de carga.
	Promover atividades pautadas no Sistema de Gestão de Segurança (SGS) do turismo	Barão de Melgaço, Cáceres, Poconé, Nossa Senhora do Livramento, Vila Bela da Santíssima Trindade, Aquidauana, Corumbá, Ladário, Miranda, Ponta Porã e Porto Murtinho	Governo estadual, prefeituras, universidades, empresas e MTur	Médio	Aumento no número de atrativos com Sistema de Gestão de Segurança (SGS).

	Ampliar a fiscalização ambiental na atuação das empresas turísticas	Barão de Melgaço, Cáceres, Poconé, Nossa Senhora do Livramento, Vila Bela da Santíssima Trindade, Aquidauana, Corumbá, Ladário, Miranda, Ponta Porã e Porto Murtinho	Governo estadual e prefeituras	Médio	Ampliar o número de empresas turísticas que sigam as normativas ambientais
Promoção da integração da atividade turística com os agentes locais	Estimular a participação de pequenos comerciantes e produtores locais	Barão de Melgaço, Cáceres, Poconé, Nossa Senhora do Livramento, Vila Bela da Santíssima Trindade, Aquidauana, Corumbá, Ladário, Miranda, Jardim, Ponta Porã, Bodoquena e Porto Murtinho	Governo estadual, prefeituras, MTur, Confederação Nacional do Turismo - CNTUR - CNTUR e Confederação Nacional de Municípios	Curto	Quantidade de agentes locais envolvidos
	Promover eventos e ações de integração de pequenos comerciantes e produtores locais	Barão de Melgaço, Cáceres, Poconé, Nossa Senhora do Livramento, Vila Bela da Santíssima Trindade, Aquidauana, Corumbá, Ladário, Miranda, Jardim, Ponta Porã, Bodoquena e Porto Murtinho	Governo estadual, prefeituras e MTur	Médio	Quantidade de agentes locais envolvidos
	Incentivar a criação de associações locais	Municípios não consolidados ou em processo de consolidação	Governo estadual, prefeituras e MTur	Curto	Número de associações e grupos formalizados

Políticas de combate a sazonalidade turística	Incentivar a organização e promoção de eventos em períodos sazonais	Municípios não consolidados ou em processo de consolidação	Governo estadual e prefeituras	Médio	Quantidade de eventos promovidos
	Fomentar a criação de roteiros/rotas alternativas ao segmento prioritário do destino	Municípios não consolidados ou em processo de consolidação	Governo estadual, prefeituras, empresas e universidades	Curto	Número de roteiros/rotas alternativas
	Promover a diversificação dos segmentos turísticos no destino turístico	Municípios não consolidados ou em processo de consolidação	Governo estadual, prefeituras, empresas e universidades	Médio	Quantitativo de segmentos oferecidos pelo destino turístico
Compatibilização da atividade turística nas áreas de fronteiras	Instituir parcerias e ações binacionais para maximizar os destinos turísticos da área de fronteira	Barão de Melgaço, Cáceres, Poconé, Nossa Senhora do Livramento, Vila Bela da Santíssima Trindade, Aquidauana, Corumbá, Ladário, Miranda, Bonito, Jardim, Ponta Porã, Bodoquena e Porto Murtinho	Governo estadual, prefeituras, empresas e universidades, governo do Paraguai e governo da Bolívia;	Médio	Número de acordos firmados no trato da atividade turística de fronteira
Segurança turística	Promover melhorias nas políticas de segurança de maneira a propiciar ambientes mais seguros para o turista	Barão de Melgaço, Cáceres, Poconé, Nossa Senhora do Livramento, Vila Bela da Santíssima Trindade, Aquidauana, Corumbá, Ladário, Miranda, Bonito, Jardim, Ponta Porã, Bodoquena e Porto Murtinho	Governo federal, estadual e prefeituras	Longo	Redução no número de crimes relacionados a turistas/visitantes

Prazo: curto – 1 ano; médio – 4 anos ou; longo - 8 anos

5.6.6 Mapeamento e Análise de Stakeholders

Principais Atores Governamentais	Principais Atores do Sistema Produtivo	Principais Atores do Sistema Financeiro, voltado para o Desenvolvimento	Principais Atores Paraestatais
Governo do Estado de Mato Grosso, Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, Ministério do Turismo (MTur), Ministério da Cultura, Ministério da Infraestrutura e Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur).	Confederação Nacional do Turismo - CNTUR - CNTUR, Confederação Nacional de Municípios, ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil, CNC – Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, FBHA – Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação	Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BNDES, Bancos e Agências Internacionais de Fomento (BID, NDB, CAF, Fonplata etc.), BANCOOP, Sicredi, Care Brasil, CERIS, IFAD, MLAL, FAO	Sesi, Senar, Sebrae, Senac, Universidades Públicas e Privadas, Ecossistema de empresas de base tecnológica, ABAV – Associação Brasileira das agências de viagens, ABRACORP – Associação Brasileira das agências de viagens corporativas, ABBTUR – Associação Brasileira Bacharel em Turismo, ABRASEL – Associação Brasileira de Bares e Restaurantes, ABBV – Associação Brasileira de Blogs de Viagens, ABETA – Associação Brasileira de Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura, ABRESI – Associação Brasileira de Gastronomia, Hospedagem e Turismo, ALAGEV – Associação Latino Americana de Gestores de viagens corporativas, ABGTUR – Associação Brasileira de Guias de Turismo, ABIH – Associação Brasileira da Indústria de Hotéis, ABRAJET – Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo, ABLA – Associação Brasileira de Locadoras de Automóveis, ABREMAR – Associação Brasileira de Representação de empresas Marítimas, ABTR – Associação Brasileira de Turismo Rural, ADIBRA – Associação das Empresas de Parques de Diversões

			do Brasil, ANPTUR – Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Turismo, BITO – Associação Brasileira de Turismo Receptivo Internacional, Brasil Convention & Visitors Bureau, BRAZTOA – Associação Brasileira de Operadoras de Turismo, SNEA – Sindicato Nacional Empresas Aeroviárias, UNEDESTINOS – União Nacional de CVBs e Entidades de Destinos
--	--	--	--

5.7 - MEIO AMBIENTE

5.7.1 Síntese dos potenciais observados

1. Turismo Rural
2. Turismo de observação
3. Atividade pesqueira (pesca e solte)
4. Áreas de proteção naturais (Federal, Estadual e Municipal)
5. Recursos Minerais
6. Coletas seletivas
7. Reciclagem
8. Compensação Ambiental
9. Compensação de carbono

5.7.2 Síntese dos problemas observados

1. Falta de legislação integrada de resíduos sólidos
2. Políticas de gestão de recursos hídricos transfronteiriços
3. Caça e pesca predatória
4. Contrabando de animais silvestres
5. Política de Gestão Integrada relacionada ao meio ambiente na faixa de fronteira entre Mato Grosso e Mato Grosso do Sul
6. Ausência de núcleos permanentes de Brigadistas do Prevfogo
7. Coletas seletivas
8. Cooperativa de materiais reciclados
9. Aterros Sanitários
10. Saneamento Básico

5.7.3 Síntese das ameaças observadas

1. Incêndios florestais
2. Incêndios no Pantanal
3. Incêndios na faixa de fronteira Brasil - Paraguai – Bolívia
4. Secas e Cheias Extremas no Pantanal
5. Falta de planejamento no uso e ocupação do território
6. Ocupação de áreas de preservação permanente

7. Avanço da agricultura em área de planície
8. Drenagem de áreas úmidas
9. Contaminação dos recursos hídricos
10. Desmatamento em áreas de recargas hídricas
11. Assoreamento dos principais sistemas fluviais
12. Ausência de saneamento básico
13. Ausência de políticas municipais ambientais efetivas
14. Mudanças Climáticas

5.7.4 Síntese das oportunidades observadas

1. Valorização do Turismo de Contemplação
2. Fortalecimento do Pesque e Solte
3. Fortalecimento de ações de combate aos incêndios florestais
4. Consolidação das Brigadas de Combate aos incêndios na Faixa de Fronteira de maneira integrada e permanente
5. Incentivo a recuperação de áreas degradadas
6. Ampliação da compensação ambiental
7. Legislações específicas para a faixa de fronteira
8. Pagamento para ações municipais de ações relacionadas ao meio ambiente
9. Compensação aos municípios pela exploração dos recursos minerais pela iniciativa privada
10. Investimento em Tecnologias Limpas
11. Elaboração de Projetos de Crédito de Carbono
12. Valorização do Patrimônio Arqueológico e Geológico

5.7.5 Carteira de projetos

Projeto	Ações estratégicas	Municípios envolvidos	Parceiros/financiadores	Prazo	Indicador de sucesso
Projeto de Enfrentamento das Mudanças Climáticas	Reduzir o impacto das mudanças ambientais nos municípios da faixa de fronteira	Todos	Município, Estado, União, IBAMA, MCTI, Ministério do Meio Ambiente, Sociedade Civil Organizada, Produtores Rurais, Universidades, Escolas Municipais e Estaduais	Médio e Longo Prazo	Recuperação de áreas degradadas com plantio de árvores
	Reduzir o impacto das mudanças ambientais nos municípios da faixa de fronteira	Todos	Município, Estado, União, IBAMA, MCTI, Ministério do Meio Ambiente, Sociedade Civil Organizada, Produtores Rurais, Universidades, Escolas Municipais e Estaduais	Médio e Longo Prazo	Redução do desmatamento
	Reduzir o impacto das mudanças ambientais nos municípios da faixa de fronteira	Todos	Município, Estado, União, IBAMA, MCTI, Ministério do Meio Ambiente, Sociedade Civil Organizada, Produtores Rurais, Universidades, Escolas Municipais e Estaduais	Médio e Longo Prazo	Compensação ambiental por ações que preservam o meio ambiente
Investimentos em energias limpas	Fomentar o uso da energia solar nos municípios localizados na faixa de fronteira	Todos	Município, Estado, União, Iniciativa privada, Comércio e Indústria	Médio e Longo Prazo	Número de unidades de captação de energia solar implantadas
	Ampliar os incentivos fiscais para implantação de energia solar	Todos	Município, Estado, União, Iniciativa privada, Comércio e Indústria	Médio e Longo Prazo	Número de incentivos fiscais concedidos
Projeto de Combate aos incêndios florestais (Pantanal e Cerrado)	Reduzir os incêndios que atingem o Pantanal	Envolvimento dos municípios localizados no Pantanal e entorno	Município, Estado, União, Sindicatos Rurais, ICMBio, IBAMA, Ministério do Meio Ambiente, INPE com	Curto e Médio Prazo	Número de Brigadas Permanentes de Combate a Incêndios Florestais implantadas

			envolvimento da Bolívia e Paraguai		
Projetos de Compensação Ambientais	Apoiar projetos para proteção do Meio Ambiente	Todos	Municípios, Estados, União e Ministério do Meio Ambiente	Curto e Médio Prazo	Número de projetos apoiados
	Elaborar proposta de incentivos fiscais e pagamentos projetos de proteção ambiental	Todos	Municípios, Estados, União e Ministério do Meio Ambiente, ANA	Curto e Médio Prazo	Número de incentivos fiscais concedidos
Projetos de Créditos de Carbono	Incentivar projetos ligados à proteção ambiental e obtenção de créditos de carbono	Todos	Município, Estado e União	Curto e Médio Prazo	Número de projetos apoiados

Prazo: curto – 1 ano; médio – 4 anos ou; longo - 8 anos)

5.7.6 Mapeamento e Análise de Stakeholders

Principais Atores Governamentais	Principais Atores do Sistema Produtivo	Principais Atores do Sistema Financeiro, voltado para o Desenvolvimento	Principais Atores Paraestatais
Governo Federal (Ibama, Ministério do Meio Ambiente, ICMBio, ANA), Governo do Estado de Mato Grosso, Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e Prefeituras Municipais.	Município, Estado, União, IBAMA, MCTI, Ministério do Meio Ambiente, Sociedade Civil Organizada, Produtores Rurais, Universidades, Escolas Municipais e Estaduais e ONG's.	BNDES, Agências Internacionais e Nacionais de Fomento (BID, NDB, CAF, Fonplata, CNPq, FAP's, etc.). Associações de produtores rurais, Iniciativas Privadas e ONG's.	Embrapa, Universidades Públicas e Privadas, ONG's.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira da Região Centro-Oeste do Brasil apresenta uma carteira de projetos com olhar de quem vive nas municipalidades de fronteira, pesquisa a fronteira e a entende como diversa e diferente dos municípios do restante e de fora da Faixa de Fronteira. Neste sentido, apresentamos indicações de projetos e ações estratégicas gerais, para todos os municípios da Faixa de Fronteira e específicas para aqueles situados nas Regiões Fronteiriças Proximais (dentro da faixa de fronteira e com intensas interações cotidianas com povos do país vizinho).

A divisão adotada permite a realização de propostas que consideram as intensidades das relações sociais, econômicas, culturais, ambientais e políticas com os vizinhos bolivianos e paraguaios. Os municípios localizados nas Regiões Fronteiriças Intermediárias (dentro da faixa de fronteira, mas com poucas interações cotidianas com povos do país vizinho) não possuem o mesmo dinamismo relacional que aqueles das Regiões Fronteiriças Proximais. Todos são vistos a partir de suas características gerais e particularidades.

A proposta está inacabada, pois ainda passará pela validação das secretarias dos governos de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, numa reunião a ser programada para meados de janeiro de 2024, bem como, será enviada, através de e-mail, para validação de todas as prefeituras. A execução dessa atividade não foi possível no ano corrente face às demandas de final de ano. Haverá, portanto, possibilidades de acréscimos e de supressão de propostas.

Importante destacar a necessidade de reativação do Comitê Estadual para o Desenvolvimento e Integração das Políticas Públicas na Faixa de Fronteira do Estado de Mato Grosso – CEFF/MT, criado pelo Decreto nº 478, de 28 de junho de 2011, pelo governo de Mato Grosso, e; do Núcleo Regional de Integração da Faixa de Fronteira do Estado de Mato Grosso do Sul (NFMS), criado pelo Decreto Nº 13.303, de 22 de novembro de 2011, pelo governo de Mato Grosso do Sul. Esses núcleos serão fundamentais para conduzir as demandas dos municípios da faixa de fronteira, em especial, as propostas apresentadas neste documento.

Conforme apresentado, é preciso olhar de maneira diferenciada para os municípios que compõem o que estamos chamando de Regiões Fronteiriças Proximais, em especial para as cidades-gêmeas Cáceres, Corumbá, Porto Murtinho, Bela Vista, Ponta Porã, Coronel Sapucaia, Paranhos e Mundo Novo. Inclui-se, ainda, Sete Quedas, conurbada à Pindoty Porã, uma pequena cidade paraguaia. Entendemos que essas cidades carecem de uma estrutura para se pensar a gestão compartilhada com seus vizinhos fronteiriços. Para isso será fundamental a articulação política e diplomática brasileira e ação efetiva da Agência Brasileira de

Comunicação (ABC) para formalizar acordos de cooperação fronteiriça com Bolívia e Paraguai.

Nossa proposta, para pensar a gestão dos espaços fronteiriços desses municípios, inclui a criação do Centro de Cooperação Fronteiriça (CECOF) em cada um desses municípios. Essa proposta nasceu da inquietação e das reflexões promovidas nos debates e pesquisas do Mestrado em Estudos Fronteiriços do CPAN/UFMS. O CECOF deve se constituir em lócus permanente para a promoção do diálogo institucional efetivo e contínuo entre a sociedade civil e as instituições governamentais dos dois lados da fronteira.

Sua composição deve ser paritária (sociedade civil e governo dos dois lados da fronteira) para promover, mediante consenso, o diálogo permanente e para funcionar como usina de fomento de ideias-solução, de modo a equacionar os obstáculos do desenvolvimento, da integração e do cotidiano dos dois lados da fronteira. Sua missão deve ser a de formular, sistematizar e mediar propostas consensuadas entre os dois lados da fronteira e contribuir propositiva e proativamente para a superação de conflitos e de eventuais obstáculos nos fluxos articulares fronteiriços.

Estamos propondo seis câmaras setoriais permanentes de funcionamento (Educação, Saúde, Segurança Pública, Transportes, Indústria e Comércio e Agricultura e Meio Ambiente), como instância primeira dos debates para a elaboração/formulação e sistematização das propostas, para depois serem objeto de maiores estudos e elaboração final. Outras câmaras provisórias podem ser instituídas a qualquer tempo.

Acreditamos que o CECOF possa ter reuniões ordinárias trimestrais ou quadrimestrais e extraordinárias a qualquer tempo a partir da convocação de membros de seu Núcleo Gestor de Fronteira. Para que possa ter elementos de análise mais precisos e atualizados a respeito das diversas características que as fronteiras possuem, pensamos que a criação de um Observatório das Dinâmicas Fronteiriças será ponto fulcral. Nele será possível instalar bancos de dados compartilhados com os agentes, organismos e instituições envolvidas, consolidando um processo de reconhecimentos do quanto as fronteiras exigem olhares e ações diferenciadas.

Por fim, cabe observar a necessidade de se parar de pensar a fronteira como uma localidade privilegiada para as práticas ilícitas. É preciso investir em inteligência policial e cooperação com os países vizinhos para o combate ao contrabando, ao tráfico de drogas e de pessoas, dentre outros crimes. O maior investimento precisa ser na instituição de instrumentos para a geração de renda dos povos fronteiriços de modo a melhorar sua qualidade de vida. Acreditamos que o trabalho, o empreendedorismo dos negócios, enfim, a tranquilidade econômica, sejam as armas mais eficientes para podar as asas do crime organizado.

REFERÊNCIAS

AQUIDAUANA. Análise FOFA do turismo de Aquidauana - MS, de acordo com o “Inventário da oferta turística do município de Aquidauana - 2022, SECTUR.

BARÃO DO MELGAÇO. **Guia Viagens Brasil**. Disponível em: < <https://www.guiaviagensbrasil.com/mt/barao-do-melgaco/>>. Acessado em: 24 de julho de 2023

BRASIL, **Relatório [2021 a 2024] Cursos da Pós-Graduação Stricto Sensu no Brasil** – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior CAPES - DAV - Diretoria de Avaliação. Ministério da Educação, 2021.

BRASIL. **Censo Escolar da Educação Básica**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), 2020.

BRASIL. Corredores Ecológicos. Iniciativa Brasileira no Contexto Continental. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. 2016

BRASIL. **Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm. Acesso em: 12 de ago. 2020.

BRASIL. **Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste: PRDCO 2024 -2027**. Brasília: Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste; Diretoria de Planejamento e Avaliação, 2023.

BRASIL. Presidência da República. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL. Presidência da República. LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%208.080%2C%20DE%2019%20DE%20SETEMBRO%20DE%201990.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20as%20condi%C3%A7%C3%B5es%20para,correspondentes%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias.

BRASIL. **Resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) 2021**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep. Disponível em: < <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados> >. Acesso em: 6 jun. 2023.

CÁCERES. Plano Municipal de Turismo de - MT, Secretaria de Turismo e Cultura, 2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO. **Lei nº 549, de 03 de maio de 2019**. Barão de Melgaço-MT: Câmara Municipal de Barão de Melgaço, 2019.

CORUMBÁ. Prefeitura Municipal de Corumbá - MS, 2019, Plano Municipal de Turismo.

DECRETO N. **097/2017, de 05 de dezembro de 2017**. Disponível em <https://www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br/fotos_downloads/24.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2023.

EMBRAPA. **Portal Embrapa**. 2023. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/>>. Acesso em: 03 jul. 2023.

FAPEMAT. **Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso**. 2023. Disponível em: <<https://www.fapemat.mt.gov.br/>>. Acesso em: 03 jul. 2023.

GUIA VIAGENS BRASIL. **Guia Viagens Brasil**. 2023. Disponível em: <<https://www.guiaviagensbrasil.com/mt/barao-do-melgaco/>>. Acesso em: 09 jul. 2023.

IBGE. MUNIC 2017: 48,6% dos municípios do país foram afetados por secas nos últimos 4 anos. Agência IBGE Notícias, [s.l.], jul. 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia_sala_de_imprensa/2013_agencia_de_noticias/releases/21636_munic_2017_48_6_dos_munic%C3%ADpios_do_pa%C3%ADs_foram_afetados_por_secas_nos_%C3%BAtimos_4_anos>.

IEMA - RESOLUÇÃO TCE/MS n49, de 16 de novembro de 2016.

IMASUL. Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul. Unidades de Conservação de Mato Grosso do Sul. Disponível em <https://www.imasul.ms.gov.br/unidades-de-conservacao-municipais/>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Produto Interno Bruto dos Municípios | IBGE. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=downloads>>. Acesso em: 05 set. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produto Interno Bruto dos Municípios** | IBGE. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=downloads>>. Acesso em: 10 set. 2023.

MATO GROSSO DO SUL. **Plano de Desenvolvimento Integrado da Faixa de Fronteira/MS**. Campo Grande, MS, 2012.

MATO GROSSO DO SUL. Plano de Marketing de Polo Bonito - Serra da Bodoquena, Governo do Estado de Mato Grosso do Sul - SEPROTUR - PRODETUR - FUNDTUR, 2011.

MATO GROSSO. **Plano de Desenvolvimento e Integração Fronteiriça do Estado de Mato Grosso**. Cuiabá, MT, 2012.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. <https://www.gov.br/mma/pt-br>

NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO (município). **Nossa Cidade**: Turismo e Cultura (s.d). Disponível em: <<https://www.nossasenhoralivramento.mt.gov.br/Nossa-Cidade/Turismo-e-Cultura/>>. Acessado em: 24 jul. 2023.

NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO (Município). **Nossa Senhora do Livramento**. 2023. Disponível em: <https://www.nossasenhoradolivramento.mt.gov.br/Nossa-Cidade/Turismo-e-Cultura/>. Acesso em: 08 jul. 2023.

NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO. Diagnóstico e Plano de Ação para o Desenvolvimento do Turismo de Nossa Senhora do Livramento - MT, 2020 – 2030.

NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO. Prefeitura Municipal. **Nossa Cidade: Turismo e Cultura**. Disponível em: < <https://www.nossasenhoradolivramento.mt.gov.br/Nossa-Cidade/Turismo-e-Cultura/>>. Acesso em: 24 de julho de 2023

POCONÉ. Plano Municipal De Turismo de Poconé – MT, 2022 – 2030.

PRANDI, Jair. **Viagens e Caminhos Vila Bela da Santíssima Trindade**, 2023. Disponível em: <https://www.viagensecaminhos.com/2023/04/vila-bela-da-santissima-trindade.html>. Acesso em: 08 jul. 2023.

Prefeitura Municipal de Turismo de Bodoquena e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Curso de Turismo, Campus de Aquidauana.

MONTEIRO, S. T. (Coord.). **A fronteira Brasil-Bolívia no Mato Grosso**. Cuiabá: ALMT, 2016.

SEBRAE 2023. Tecnologias Limpas: Observatório Internacional Sebrae. <https://ois.sebrae.com.br/publicacoes/tecnologias-limpas-cebri-2013/>

SEBRAE. **Plano Municipal de Turismo de Barão de Melgaço-MT**. Cuiabá: SEBRAE, 2022. 109p.

SEBRAE. **Plano Municipal de Turismo de Nossa Senhora do Livramento-MT**. Cuiabá: SEBRAE, 2022. 60p.

SEMA. Secretaria de Meio Ambiente e Infraestrutura de Mato Grosso. Unidades de Conservação de Mato Grosso. Disponível em <https://sema.rs.gov.br/unidades-de-conservacao-2016-10>

SNIS - Série Histórica (mdr.gov.br) <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/protecao-social/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html?=&t=downloads>

UFMT. **Universidade Federal de Mato Grosso**, 2023. Disponível em: <<https://www.ufmt.br/>>. Acesso em: 02 jul. 2023.

UNEMAT. **Universidade do Estado de Mato Grosso**. Tecnologia da Informação. Reitoria UNEMAT, 2023. Disponível em: <<https://unemat.br/>>. Acesso em: 02 jul. 2023.

Sites visitados

<https://www.viagensecaminhos.com/2023/04/vila-bela-da-santissima-trindade.html#o%20que%20fazer>. Acesso em: Acessado em: 24 de julho de 2023

<https://www.leiagora.com.br/entrete/3957/celebracao-dos-69-anos-de-barao-de-melgaco-comeca-neste-sabado>

<https://www.baraodemelgaco.mt.gov.br/not%C3%ADcias-em-geral/item/3071-17%C2%B0-cavalgada-os-melgacenses>

<https://www.gazetadigital.com.br/variedades/gastronomia/baro-de-melgao-sedia-festival-gastronomico/702685>

<https://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2014/05/festival-de-pesca-de-barao-de-melgaco-mt-comeca-nesta-quinta.html>

<https://www5.sefaz.mt.gov.br/-/municipios-de-mt-organizam-carnaval-e-inserem-evento-como-atividade-turistica>

http://www.coisasdematogrosso.com.br/noticias/noticia.asp?id=4573¬icia=BAR%C3%O_D E MELGA%C7O Festa de Nossa Senhora das Dores em setembro

<https://circuitocuiaba.com.br/movimento-vambora-resgata-carnaval-cultural-de-santo-antonio-de-leverger-e-barao-de-melgaco/>

<https://www.al.mt.gov.br/midia/texto/cavalgada-enriquece-a-centenaria-festa-de-sao-pedro-de-joselandia/visualizar>

<https://www.pocone.mt.gov.br/Prefeitura/Eventos/>

<https://www.caceres.mt.gov.br/Noticias/Festa-do-peao-no-distrito-nova-caceres--foi-um-sucesso-de-publico-e-atracoes-8986>

http://www.jornaloeste.com.br/noticias/exibir.asp?id=59136¬icia=fe_e_economia_festa_d e_sao_luiz_sera_a_maior_da_historia_de_caceres

<https://www.secel.mt.gov.br/-/17579968-festival-de-danca-de-caceres-comeca-nesta-sexta-feira-23->

<https://www.caceresnoticias.com.br/cidade/comeca-hoje-a-61-festa-de-santos-reis-em-caceres/659696>

<https://www.expressaonoticias.com.br/agenda-de-fim-de-semana-as-opcoes-de-lazer-e-entretimento-em-caceres/>

<https://anoticiadigital.com.br/noticia/30491/botelho-prestigia-projeto-culturas-e-sabores-em-caceres>

<https://www.caceres.mt.gov.br/Noticias/Prefeitura-faz-lancamento-do-natal-de-luzes-e-anuncia-atracoes-e-grade-de-shows-nacionais--8936/https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2023/04/30/festa-de-sao-benedito-reune-5-mil-pessoas-no-ultimo-dia-de-celebracao-em-mt.ghtml>

<https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/especial-publicitario/sebrae-mt/empreendedorismo/noticia/2022/12/08/feira-e-de-livramento-tera-edicao-especial-neste-sabado-dia-9.ghtml>

<https://omatogrosso.com/variedades/livramento-tera-atracoes-regionais-e-culturais-no-aniversario-da-cidade/>

<https://omatogrosso.com/variedades/livramento-tera-atracoes-regionais-e-culturais-no-aniversario-da-cidade/>

<https://www.camaranossasenhoraadolivramento.mt.gov.br/Imprensa/Noticias/Municipio-eleva-festa-da-padroeira-de-nossa-senhora-do-livramento-como-sendo-patrimonio-cultural-e-imaterial-280>

<https://www.leiagora.com.br/entrete/3760/carnaval-de-rua-em-livramento-esta-de-volta-com-a-festa-banana-folia>

<https://www.turismo.bonito.ms.gov.br/bonito-cultural>

<https://www.turismo.bonito.ms.gov.br/agenda>

<https://www.achetudoeregiao.com.br/ms/corumba/eventos.htm>

<https://corumba.ms.gov.br/noticias/category/9>

<https://ww2.corumba.ms.gov.br/2022/02/corumba-celebra-dia-de-nossa-senhora-da-candelaria-padroeira-do-municipio/>

<https://corumba.ms.gov.br/noticias/carnaval-da-alegria-no-coracao-do-pantanal-confira-a-programacao-da-folia-corumbaense>

<https://corumba.ms.gov.br/noticias/prefeito-anuncia-programacao-do-arraial-do-banho-de-sao-joao-nesta-terca-feira-no-porto-geral>

Site oficial da Prefeitura de Corumbá - MS

<https://miranda.ms.gov.br/noticias/39/eventos-em-miranda-calendario-de-festividades-do-municipio>http://jardim.ms.gov.br/noticiasView/4222_1o-Festa-do-Milho-entrou-para-a-historia-de-Jardim.html

http://jardim.ms.gov.br/noticiasView/4283_Jardim-celebra-77-anos-com-feira-agro,-desfile-civico-e-shows-neste-mes-de-maio.html

<https://www.campograndenews.com.br/conteudo-patrocinado/festas-e-eventos-tv/17a-feira-agropecuaria-de-jardim-agita-interior-de-m>

Fonte: <http://jardim.ms.gov.br/agenda/>

<https://www.ladario.ms.gov.br/portal/noticias/0/3/1504/prefeitura-divulga-programacao-da-festa-da-padroeira-de-ladario-nossa-senhora-dos-remedios>

<https://www.capitalnews.com.br/cultura-e-entretenimento/tradicional-festa-de-sao-joao-de-ladario-comeca-no-domingo/279910>

<https://revistamuseu.com.br/site/br/noticias/nacionais/14242-20-05-2022-corumba-e-ladario-ms-comemoram-um-ano-do-registro-do-banho-de-sao-joao-como-patrimonio-cultural.html>

<https://perolanews.com.br/ladario/tradicional-festa-do-peixe-atrai-grande-publico-no-porto-ecologico-de-ladario>

<https://www.fundacaodecultura.ms.gov.br/corumba-e-ladario-mantem-tradicao-do-maior-carnaval-e-abrem-alas-para-folioes/>

<https://www.capitaldopantanal.com.br/geral/ladario-celebra-244-anos-com-cinco-dias-de-programacao/547547/>

<https://www.ladario.ms.gov.br/portal/noticias/0/3/3055/apa-baia-negra-realiza-comemoracoes-da-festa-de-sao-pedro?fbclid=IwAR3Qb2SyEd61qmuzfnNiHCkP-2kmctqOoZ5kfyfwJcGf8Cv0fFpywjL5S4>

https://www.ladario.ms.gov.br/portal/noticias/0/3/3024/trezena-inicia-comemoracoes-alusivas-a-festa-do-padroeiro-da-comunidade-santo-antonio?fbclid=IwAR2oHO8FabtqrOe5pAgX-kV1n3raX5TOcIzfAtF_w1HmzZVTNXeFsEs_A

<https://bodoquena.ms.gov.br/turista/eventos>

<https://www.opantaneiro.com.br/eventos/show-do-grupo-eco-do-pantanal-encerra-comemoracoes-de-aniversario-de/202096/>